Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de História
Programa de Pós-Graduação em História Social

CAMILLA FARAH FERREIRA ALVES

**Na América, dois impérios: os encontros entre o
Brasil e o México na imprensa periódica
(1808-1822)**

São Paulo

2014

CAMILLA FARAH FERREIRA ALVES

**Na América, dois impérios: os encontros entre o
Brasil e o México na imprensa periódica
(1808-1822)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em História Social do Departamento de História da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, realizada sob orientação do
Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta, para obtenção do Título
de Mestre em História.

São Paulo

2014

Para meus pais, verdadeiro porto seguro.

*Para você, Léo, pelo encontro mais revolucionário
da minha vida.*

Para Clara e Henrique, com todo meu amor.

RESUMO

O presente trabalho se propõe a observar e analisar os encontros entre o Brasil e o México durante seus processos de independência (1808-1822), entendendo que, por meio desses encontros ambos trocaram experiências políticas em meio a uma mesma unidade histórica. Os espaços americanos escolhidos foram estudados a partir da leitura do mundo lusoamericano na imprensa periódica da Nova Espanha. No entanto, o olhar sobre o fenômeno contrário também foi objeto deste estudo. Assim, buscamos compreender os pontos de contato político, entre o Brasil e o México, em meio à crise do Antigo Regime no mundo ocidental.

Palavras-chave: Brasil; México; imprensa periódica; independência; século XIX.

ABSTRACT

This present study aims to observe and analyze the meetings between Brazil and Mexico during their process of independence (1808-1822), understanding that, through these meetings both exchanged political experiences between a historic same unit. The chosen American spaces were studied from reading “lusoamerican” world in the periodical press of New Spain. However, the look on the opposite phenomenon was also the subject of this study. So, we seek to understand the political points of contact between Brazil and Mexico, through the crisis of the Old Regime in the Western world.

Key words: Brazil, Mexico, periodical press, independence; XIX century.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

Agradeço os professores Alfredo Ávila e Roberto Breña que tão cordialmente me receberam durante o tempo de estágio de pesquisa realizado na Cidade do México. O auxílio do Prof. Dr. Alfredo Ávila foi imprescindível para o acesso aos arquivos de periódicos da Hemeroteca Nacional pertencente à UNAM (Universidade Nacional Autónoma de México). Sou muito grata ao Prof. Dr. Roberto Breña que recebeu-me no Colégio de Mexico (Colmex), onde pude apresentar minuciosamente a pesquisa em andamento e refletir sobre as questões teórico-metodológicas referentes ao trabalho.

Agradeço ainda o Prof. Dr. Roberto Breña que juntamente com a Profa. Dra. Wilma Peres Costa realizaram sugestões e críticas ao projeto de pesquisa durante o exame de qualificação. Muito obrigada pela generosa contribuição.

Recordarei sempre os debates e reflexões realizados com o grupo de alunos orientandos do Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta. Obrigada pelas leituras, críticas, sugestões e trocas realizadas nas reuniões sobre as independências da América portuguesa e espanhola. Em especial, agradeço a Cristiane Camacho, Edú Levati, Maria Júlia Neves, Rafael Fanni e Carlos Bastos.

Sou também grata ao Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta que me acompanha desde a graduação e, no ensejo, agradeço também à Profa. Dra. Andréa Slemian por sempre me acolher com tanta afetuosidade.

Agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para realização dessa pesquisa. Minha cara, tão preciosa amiga e historiadora Ariane Lia Covre, pelo incentivo, críticas e reflexões sobre o nosso labor. Aos colegas de trabalho e equipe diretiva do Colégio Catamarã que incentivaram muito a realização desta pesquisa e me auxiliaram

em diversos momentos. A todos os profissionais da Hemeroteca Nacional da UNAM, que amavelmente me receberam, sempre recordarei do povo mexicano com muito carinho, devido à impressão tão cordial que me deixaram.

Não há como não mencionar aqui minha eterna gratidão aos meus pais, Aluisio e Estela, a quem devo o que sou. Muito obrigada aos incentivadores do meu crescimento humano e despertadores da minha curiosidade e crítica intelectual. À minha mãe, um agradecimento à mais por todas as noites em claro auxiliando-me nas revisões dessa pesquisa.

Agradeço aos meus sogros Odessio e Margarida Oliveira por tão caloroso acolhimento nas férias em que escrevi parte desse trabalho. A tranquilidade e conforto que me foi proporcionada é impagável.

Por fim, mas de forma alguma menos importante, agradeço ao meu amado marido, Leonardo Camargos, por compartilhar comigo esse momento, pela paciência, incentivo e, principalmente, por me ajudar a recordar que nada vale a pena sem um sorriso no rosto.

SUMÁRIO

Introdução.....	09
Capítulo 1	
A formação dos espaços públicos de discussão política na América Ibérica.....	23
1.1 O advento da opinião pública e dos espaços de discussão política.....	23
1.2 A Nova Espanha nos periódicos lusoamericanos.....	38
Capítulo 2	
A imprensa periódica novo hispânica: esfera pública e projetos políticos.....	82
2.1 A imprensa na Nova Espanha, as invasões napoleônicas e a Guerra Peninsular.....	82
2.2 A imprensa na Nova Espanha, o surgimento do Estado nacional mexicano e brasileiro.....	129
Considerações Finais.....	170
Referências bibliográficas.....	174

INTRODUÇÃO

A compreensão do mundo contemporâneo impele-nos ao entendimento das consequências da articulação vivenciada entre Europa e América, especialmente entre os séculos XVIII e XIX. Entre 1760 e 1830, os espaços americanos foram protagonistas de processos revolucionários que dissolveram os antigos impérios coloniais e deram origem a um novo estado de organização política que, em linhas gerais, perdura até os dias de hoje. O esclarecimento de aspectos de um dos fenômenos mais importantes da história moderna e que continua a mobilizar a atenção dos estudiosos - o surgimento de Estados nacionais a partir da ruptura entre metrópoles e colônias - em dois espaços americanos, é objeto de estudo do presente trabalho. A compreensão dos acontecimentos que relacionam essa ruptura ao surgimento de nações autônomas e independentes remonta ao século XVIII, no qual os impérios europeus, por meio de uma intensa competição, se expandiram, buscando o fortalecimento que o governo sobre diversas regiões traz consigo. Em meio a esse processo de expansão, passaram a enfrentar desafios internos que, em alguns casos, resultaram na construção de Estados independentes.¹

No presente trabalho, buscamos a compreensão de como a América portuguesa e a Nova Espanha encontraram-se por meio de suas respectivas impressas periódicas,

¹ COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América. In: *Almanack Brasiliense* (Online), n. 11, São Paulo, 2010, p. 5-10. ARMITAGE, David. La primera Crisis Atlántica: la Revolución Americana. 20/10 El Mundo Atlántico y la Modernidad Iberoamericana (Online), n. 10, 2012. RODRÍGUEZ O., Jaime E. *La independencia de la América española*. México: FCE/ Colmex/ FHA, 2005. RINKE, Stefan. *Las Revoluciones en América Latina*. Las vías a la independencia. 1760-1830. México: El Colegio de México: Colegio Internacional de Graduados, 2011. POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003. GODECHOT, Jacques. *La Grande Nation*. Paris: Aubier-Montaigne, 1983. JANCÓS, István. A construção dos Estados Nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como Projeto. In: *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002. Do mesmo autor, (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/ Ed. Unijui/ Fapesp, 2003. CHIARAMONTE, José Carlos. *Fundamentos intelectuales y políticos de las independencias*. Notas para una nueva historia intelectual de Iberoamérica. Buenos Aires: Teseo, 2010. FRASQUET, Ivana (ed.). *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en Iberoamérica*. Madrid: Mapfre, 2006. WASSERMAN, Fabio. *El concepto de nación y las transformaciones políticas en Iberoamérica (1750-1850)*. In: <http://foroiberoideas.cervantesvirtual.com/foro/threads.jsp?idparent=0>.

observando como se deu a circulação de notícias sobre o Império português na Nova Espanha e vice-versa, enquanto ambos viviam um momento de reorganização de sua forma de fazer política juntamente com o restante do continente americano, que se encontrava inserido em um contexto revolucionário de dimensões ocidentais. A estrutura política que precedeu essa onda revolucionária na América do século XIX foi a monarquia de Antigo Regime, e o ano de 1808 é entendido como de início de um processo de transformações envolvendo os espaços americanos, relacionando-se diretamente com a desintegração das monarquias europeias. Esse processo é caracterizado por uma era de grandes modificações, que atingiram desde a política estatal, até as esferas mínimas da vida social, o que alterou substancialmente o cotidiano em uma transformação identificada por Reinhart Koselleck como o advento da Modernidade no mundo ocidental.² A politização da vida social e a aceleração multiforme dos tempos surgiram, nessa era, como dois fenômenos imbricados, que influenciaram uma nova concepção de tempo, de vocabulário, de discursos e de política. Em meio a essa transformação, a vida comunal passou a ser cada vez mais abarcada pelas instituições e a política passou a ocupar espaço em muitos dos aspectos da vida social, dando origem a uma série de novas soluções para gestão dessas sociedades.³

Entre 1808 e 1830, os territórios americanos vivenciaram processos pertencentes a uma mesma unidade histórica, afinal, foi nesse intervalo de tempo que desapareceram os impérios coloniais estabelecidos nesses espaços há cerca de 300 anos. Estas ocorrências apresentam estreita relação com a Revolução Francesa, que propagou os

² KOSELLECK, Reinhart. “Modernidad”. *Futuro pasado: para una semántica de los tiempos históricos*. Barcelona: Paidós, 1993, p. 287-332.

³ FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. Revolucionarios y Liberales. Conceptos e identidades políticas en El mundo atlántico. In: CALDERÓN, Maria Teresa e THIBAUD, Clément (eds.) *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia/Taurus. 2006. PALTÍ, Elías José. El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007. CHUST, Manuel e SERRANO, José Antonio (eds.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: AHILA, Vervuert, 2007.

ideais de liberdade, igualdade, autodeterminação dos povos, direitos civis, e também, com outros dois fenômenos ocorridos em solo americano. Um deles, a Revolução de Independência das Treze Colônias da América do Norte, forneceu o exemplo real de ruptura metrópole-colônia. O outro, a Revolução dos escravos em Saint-Domingue, que em 1793 aboliu a escravidão e, em 1804, criou a República do Haiti. Na maioria dos países americanos, a proclamação oficial das independências transformou-se no mito fundacional das nações, o que impediu por muito tempo a realização de uma análise histórica mais crítica de tais acontecimentos. Foi somente a partir de meados do século XX que a história dos líderes individuais foi posta em segundo plano, para que a análise das transformações processuais, vivenciadas na sociedade de maneira geral, fossem evidenciadas. Grande parte das discussões historiográficas mais recentes procuram elucidar, assim, outros aspectos dos processos revolucionários americanos, favorecendo um olhar para as conexões estabelecidas entre eles.⁴

O mundo em que vivemos, globalizado, é reconhecido pela facilidade pela qual as pessoas se contatam e se conectam. A historiografia tem evidenciado esforços correntes em fazer uma história conectada, integrada, que se adapte aos novos tempos, o que favorece um labor que ultrapassa as tradições nacionais, fomentando o diálogo e a ampliação dos horizontes de análise.⁵ As páginas a seguir apresentam algumas conexões

⁴ Ver: COSTA, W. Entre tempos e mundos..., cit. In: *Almanack Brasiliense...*, cit. JANCÓS, István e PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da unidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: histórias*. São Paulo: Senac, 2000. ÁVILA, Alfredo e PÉREZ HERRERO, Pedro (comp.). *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica*. México: UNAM/ Universidad de Alcalá, 2008. RINKE, S. *Las Revoluciones en América Latina...*, cit. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Revolucionarios y Liberales...*, cit. In: CALDERÓN, M. e THIBAUD, C. (eds.) *Las revoluciones en el mundo atlántico...*, cit. PALTÍ, E. *El tiempo de la política...*, cit. CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados: origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009. PORTILLO VALDÉS, José M. *Crisis Atlántica. Autonomía e Independencia en la crisis de la monarquía hispana*. Madrid: Marcial Pons Historia, 2006. Para o caso específico da Nova Espanha: ALAMÁN, Lucas. *Historia de Méjico*. México: Jus, 1968, 5v. Do mesmo autor, *Historia de México desde los primeros movimientos que prepararon si independencia en el año de 1808 hasta la época presente*. Edición facsimilar, 5vols. México: Fondo de Cultura Económica/Instituto Cultural Helénico, 1985.

⁵ ÁVILA, Alfredo e PÉREZ HERRERO, Pedro. Introdução. In: ÁVILA, A. e PÉREZ HERRERO, P. (comp.). *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica*. México..., cit. p. 19-25. PIMENTA, João Paulo.

percebidas na história da América em uma perspectiva política e cultural, pois refletem sobre as questões que circundam o surgimento de dois Estados Nacionais que despontaram na América nas primeiras décadas do século XIX: Brasil e México. Tal reflexão é fruto, essencialmente, de uma verificação e compilação das publicações de notícias veiculadas na Nova Espanha/México sobre o Império Português e o Brasil no período compreendido entre 1808 e 1822; ainda que, de maneira menos destacada, procura considerar também o olhar inverso, observando as publicações sobre a Nova Espanha/México na América portuguesa, no mesmo período.⁶ A pesquisa desenvolvida relaciona-se com o trabalho de muitos historiadores que buscaram, desde o século XIX, explicar os fenômenos concernentes ao processo de ruptura das colônias americanas com suas respectivas metrópoles europeias, além do surgimento e consolidação dos Estados nacionais decorrentes dessa ruptura. Com espacialidades e temporalidades distintas e muitas vezes mais amplas, o cenário da historiografia atual observa uma explosão quantitativa de estudos sobre as independências da América, apresentando um aumento de análises que relacionam espaços coloniais americanos uns com os outros.⁷ É notório que os trabalhos sobre a independência da Nova Espanha são os mais numerosos dentre

Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c. 1780-c.1830). Tese de Livre Docência. São Paulo, 2012, p. 04-12. RODRÍGUEZ O., J. *La independencia de la América española...*, cit.

⁶ Agradeço ao Prof. Dr. João Paulo Garrido Pimenta e à historiadora Sarah Tortora por, gentilmente, terem cedido a mim as pesquisas por eles realizadas nos periódicos *Diário do Governo*, *A Idade D'Ouro no Brasil*, *Sentinela da Liberdade* e *Sylpho*.

⁷ ZERMEÑO PADILLA, Guillermo. Apropiación del pasado, escritura de la historia y construcción de la nación en México. In: PALACIOS, Guillermo (coord.) *La Nación y su Historia*. Independencias, Relato Historiográfico y Debates sobre la Nación: América Latina, siglo XIX. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009. p. 81-112. FERNANDES, Ana Cláudia. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco - Correio Braziliense (1817-1820)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2010. BASTOS, Carlos Augusto de C. *No limiar dos impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do rio Negro e a Província de Maynas (c. 1780 – c. 1820)*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2013. E, NEVES, Maria Júlia Manão Pires. *O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na política peruana 1808-1822*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2014.

todos os publicados, visto que a historiografia mexicanista é a mais densa dentre todas as voltadas às independências.⁸

A imprensa periódica foi e ainda é utilizada por historiadores para construir suas teses sobre o pensamento político e a cena pública do período na Nova Espanha, dentre eles: Alfredo Ávila, Virginia Guedea, Jaime E. Rodrigues O., François-Xavier Guerra e Moisés Guzmán Pérez, Ivana Frasquet, Eugenia Roldán Vera, Brian Connaughton, Rafael Gutiérrez; porém, em relação ao Império português, os temas e conteúdos tratados na imprensa mexicana permaneceram obscuros, pois, de maneira geral, os periódicos novo-hispânicos, quando noticiavam algo sobre outras nações americanas apresentavam uma tendência em olhar para o norte – para os Estados Unidos – devido às relações comerciais, às lutas fronteiriças, à atuação dos conspiradores e à política de neutralidade ou de intervenção deste país vizinho.⁹ Assim, este estudo insere-se, justamente, em uma persistente lacuna na historiografia latino-americana, pois poucos são os estudos que relacionam o espaço da opinião pública novo-hispânico/mexicano ao lusoamericano.¹⁰

Neste trabalho, duas são as perspectivas de análise que buscam contribuir para a compreensão dos processos vivenciados pelo Brasil e México nas décadas iniciais do século XIX: a primeira, mais ampla, relaciona-se ao olhar dos agentes históricos europeus para a situação vivenciada na América de modo geral, o que permitiu a criação de um olhar mais abrangente, que aproximou as partes da América umas das outras e todas estas com a Europa; o que é tratado no capítulo primeiro. A segunda, mais circunscrita, é a

⁸ ANNINO, Antonio e ROJAS, Rafael. *La Independencia: Los libros de la patria*. México: CIDE/CFE. 2008.

⁹ GRAFENSTEIN, Johanna Von. La independencia de México fuera de sus fronteras. In: ÁVILA, Alfredo e GUEDEA, Virginia. *La independencia de México*. Temas e interpretaciones recientes. Ed. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2007.

¹⁰ Um dos trabalhos que relaciona estes espaços, porém com enfoque na diplomacia, é o de Guillermo Palacios. Outro é o artigo de João Paulo Pimenta e Camilla Farah sobre a publicação de uma notícia novo-hispânica na imprensa da América portuguesa. Ver: PALACIOS, Guillermo. *Intimididades, conflitos e reconciliações*. México e Brasil, 1822-1993. São Paulo: Edusp, 2008. E, PIMENTA, João Paulo e FARAH, Camilla. Brasil encuentra a México: un episodio paradigmático de las independencias (1821-1822). In: *20/10 Memoria de las Revoluciones en México*. México: RGM Medios. 2010.

identificação de situações nas quais os processos de independência da América portuguesa e da Nova Espanha se encontraram, o que foi observado neste trabalho por meio da imprensa periódica, cujas observações se encontram em parte do primeiro e em todo o segundo capítulo. Assim, o que se pretendeu foi analisar como as notícias, artigos, ideias, textos e boatos cruzaram o Atlântico ou o território americano, estabelecendo relações entre as ocorrências dos Impérios espanhol e português na América. Além das trocas decorrentes desse cruzamento, observamos como essas múltiplas informações foram relacionadas e recriadas, ou seja, as intervenções que sofreram. Formulamos, então, uma questão: Por que, nesse contexto histórico, Nova Espanha e América portuguesa estabeleceram relações entre si? O questionamento se impõe porque não existe uma razão natural para tal conexão, uma vez que tais espaços não faziam fronteira territorial, não possuíam trocas comerciais diretas e fluxos marítimos ou terrestres.

Os processos que originaram a emergência dos Estados nacionais do Brasil e do México se articularam, não somente entre si, mas também - e, em alguns casos de modo ainda mais intenso - com os processos vivenciados em outras partes da América e Europa, em um movimento de experiências cruzadas e refletidas.¹¹ Os destinos de várias partes do mundo se conectaram nesse momento e passaram a conceber a nação como um novo conceito, que desvinculado de uma ideia cívica, assumiu uma composição étnica-cultural próxima da ideia de nacionalidade.¹² A Independência das Treze Colônias, em 1776, foi o episódio inaugural de uma série de rupturas entre metrópoles-colônias na América, pois constituiu-se o primeiro exemplo concreto da possibilidade de construção de um Estado

¹¹ Entende-se por experiência uma troca de partilhas, lições, receios e possibilidades entre os espaços da América ibérica que auxiliaram a formulação de novos projetos políticos. Decorrente das transformações políticas da crise do Antigo Regime, o conhecimento e vivência desse momento de alteração da realidade impulsionou a criação de um espaço que, partindo de elementos consistentes, agregava ao imaginário dos agentes políticos, um horizonte de novas possibilidades. Ver: PIMENTA, João Paulo Garrido. *O Brasil e a América Espanhola (1808 – 1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2003.

¹² COSTA, W. Entre tempos e mundos..., cit. In: *Almanack Brasiliense...*, cit. p. 06 e 07.

nacional dentro de um império. Robert Palmer, seguindo uma análise concebida como atlântica, declara que este foi o primeiro episódio de uma “revolução democrática”, o que, segundo Jacques Godechot, seria um marco sustentável para a análise dos demais movimentos independentistas americanos que ocorreriam posteriormente.¹³ No presente trabalho, o surgimento do Estado nacional estadunidense contribui para a compreensão dos fenômenos independentistas da América ibérica, na medida em que foi tomado como um exemplo inédito e concreto de ruptura metrópole-colônia; ou seja, era a mostra de que uma alteração revolucionária era possível.¹⁴ Sem desconsiderar as críticas necessárias a uma perspectiva assumidamente atlântica, observar o contexto amplo dos processos revolucionários americanos é considerado vantajoso, porque minimiza as interpretações localistas e provincianas, porém consideramos que para a compreensão dos fenômenos ocorridos na Nova Espanha e América portuguesa, é também necessário tomar conhecimento do que se passava em outros espaços da América Ibérica e em suas próprias metrópoles.¹⁵

O fenômeno estadunidense nos auxilia em termos, pois a crise na América Ibérica iniciou-se na contramão do que ocorreu na América britânica, uma vez que na Grã-Bretanha não houve nada parecido à invasão napoleônica. E esta invasão foi definidora tanto para o império espanhol como para o português, o que não favorece uma relação direta entre os fenômenos ibéricos e britânicos. No início do século XIX, as revoluções

¹³ PALMER, Robert R. *The age of the Democratic Revolution (1770-1792)*. Princeton: Princeton University Press, 1959. E, GODECHOT, J. *La Grande Nation...*, cit.

¹⁴ O uso do termo revolução foi escolhido para nomear este momento, porque os anos que se seguem às invasões napoleônicas iniciaram na América ibérica um movimento que, nos seus desdobramentos, assumiu a pretensão de mudar o regime de governo e a organização da sociedade. Ver: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Revolucionarios y Liberales...*, cit. In: CALDERÓN, M. e THIBAUD, C. (eds.) *Las revoluciones en el mundo atlántico...*, cit. E, ARTOLA, Miguel. *La burguesía revolucionaria (1808-1874)*. In: ARTOLA, Miguel (dir.). *Historia de España*. Vol. 5. Madri: Alianza Editorial. 1997.

¹⁵ BREÑA, Roberto. *El imperio de las circunstancias (las independencias hispanoamericanas y la revolución liberal española)*. Madri: Marcial Pons/ Colmex, 2012. p. 177-187. Do mesmo autor (ed.). *En el umbral de las revoluciones hispánicas: el bienio 1808-1810*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2010, p. 9-28. PIMENTA, J. *Tempos e espaços das independências...*, cit. p. 04-12. PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit.

decorrentes das invasões francesas iniciaram, na América hispânica, um movimento em defesa da legitimidade da monarquia e, na América portuguesa, um movimento para receber o monarca, que se trasladou com a Corte para o espaço colonial. Ambas revoluções se iniciaram não por uma maturação que teria evidenciado os atentados contra as liberdades e direitos dos colonos por parte da monarquia, mas sim pelas alterações decorrentes justamente das ameaças à manutenção da própria monarquia. O desenrolar do processo, no entanto, é que abre espaço para questionamentos relacionados às liberdades políticas e sociais dos colonos, o que pode ser percebido, por exemplo, ao analisarmos as reações à Revoluções liberais da Espanha e do Porto, ambas de 1820, porém não nos é permitido afirmar que a luta independentista estivesse presente no contexto inicial desses processos. Porém; nem tudo é antagonismo entre as ocorrências da América britânica e da América Ibérica. A crise que atingiu a primeira prenunciou uma série de elementos que, por volta de 1808, envolveram também a segunda: busca por autonomias locais, reorganização e redistribuição das soberanias, ruptura metrópoles-colônias, advento dos espaços públicos e da opinião pública dentro das sociedades, entre outros. A própria movimentação em torno de um governo representativo dialoga com o exemplo anglo-americano, pois a desintegração das monarquias na Península Ibérica culminou na organização de governos que buscavam sua legitimidade assumindo a representação da monarquia, o que ocorreu inicialmente, em uma esfera local, por meio das Juntas de Governo e, na sequência, em um nível nacional, por meio das Cortes. No caso novo hispânico e lusoamericano, inclusive, a monarquia continuou direcionando a busca por soluções políticas, no segundo caso por mais tempo que no primeiro.

O ano de 1808, especificamente, é um marco de profundas transformações no mundo Ibérico, pois uma série de acontecimentos simultâneos acentuaram a crise destes

impérios¹⁶ e de seu sistema colonial, dimensões estas que se inter-relacionaram num processo mais amplo: a crise do Antigo Regime no mundo ocidental.¹⁷ No caso espanhol, 1808, é o ano da invasão do Reino por Napoleão Bonaparte, núcleo de uma radical transformação das estruturas políticas do mundo hispânico, pois a Monarquia começaria a se desintegrar em uma série de Estados independentes num período inferior a três décadas.¹⁸ Isso, em decorrência da renúncia do monarca Bourbon, Carlos IV, do poder real, e de seu herdeiro Fernando, em favor do irmão de Napoleão, José Bonaparte¹⁹. Essa renúncia deu origem a uma série de reflexões políticas que se relacionaram tanto com as questões americanas locais, como com a política em termos imperiais. Roberto Breña considera este momento como fundamental para os questionamentos acerca da soberania:

La ausencia del monarca legítimo, la imposición de un rey extranjero la sublevación popular contra Napoleón y la guerra que siguió a esta llevaron a los españoles a plantearse como nunca antes una serie de cuestiones políticas cruciales, de cuya solución práctica dependían en buena medida la expulsión del ejército invasor y, más tarde la recuperación del país; entre estas cuestiones la más importante era la de

¹⁶ Entendemos por Império não apenas o território de Portugal ou Espanha e suas respectivas colônias, mas também as transações e relações entre as mais variadas pessoas de seus domínios. Ver: ALDEMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006, p. 1-12.

¹⁷ LUCAS, Maria Manuela. Organização do império. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal*. O Liberalismo. (1807-1890). Vol. 5. Portugal: Editorial Estampa. s/d., p. 285-311. GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y Independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madri: Mapfre, 1992. PIMENTA, J. *Tempos e espaços das independências...*, cit.

¹⁸ GUERRA, François-Xavier. El Ocaso de la Monarquía Hispánica: Revolución y Desintegración. In: ANNINO, Antonio e GUERRA, François-Xavier (coords.) *Inventando la Nación*. Iberoamérica. Siglo XIX. México: FCE, 2003. p. 117 – 151.

¹⁹ Na realidade, o que se deu, foi uma série de abdições em sequência: no dia 17 de março de 1808, Carlos IV abdicou em favor de seu filho Fernando. Este, no dia 05 de maio do mesmo ano, abdicou em favor de seu pai. Carlos IV, então, abdicou novamente, agora, em favor de Napoleão, que por fim abdicou em favor de seu irmão José. Este conjunto é conhecido como as abdições de Bayona. Ver: BREÑA, Roberto. *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824*. Una revisión historiográfica del liberalismo hispánico. México: El Colegio de México, 2006; GUERRA, F. *Modernidad y Independencias...*, cit. p. 118-122; GUERRA, F.. El Ocaso de la Monarquía Hispánica..., cit. In: ANNINO, A. e GUERRA, F.. *Inventando la Nación...*, cit. p. 122-127; CHUST, Manuel e FRASQUET, Ivana. *Las independencias en América*. Madri: Catarata, 2009. p. 25.

la soberanía. Considerando la manera en que se desarrollaron los acontecimientos, se podría decir que la ‘solución’ a esta problemática llevó, de manera casi natural hacia la soberanía popular.²⁰

A ausência do monarca legítimo criou um vazio de poder que gerou, na Nova Espanha, um enfrentamento entre as camadas *criollas* pelo acesso ao poder político - o que se manifestou no não seguimento imediato e absoluto às ordens do vice-rei e na organização de Juntas de Governo.²¹ No caso português, a invasão de Bonaparte deu-se no ano anterior, ao final de 1807 e, 1808 foi o ano de chegada da família real em uma de suas colônias, sendo portanto este ano uma linha divisória para a história de Portugal e do Brasil.²² Napoleão era um entrave para a diplomacia portuguesa desde os primeiros anos do século XIX, mas a situação complicou-se por volta de 1806, quando os caminhos da guerra napoleônica criaram dificuldades para Portugal preservar-se neutro perante os principais beligerantes do momento, com os quais estava sumamente envolvido: Grã-Bretanha e França. Como a política de neutralidade do Príncipe Regente D. João não se

²⁰ BREÑA, R. *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América...*, cit. p. 73-74.

²¹ O ano de 1808 manifesta uma radical ruptura com o velho sistema e se vive um vazio decorrente da ausência de qualquer poder legítimo. Em consequência disso, uma série de cidades na Espanha peninsular organizaram sua administração política por meio de Juntas de Governo – modelo adotado, também, em muitas províncias coloniais. Sobre a formação de Juntas na Espanha ver: ARTOLA, M. La burguesía revolucionaria (1808-1874). In: ARTOLA, M.. *Historia de España...*, cit. p. 21; CHUST, Manuel (coord.). *1808: La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: FCE, El Colegio de México, 2007. ANNA, Timothy. “Cádiz y la revolución territorial de los pueblos mexicanos, 1812-1821”. In: ANNINO, Antonio (coord.). *Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX*. Buenos Aires: FCS, 1995. GUERRA, François-Xavier. (dir.). *Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español*. Madrid: Editorial Complutense, 1995. RAMOS SANTANA, Alberto. Cádiz en Iberoamerica: el ejemplo de la soberanía. In: RAMOS SANTANA, Alberto (coord.). *La Constitución de Cádiz y su huella en América*. Cádiz: UCA, 2011. PORTILLO VALDÉS, J. *Crisis Atlántica...*, cit. CHUST, Manuel e SERRANO, José Antonio (eds.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: AHILA, Vervuert, 2007.

²² ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993. p. 167-260. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311. BERBEL, Márcia Regina; PAMPLONA, Marco Antonio Villela (et al). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 2008. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005. SLEMIAN, Andréa e PIMENTA, João Paulo G. *A corte e o mundo*. Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008. JANCÓS, I. A construção dos Estados Nacionais..., cit. In: *História Econômica...*, cit. Do mesmo autor, *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/ Ed. Unijui/ Fapesp, 2003.

sustentou perenemente, em 1807 a Península Ibérica foi alvo das pretensões de crescimento imperial francês e vivenciou a invasão napoleônica. Diante da iminência da invasão, o Príncipe regente D. João parecia ter duas possibilidades: aliar-se à França e romper definitivamente com sua antiga parceira comercial – a Grã-Bretanha, ou seguir a indicação britânica e, com apoio de sua renomada Marinha, transferir-se para seu principal centro colonial. A família real portuguesa, dias antes da invasão dos oficiais franceses que já estavam em marcha, optou por refugiar-se em uma de suas colônias ao invés de aliar-se à França ou permanecer na Península enfrentando o invasor; a colônia eleita foi a América portuguesa, ponto nevrálgico dos domínios portugueses.²³ Tal decisão não foi aleatória, mas sim motivada pela diplomacia britânica, que tinha em vista aproveitar uma possível liberdade de comércio nas colônias portuguesas,²⁴ uma vez que se encontrava impedida de comercializar na Europa, pois sofria com o Bloqueio Continental – uma imposição francesa que, desejosa de arruinar o poderio econômico inglês, proibiu o comércio entre os países do continente e a Grã-Bretanha.²⁵

A solução portuguesa, divergente da espanhola, não necessariamente significou a perda ou renúncia da soberania monárquica, pois, na realidade, foi uma tentativa de garantir a integridade da dinastia e de seus domínios. A regência de D. João já desde

²³ É necessário destacar que, apensar de comumente é difundida como imprevisto, a transferência da família Real portuguesa para a América era um plano antigo que remonta meados do século XVII. Ver: SLEMIAN, A. e PIMENTA, J. *A corte e o mundo...*, cit.

²⁴ “A luta entre os interesses mercantilistas e o liberalismo econômico se processaria de forma intensiva na Inglaterra de 1815 a 1846, afetando drasticamente a política de todos os países coloniais diretamente relacionados com a expansão do Império britânico do comércio livre.” DIAS, M. *A interiorização da Metrópole...*, cit. p. 10.

²⁵ O Bloqueio Continental, decretado em 1806, proibia amplamente a entrada de gêneros e produtos britânicos nos portos da Europa continental, quer eles fossem carregados em navios britânicos ou não. Como retaliação aos países que descumprissem seu decreto, Napoleão considerava inimiga a nação que mantivesse comércio com a Grã-Bretanha. Portugal, que sempre apresentou tendência a aliar-se a estes últimos, permaneceu neutro, na tentativa de evitar conflitos quer com seus parceiros comerciais britânicos, quer com a França. Cabe destacar que esta imposição não foi uma tarefa fácil para a França, pois além de ter que fiscalizar o comércio europeu, teve de deslocar contingentes militares para retaliar os países que não cumprissem com o Bloqueio. Ver: SLEMIAN, A. e PIMENTA, J. *A corte e o mundo...*, cit.; ARTOLA, M. *Historia de España...*, cit.; MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit.; e, PEDREIRA, Jorge e COSTA, Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

Portugal revelava uma situação de fragilidade da monarquia, pois enquanto D. Maria permanecesse viva, a legitimidade monárquica o impedia de ser proclamado rei. O Brasil sempre aparecia como refúgio seguro quando a soberania portuguesa estava em causa. Nos Setecentos, a noção da grandeza e importância da América dentro do império português se consolidou entre os principais dirigentes políticos portugueses. Não é surpreendente, portanto, que no contexto pós Revolução Francesa, se cogitasse a mudança da Corte para o Brasil.²⁶ No entanto, a transmigração da Corte era uma solução inédita e como tal, alterava substancialmente a situação e a condição do Brasil e do Império português como um todo, pois criava um espaço de poder político na América,²⁷ fortalecendo o poder coesivo da monarquia portuguesa e do Rio de Janeiro, que tornou-se um polo que passaria a articular a diversidade americana. Neste espaço se iniciou uma troca de práticas e experiências políticas nunca antes vividas num espaço colonial, o que significou para os contemporâneos da mudança da sede da monarquia, uma enorme incerteza em relação às práticas políticas e a imposição da necessidade de abertura a novas possibilidades nas esferas de governabilidade. No tocante ao império espanhol acéfalo, em questão de alguns meses, começou a ruir na América um imaginário monárquico que, durante três séculos, concebeu o rei não só como majestoso, mas cheio de virtudes, um verdadeiro árbitro imparcial.²⁸ Assim, as invasões napoleônicas e seus desdobramentos agravaram a crise dos impérios ibéricos²⁹ o que favorece o estabelecimento de trocas e influências recíprocas como as que serão analisadas neste trabalho. Durante os processos

²⁶ PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 79-91, 180-201. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

²⁷ PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit. p. 29.

²⁸ LANDAVAZO, Marco Antonio. *La máscara de Fernando VII*. Discurso e imaginário monárquicos em una época de crisis. Nueva España, 1801-1822. México: El Colegio de México/Universidad Michoacana de San Nicolas de Hidalgo/El Colegio de Michoacán. 2001.

²⁹ HALPERIN DONGHI, Tulio. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos. 1750-1850*. Historia de América Latina, 3. Madri: Alianza Editorial, 1985. ANNA, Timothy. *España y la independencia de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986. Do mesmo autor, *La caída del gobierno español en la ciudad de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.

de independência americanos, o volume de publicações periódicas elevou-se e este tipo de imprensa, além de se transformar em um dos espaços de debate acerca destes acontecimentos, se consolidou como um meio de ação política.³⁰ Os fenômenos ocorridos na Península não foram independentes dos ocorridos na América, nem estes separados uns dos outros, mas é necessário ressaltar que a profunda transformação vivenciada neste momento, ao contrário do que se pode pensar, não foi a mudança de uma sociedade de tipo hierárquica para uma contratual – o que é na realidade um resultado mais direto dos processos revolucionários -, mas sim o surgimento de um fenômeno – a esfera pública - que emergiu em meio a esse processo. Tal transformação foi mediada pela leitura e discussão dos textos publicados em um momento de liberdade de expressão que permitiram aos agentes do período formular novas formas de fazer política. Assim, os periódicos tornaram-se fontes fundamentais para a compreensão deste processo. O espaço público, a partir da expansão da imprensa periódica e do aumento da circulação de impressos, vivenciou um fenômeno de politização.

A esfera pública iniciou seu desenvolvimento em decorrência de uma alteração no tipo de publicações, no início do século XIX, quando a imprensa incorporou novos temas, assumindo um papel ainda mais destacado na cena social, deixando de somente informar formalidades da gestão imperial e passando a apresentar conteúdos que se desenvolviam na Europa e que atuavam de maneira singular na mentalidade ibero-americana.³¹ Os jornais, assim como os panfletos, tiveram impacto na construção da opinião pública, pois as notícias e as informações foram levadas por meio deles a setores mais amplos da sociedade, que progressivamente puderam deixar de vê-las como domínio exclusivamente privado para assimilá-las como parte de um espaço público em

³⁰ ROLDÁN VERA, Eugenia. “Opinión Pública - México”. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol I. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 2009. p. 1065-1076.

³¹ FERNANDES, A. *Revolução em pauta...*, cit. p. 15-16.

construção. A imprensa, assim considerada, torna-se um complexo agente histórico, que intervém nos processos e episódios, não representando apenas um registro dos acontecimentos.³²

A observação do fenômeno dos encontros da imprensa novo hispânica e lusoamericana, neste trabalho, encerra-se em 1822, ano em que se formaliza a separação entre Portugal e Brasil e este surge, no cenário internacional, como nação soberana e atrelada a um correspondente Estado, que vivencia seu processo de formação. Esta data ultrapassa o ano em que se deu a ruptura formal entre a Nova Espanha e a Espanha, o que ocorreu em 1821. A formação do Estado e da Nação brasileiro e mexicano, como assinalado por István Jancsó, foram marcos de uma crise de esgotamento das formas tradicionais de existência política.³³ Esgotamento este pertencente a uma mesma conjuntura, resultante de uma elaboração decorrente das leituras de mundo que atingiram os agentes daquele período e forneceram a eles parâmetros de ação, expectativa e possibilidades, o que pretendemos observar, ainda que parcialmente, nas publicações periódicas do período.

³² MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005. E, PIMENTA, João Paulo Garrido. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2002.

³³ JANCÓS, István. A sedução da liberdade: cotidiano e contestação política no final do século XVIII. In: NOVAIS Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil v. I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CAPÍTULO 1

A FORMAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS DE DISCUSSÃO POLÍTICA NA AMÉRICA IBÉRICA

“Aunque la gente ruda y grosera no leal os diarios y demás papeles públicos, ignorando acaso hasta su existencia, las útiles instrucciones que ellos pueden comunicar, pasan insensiblemente por medio de las personas ilustradas. Así se difunden poco a poco las luces”³⁴

1.1 O advento da opinião pública e dos espaços de discussão política

Nas primeiras décadas do século XIX, Europa e América se articularam em um contexto de ruptura dos laços entre as metrópoles e suas colônias, o que se deu em meio às crises imperiais. Na América, tal ruptura propiciou o surgimento de Estados nacionais independentes que se tornaram possíveis nas mentalidades dos agentes desse processo, em grande medida, porque estes compartilharam um mesmo tipo de espaço de discussão política, no qual foi gestado um ambiente intelectual favorável não apenas para a percepção de que a independência era possível, mas também que a sua concretização efetiva era viável.³⁵ Para a compreensão de como isso se deu na prática, entendendo, por exemplo, como a variedade de projetos e alternativas que cercaram esses processos de independência puderam passar a ser, potencialmente, conhecidos pelo público em geral, é necessária uma análise e entendimento de dois conceitos caros a esse período: *opinião*

³⁴ *Diario de México*, II, n. 105, 13/01/1806.

³⁵ COSTA, W. Entre tempos e mundos..., cit. In: *Almanack Brasiliense...*, cit. PIMENTA, João Paulo Garrido. De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil. *Almanack Brasiliense* (Online), n. 11, São Paulo, 2010.

pública e espaço público.³⁶ Tendo em vista que o presente trabalho busca observar alguns pontos de contato entre os processos de independência da Nova Espanha e da América portuguesa, cabem aqui alguns questionamentos específicos: havia no início do século XIX, na Nova Espanha e na América portuguesa um grupo de pessoas informadas sobre o que ocorria em outras partes do mundo? Qual o impacto das chamadas publicações doutrinárias e seus prognósticos na opinião pública desses espaços?

Para Jürgen Habermas, espaço público é um espaço de discussão e crítica que ocorre à margem do poder político, escapando à rede de monopólios da monarquia. Desta forma, cria uma classe, que exerce sua razão dentro desse espaço, mas que enquanto classe não é homogênea, pois seus integrantes apresentam pensamentos contraditórios. Assim, o importante não é sua homogeneidade e sim o uso que ela faz da razão.³⁷ No mundo ibero-americano tais espaços públicos de discussão foram impulsionados, em um novo formato, a partir de uma considerável alteração na forma de pensamento e entendimento da realidade por parte das elites, processo iniciado entre os anos 1808 e 1810; destacando-se que no caso do Brasil o estabelecimento desses espaços remonta os anos 1820.³⁸

Alguns estudos apontam, todavia, para uma origem anterior da opinião pública. Gabriel Torres Puga considera que aquela já estava presente na sociedade novo hispânica do século XVIII, no momento em que a classe burguesa teria se diferenciado da Corte e

³⁶ NEVES, Lúcia Maria P. “Opinión Pública – Brasil”. ROLDÁN VERA, Eugenia. “Opinión Pública - México”. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol I. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 2009. p. 1011- 1023, 1065-1076. ROJAS, Rafael. “Opinión Pública”. In: ÁVILA, Alfredo; GUEDEA, Virginia; e IBARRA, Ana Carolina (coords.). *Diccionario de la Independencia de México*. México: UNAM, 2010. p. 274-282. MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos...*, cit.

³⁷ Segundo Habermas, o exercício da razão no espaço público político é a opinião pública. Ver: TORRES PUGA, Gabriel. *Opinión pública y censura en Nueva España*. Indicios de un silencio imposible, 1767-1794. México: El Colegio de México, 2010. p. 15-16. GUERRA, F. *Modernidad y Independencias...*, cit. p. 227.

³⁸ Neste trabalho, seguindo as reflexões de Reinhart Koselleck, entendemos moderno e modernidade como um processo assinalado por grandes modificações nas esferas política e social, alterando substancialmente o cotidiano. Ver: KOSELLECK, R. “Modernidad”. *Futuro pasado...*, cit. p. 287-332.

do povo, por meio da profusão de ideias contrapostas à gestão política. Torres Puga dissocia o surgimento da opinião pública da evolução conceitual pela qual o termo passou, identificando sua origem com as contestações que desencadearam as reformas políticas e administrativas do Estado absolutista espanhol ocorridas na segunda metade do século XVIII.³⁹ Essas reformas, decorrentes da ascensão dos Bourbons, notadamente de Carlos III, restringiram a autonomia da Igreja, das ordens religiosas, dos *cabildos* indígenas e do vice-rei, apoiando a monarquia em uma ideia absolutista. Nos Vice-Reinos, os Bourbons fomentaram a mineração e o comércio, buscaram expandir o território e urbanizaram as cidades mais importantes, o que trouxe como consequência um aumento da dominação colonial. Tais reformas, na Nova Espanha, criaram uma sensação de prosperidade e harmonia, porém esse espaço passava por um processo social de crescimento da população *criolla* e mestiça, o que desencadeava o desenvolvimento de uma intensa sensibilidade patriótica. Isso, ao final do século, fez com que setores da elite novo hispânica se considerassem pertencentes à uma região ilustrada, com economia crescente e instituições equivalentes às das nações europeias, o que assinalaria a existência de uma opinião pública no Vice Reino.⁴⁰ Neste trabalho, todavia, entendemos que o século XVIII vivenciou ao certo uma ampliação das discussões políticas, porém elas ficaram restritas a lugares privilegiados de sociabilidade e se deram por meio de relações e correspondências privadas que não tiveram maior expressão pública. Assim como Guerra, nomeamos esse momento vivenciado no século XVIII como um espaço público literário, que no século XIX foi suprido pelo espaço público político, a partir da crise das monarquias absolutistas que multiplicaram as formas de sociabilização quando ocorreu a redução da censura nas publicações da imprensa. No século XIX, a esfera particular de

³⁹ TORRES PUGA, Gabriel. *Opinión pública y censura en Nueva España*. Indicios de un silencio imposible, 1767-1794. México: El Colegio de México, 2010.

⁴⁰ FLORESCANO, Enrique e ROJAS, Rafael. El ocaso de la Nueva España. In: ZERÓN-MEDINA, Fausto (coord.). *La Antorcha Escendida*. Vol. 1. México: Clío, 1996. p. 8-9.

discussão sobre os temas políticos se manteve, como no século precedente, dentro da intimidade das casas; porém, uma nova esfera pública foi formada justamente em decorrência da circulação dos textos escritos.⁴¹

A ação da imprensa, então, foi fundamental para a criação da modernidade ideológica que despontou no início do século XIX. Impossível dissociar as discussões e tertúlias – exemplo da sociabilidade moderna – motivadas pelas publicações, do objetivo pedagógico político que essas mesmas publicações apresentavam por meio de sua ação multiforme. A partir desse momento, às informações gerais sobre a própria localidade e o mundo europeu somou-se um fenômeno de radicalização progressiva da linguagem e das referências ideológicas, o que se deu essencialmente pela discussão sobre livros e textos publicados em outros periódicos acrescidos de comentários do corpo editorial. A mensagem transmitida, além de ser selecionada, tinha, assim, sua interpretação direcionada.⁴²

Para os impérios ibéricos, as invasões napoleônicas foram de grande importância nesse momento, pois a ausência do rei espanhol e a transferência do monarca português para a América romperam o equilíbrio das relações súdito-monarca, permitindo o surgimento de espaços para crítica e discussão sobre o momento presente. É essencialmente a partir de 1810 que, tanto a América portuguesa como a Nova Espanha iniciaram o processo de constituição de um espaço de discussão sobre temas políticos, o que promoveu o desenvolvimento da opinião pública. Conceito importante para o período das independências, em 1808 ainda se relacionava com a voz geral da sociedade, ganhando, a partir de 1810, um novo conceito, quando as discussões iniciaram um processo no qual deixaram o domínio do governo, para alcançar novos espaços.

⁴¹ GUERRA, F. *Modernidad y Independencias...*, cit. p. 227-230. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Revolucionarios y Liberales...*, cit. In: CALDERÓN, M. e THIBAUD, C. (eds.) *Las revoluciones en el mundo atlántico...*, cit. PALTÍ, E. *El tiempo de la política...*, cit.

⁴² GUERRA, F. *Modernidad y Independencias...*, cit. p. 115-148, 227-274.

Os espaços de publicação, devido ao uso da linguagem escrita, foram meio para a criação de uma cultura política, porque neles eram enunciados diversos discursos que atuavam sobre o contexto linguístico e social da época, podendo inovar não apenas os conceitos da língua, mas a forma de aplicá-los na vida em sociedade e a relação desta com a política. A imprensa, neste momento foi, portanto, um complexo agente histórico, pois intervinha nos processos e episódios, não representando apenas uma tentativa de registro dos acontecimentos. No período das independências seu papel foi decisivo, pois ampliou os espaços de liberdade de expressão e se tornou um espaço de crítica, colocando em cena debates e difundindo ideias que se associaram ao desenvolvimento da opinião pública.⁴³ Esta, juntamente, com o aparecimento das eleições modernas, se relacionou com o surgimento de novas concepções sobre o corpo social, a soberania e a representação⁴⁴, pois promoveu novas formas de pensar e fazer política.

Na América ibérica, essa nova forma de fazer política se deu a partir do debate impulsionado por publicações europeias que, já século XVIII, favoreceram um olhar menos localista, pois o diâmetro dos espaços analisados foi ampliado e aos leitores foi proporcionada uma visão de conjunto sobre os acontecimentos que relacionavam as metrópoles europeias e suas colônias na América. Tais ideias circulavam em periódicos muitas vezes proibidos nos espaços coloniais, o que não impediu a difusão dessas ideias, muitas vezes trazidas pelos viajantes. Um dos primeiros responsáveis a levantar temas que foram analisados nos espaços de discussão política europeu e americano foi Guillaume-Thomas François Raynal que, ao final do século XVIII, especificamente em

⁴³ GUZMÁN PÉREZ, Moisés. *Impresores y editores de la independencia de México, 1808-1821*. Diccionario. México: Porrúa. 2010. p. 17; GUERRA. *Modernidad y Independencias...*, cit.; Anderson. *Comunidades Imaginadas...*, cit. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Revolucionarios y Liberales...*, cit. In: CALDERÓN, M. e THIBAUD, C. (eds.) *Las revoluciones en el mundo atlántico...*, cit. PALTI, E. *El tiempo de la política...*, cit.

⁴⁴ GUERRA, François-Xavier e LEMPÉRIÈRE, Annick; et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. FCE: México, 1998. p. 06.

1770, na cidade de Amsterdã, iniciou a publicação da *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des européens dans les deux Indes*, que em 1776, ano da Independência das Treze Colônias da América britânica, já era uma obra conhecida na Europa e América. O autor, considerado um dos principais mestres no tratamento das questões coloniais, auxiliou a formação do pensamento no tangente a essas questões, pois sua obra foi responsável pela difusão na Europa, da história e geografia das colônias. Apresentava uma série de prognósticos acerca da viabilidade da ruptura entre as colônias e suas metrópoles e, a cada nova impressão, anexava à obra uma série de revisões, pois a aceleração das transformações o convocava a escrever, para demonstrar a confirmação de seus prognósticos.⁴⁵

Como no imaginário lusoamericano essa obra começou a se tornar conhecida no mesmo período em que os Estados Unidos surgiam como nação, as concepções intelectuais da época viram na obra escrita o anúncio do exemplo concreto e inédito de que haviam tomado consciência: a real ruptura entre uma colônia e sua metrópole num contexto imperial. Algumas das concepções intelectuais que foram decorrentes dessas relações incorporaram posteriormente os exemplos da Revolução Francesa, de 1789 e da Revolução Haitiana, de 1791. Importante destacar que no mundo lusoamericano, assim como no mundo hispano-americano, o exemplo haitiano foi rechaçado e pouco utilizado como modelo para qualquer contestação política.⁴⁶ Além disso, as contestações políticas ocorridas em espaços coloniais da Nova Espanha e América portuguesa, no final do século XVIII, de maneira alguma anunciavam ou pretendiam a independência e ruptura com a monarquia, isso estava fora de questão nesse momento. O modelo serviu apenas

⁴⁵ AGUIRRE ELORRIAGA, Manuel. *El abate de Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983. PIMENTA, J. De Raynal a De Pradt..., cit.

⁴⁶ Os hispano-americanos tiveram receio de empreender um movimento revolucionário como o haitiano devido ao conhecimento das consequências negativas que tal processo apresentou. Ver: BREÑA, R. *El imperio de las circunstancias...*, cit. p. 179.

para incentivar a contestação à gestão política – “morra o mau governo” - de maneira a promover algumas reformas estadistas que reorganizassem um estado de coisas, no tocante a administração pública, ajustando aquilo que estava desarranjado.

Uma publicação fundamental para a difusão das ideias que circulavam no mundo europeu sobre a Espanha, Portugal e suas Américas foi o *Correio Brasiliense*, que editado mensalmente em Londres desde 1808 até 1822, dirigiu, ao longo de seus vinte e nove volumes, críticas que projetavam uma reforma monárquica no governo português. Apesar de formalmente proibido de circular em Portugal e no Brasil, suas edições circulavam amplamente nesses espaços e eram lidas até mesmo pela Corte no Rio de Janeiro. Suas edições contemplavam a publicação de documentos e análises sobre acontecimentos especialmente os ligados ao universo português e espanhol, além da seção “Literatura e Ciências” que dava notícias ou publicava resenhas de obras que interessavam ao seu público leitor.

Nas cinco edições publicadas entre 1808 e 1810, o *Correio Brasiliense*, em uma prática comum às publicações do período, se dedicou a transcrever ou comentar notícias veiculadas em uma importante revista literária europeia: a publicação trimestral *Edinburgh Review*.⁴⁷ Nela haviam sido analisadas três obras que ofereceram pretextos para os editores traçarem prognósticos sobre a independência na América espanhola: a *Carta derijida a los Españoles Americanos, por uno de sus compatriotas*, de Juan Pablo Viscardo y Guzmán;⁴⁸ o *Compendio de la Historia Geográfica, natural e civil de Chile*,

⁴⁷ A *Edinburgh Review* apresentou até o século XIX três momentos editoriais. No primeiro, entre os anos 1755 e 1756, tinha como objetivo auxiliar o progresso intelectual do país apresentando obras estrangeiras como as de Jean-Jacques Rousseau e Adam Smith. Entre 1773-1776, apareceu novamente no mercado editorial com publicações mensais sobre a mesma temática. O *Correio Brasiliense* dialogou com o terceiro momento editorial da revista que, entre 1802 e 1829, promoveu a política segundo as ideias do Partido Whig.

⁴⁸ A *Carta derijida a los Españoles Americanos* foi resenhada pela *Edinburgh Review*, n. XXII e analisada pelo *Correio Brasiliense*, v. II, n. 11, 04/1809 e n. 13, 06/1809.

de Ignacio Molina;⁴⁹ e o *Ensayo político sobre el reino de la Nueva-España*, de Alexandre Humboldt.⁵⁰ O *Correio Brasiliense* muitas vezes publicava a resenha da resenha publicada na *Edinburgh Review* e acrescentava nas análises suas próprias conjecturas acerca da América portuguesa, o que se deu, por exemplo, quando analisou a *Carta derijida a los Españoles Americanos*. Enquanto a *Edinburgh Review* utilizou esse documento para tratar apenas dos interesses britânicos na independência da América espanhola, declarando que isto seria inevitável apesar da ausência formal de incentivo da Grã-Bretanha que desejava manter seu bom relacionamento com a Espanha, o *Correio Brasiliense* declarou que a *Carta derijida a los Españoles Americanos* apontava para:

a separação das colônias Europeias na América; acontecimento, que todos os políticos têm previsto há muitos anos, e que se tem já começado a pôr em prática, primeiro nos Estados Unidos, e depois no Brasil. A separação destas duas diferentes porções de colônias de suas metrópoles europeias, teve motivos e causas, na aparência, muito diversas, mas na realidade foram as mesmas; porque a independência dos habitantes do Mundo é consequência necessária da sua situação local, e a causa próxima, que a acelera ou desenvolve, é coisa meramente accidental.⁵¹

Maior disparidade de visão acerca do que é noticiado ocorre com o *Ensayo político* de Alexandre Humboldt. A observação incide sobre a Nova Espanha e a *Edinburgh Review* recuou suas expectativas em torno da independência da América

⁴⁹ O *Compendio de la Historia Geográfica, natural e civil de Chile* foi resenhado pela *Edinburgh Review*, n. XXIII e analisado pelo *Correio Brasiliense*, v. III, n. 16, 09/1809.

⁵⁰ O *Ensayo político sobre el reino de la Nueva-España* foi resenhado pela *Edinburgh Review*, n. XXXI e analisado pelo *Correio Brasiliense*, v. IV, n. 25, 06/1810.

⁵¹ *Correio Brasiliense*, v. II, n. 11, 04/1809. In: PIMENTA, J. De Raynal a De Pradt..., cit. p. 92.

espanhola por considerar que na América havia um sentimento que não era favorável à ruptura com a Espanha. Em contrapartida, quando o *Correio Brasiliense* noticia o *Ensayo político*, em 1810, publica, também, a primeira notícia acerca da formação da junta de governo de Caracas e discorda abertamente da posição da revista: “a recente revolução de Caracas, em que este país se declarou independente [...] mostra bem quanto os Revisores [da *Edinburgh Review*] se enganaram no caráter que deram a estas comoções da América Espanhola”.⁵²

Isso não significa que o rompimento entre colônias e metrópoles ocorreria na esteira cronológica dos acontecimentos. Nosso objetivo aqui é retratar parte do cenário que circunda os agentes políticos do período. Estes, muitas vezes, não consideravam ainda o projeto independentista, que era aventado apenas por alguns contemporâneos.

Outro dos grandes responsáveis pela propaganda a favor da emancipação das colônias da América hispânica, nesse contexto de publicações europeias, foi o abade francês Dominique Defour De Pradt, que ficou conhecido como historiador dos congressos e das revoluções emancipadoras da América espanhola. Nascido em 1759, foi ordenado sacerdote provavelmente no ano de 1784 e em 1798 publicava seu primeiro livro, que foi um sucesso editorial: *O Antídoto ao Congresso de Rastad*. Nele, propunha a criação de uma Confederação europeia contra a Revolução Francesa. Reconhecido por sua atividade política, viveu cinco épocas antagônicas: o absolutismo monárquico, a Revolução Francesa, o império Napoleônico, a Restauração Bourbônica e a monarquia liberal-burguesa de Orleans; sobre a maioria delas, semeou na Europa e América seus ideais e propósitos.

Suas publicações sobre os Congressos Internacionais que se seguiram à queda de Napoleão, foram lidas na América hispânica, e influenciaram o entendimento dos *criollos*

⁵² *Correio Brasiliense*, v. IV, n.25, 06/1810. In: PIMENTA, J. De Raynal a De Pradt..., cit. p. 92.

sobre a situação europeia, pois afirmava que os congressos eram reuniões de reis contra os povos.⁵³ De Pradt apresenta publicações sobre os seguintes Congressos: Viena (1814-1815), Aquisgrán (1818), Karlsbad (1819), Trouppau-Leibach (1820-1821) e Verona (1822). Apesar de o tema central dessas publicações serem análises das decisões dos monarcas europeus, fez menções à situação colonial a todo momento. Ao tratar do Congresso de Viena, mencionou o abandono de Portugal pela casa de Bragança e se mostrou favorável à coroação de um monarca Bourbon. Em outros escritos apontou à marginalização da Itália, Portugal e Espanha no cenário europeu, porém ressaltou que os impérios ibéricos ocupavam-se somente da América, o que explicaria tal situação. Na realidade, esse tipo de consideração era tema desde o *Antídoto*, cujo capítulo XIII completo foi dedicado às colônias e serviu como esquema para a publicação de 1802: os três volumes que compõem *As Três Idades da Colônia*. Sua atenção para este tema era tão relevante que entre 1816 e 1827 publicou uma série de obras a favor do que chamava emancipação americana, dentre as quais:⁵⁴ *Congresso de Viena* (1816), no livro II, trata daquilo que teria sido esquecido pelo Congresso: religião, colônias e comércio; *Antídoto ao Congresso de Radstadt* (1817); *As colônias e a Revolução Atual da América* (1817); *Os três últimos meses de América e do Brasil* (1817); *Os seis últimos meses de América e do Brasil* (1818); *Peças relativas a Santo Domingo e América* (1818); *Europa e América depois do Congresso de Aquisgrán* (1821); *Europa e América em 1821* (1822); *Exame do Plano apresentado às Cortes sobre o reconhecimento da Independência da América* (1822); *Europa e América em 1822 e 1823* (1824); *França, a emigração e as*

⁵³ AGUIRRE ELORRIAGA, M. *El abate de Pradt en la emancipación hispanoamericana...*, cit. p. III-V, 36 e 37.

⁵⁴ As obras citadas foram listadas a partir do estudo sobre o abade De Pradt realizado por Manuel Aguirre Elorriaga. Ver: AGUIRRE ELORRIAGA, M. *El abate de Pradt en la emancipación hispanoamericana...*, cit. p. 55-56.

colônias (1824); *Verdadeiro sistema da Europa a respeito da América e Grécia* (1825); *Congresso do Panamá* (1825); *Concordata de América com Roma* (1827).

Devido às suas publicações, o abade De Pradt foi reconhecido, entre 1817 e 1830, como responsável pela primazia da propaganda realizada sobre a revolução emancipadora das colônias americanas. É necessário esclarecer que De Pradt foi tributário de Raynal, leu suas obras e utilizou abertamente suas considerações geográficas e históricas. Além de Raynal, De Pradt leu Montesquieu, do qual incorporou a ideia de que a independência das colônias espanholas era inevitável, e a concepção de que tanto a América quanto a Espanha eram potências e que esta era superada por aquela, de maneira que a Espanha era dependente de suas colônias. De Pradt aplicou essa ideia também para Portugal e suas colônias. Leu, também, o economista Turgot, de quem herdou a persuasão da iminência das independências; não sabemos ao certo quais obras desse autor De Pradt utilizou, pois ele não apresentou uma preocupação sistemática em suas citações. Edmund Burke o influenciou amplamente na sua admiração pelo liberalismo inglês e o auxiliou na compreensão das diretivas da política britânica.⁵⁵

Em 1802, quando publicou *As Três Idades da Colônia*, De Pradt dialogou com a Revolução de Santo Domingo. Era tema da atualidade europeia a iminência das independências da América espanhola e esse levantamento lhe era caro por dois motivos: inicialmente, por sua relação direta com a França, e também, pelo interesse em registrar quais impactos na política imperial espanhola tal ocorrência apresentava, pois os acontecimentos na América britânica já alentavam a possibilidade de uma ruptura. Nessa publicação, apresentou dois grupos de hipóteses para explicar as formas pelas quais poderia ocorrer a separação das colônias de suas metrópoles: as emancipações preparadas,

⁵⁵ Idem, p. 58.

nas quais a metrópole prepararia a colônia para a separação, e as emancipações não preparadas ou violentas, nas quais as colônias seriam separadas sem nenhum aviso prévio.

Ao tratar da emancipação preparada, apresentou algumas concepções: a primeira delas, previa a ocorrência de uma preparação por meio de um Congresso Internacional no qual os príncipes e as potências definiriam um código colonial que culminaria em uma imposição de separação por parte da metrópole, e esta receberia por isso uma indenização. A segunda concepção apresentava um desprendimento espontâneo da colônia em relação à metrópole, que prepararia este momento enviando príncipes de sua casa monárquica para preparar e acompanhar a separação. No terceiro modo por ele exposto, a separação se daria com uma tutela da França, em suas próprias palavras superior em luzes e força na política europeia. A última concepção de emancipação preparada implicaria em uma dominação das colônias pela Inglaterra que ao invés de tomá-las para si, daria a elas a independência preparando-as previamente para este momento, salvaguardando apenas algumas vantagens comerciais. Os modos de emancipação não-preparada diferenciam-se pouco das primeiras concepções apresentadas. Segundo o autor, o primeiro seria o abandono voluntário e imediato da colônia por parte da metrópole; o segundo, seria um abandono involuntário da Espanha em relação às suas colônias caso ficasse bloqueada pela Inglaterra e privada de embarcações. O terceiro modo, similar ao quarto da emancipação preparada, teria apenas a diferença que a Inglaterra após conquistar as colônias, já as abandonaria imediatamente à independência. E, por fim, o quarto modo seria a separação espontânea das colônias, independente da oportunidade ou ocasião. De Pradt, ao final desta exposição reforçava que todas as possibilidades de emancipação eram possíveis juntas ou separadas.⁵⁶

⁵⁶ A apresentação das hipóteses e conselhos do abade De Pradt sobre a forma como se deveria realizar a emancipação encontram-se no capítulo III do já mencionado estudo de Aguirre Elorriaga. Ver: AGUIRRE ELORRIAGA, M. *El abate de Pradt en la emancipación hispanoamericana...*, cit. p. 67-70.

Uma reflexão se faz necessária ao tomarmos essa exposição: por que um autor francês aventava tantas possibilidades de ruptura entre as colônias hispano-americanas de sua metrópole? De Pradt com suas inquietações sobre a política do período em que vivia auxiliou a construção de um cenário geral que aproximava localidades naturalmente separadas pelo Atlântico e, também, localidades próximas, por vezes fronteiriças, que a partir da exposição de seus pensamentos passaram a descortinar suas similaridades. A Nova Espanha e América portuguesa puderam realizar uma compreensão dos fenômenos que viviam de forma conectada, pois ao entrar em contato com um olhar estrangeiro que as interligava, puderam perceber a similitude de seus processos.

Entre 1798 e 1802, os escritos de De Pradt mostraram uma mudança de pensamento que certamente influenciou a percepção europeia acerca da ruptura entre metrópoles-colônias. No *Antídoto*, considerava a emancipação algo lamentável. Nas *Três Idades*, ele desejava essa emancipação e a entendia como um direito inerente da maioria colonial. O conceito de emancipação se plasmava, assim, em meio a um universo que conjugava ideias, discursos e práticas que buscavam compreender o que se passava. No mundo lusoamericano, os prognósticos de De Pradt também se fizeram presentes nos espaços públicos de discussão política.⁵⁷ O *Correio Brasiliense* resenhou uma publicação sua em 1817, durante a revolução republicana de Pernambuco, que avaliava a situação de 1808. Para De Pradt, com a transferência da Corte para o Brasil:

⁵⁷ MOREL, Marco. Independência no papel: a imprensa periódica. In: JANCSÓ, István (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec, 2005. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos e a cultura política da Independência do Brasil. In: Jancsó. I. *Independência...*, cit. ARAÚJO, Ana Cristina B. de. Um império, um reino e uma monarquia na América: as vésperas da Independência do Brasil. In: Jancsó. I. *Independência...*, cit. AGUIRRE ELORRIAGA, M. *El abate de Pradt en la emancipación hispanoamericana...*, cit.

tudo se mudou em Portugal, no Brasil, e talvez no mundo. O navio, que levou El Rei de Portugal, levou consigo novos destinos para o universo. Apenas se percebeu a natureza de tão importante acontecimento. Era necessário tudo quanto se tinha passado, para atrair a isto atenção. Pela mudança da residência d'El Rei se inverteu toda a antiga ordem entre Portugal e o Brasil, e entre Brasil e Portugal. Um tomou o lugar do outro [...]. Formaram-se imediatamente duas novas combinações entre Portugal, reduzido agora a colônia, e o Brasil vindo a ser metrópole; entre o Brasil aspirando a conservar o Rei, e Portugal de sua parte aspirando a recuperá-lo; entre o Brasil vivificado e enriquecido pela presença do Soberano, e Portugal humilhado e empobrecido pela sua ausência, e afligido pela distância.

Por fim, sentenciou: “El Rei não pode conservar o seu domínio em Portugal e no Brasil; e deve escolher ou ser Rei de Portugal e abandonar o Brasil, ou ser Rei do Brasil e abandonar Portugal”.⁵⁸

As obras e textos expostos acima compõem o arcabouço doutrinário no qual começou a ser aventada a possibilidade real de ruptura metrópole-colônia. Nesse contexto, a opinião pública, conceito composto por diferentes facetas e funções múltiplas, foi um agente das ações políticas dos processos que se desencadearam na América ibérica. Decorrente da imprensa, de seu crescimento numérico, da organização de tertúlias, sociedades literárias e academias, a opinião pública influenciou e foi influenciada mutuamente pelo labor pedagógico desempenhado por este meio de comunicação nos processos postos em marcha a partir de 1808. A articulação entre a esfera particular de

⁵⁸ DE PRADT. *Des trois derniers mois de l'Amerique*, segundo a tradução para o português do *Correio Brasiliense*, v. XIX, 09/1817. In: PIMENTA, J. De Raynal a De Pradt..., cit. p. 94.

discussão ocorrida no interior das casas e a esfera pública foi o mecanismo indispensável para transformar as opiniões articuladas em verdade, da qual todos estariam convencidos. Assim, esse consenso elevava a opinião pública à condição de representante da vontade geral de um povo, ganhando uma nova legitimidade. Indispensável comentar que a sua formulação de nenhuma maneira conseguiu realmente abarcar todos os setores da sociedade; portanto havia nela um grupo de agentes ativos e também um público passivo e silencioso. O papel ativo na formação da opinião pública pertenceria a supostos sábios cujo caráter elitista era patente, uma vez que esses agentes eram pessoas que pela natureza de suas ocupações atribuíam-se a função de ensinar e atuar de maneira a fazer a pátria feliz. Eram pessoas que lidavam com a história, a jurisprudência e os estudos políticos ou morais. Ao longo dos processos de independência e formação dos Estados nacionais, esse corpo ativo assumiu uma função reguladora do regime representativo e sua ação teve duas direções: uma voltada ao governo, de modo a prover a ele novas luzes políticas e combinações para a administração; outra, voltada para a massa da população, formando a opinião inspirando os princípios ditados pela razão universal. É assim que atuaram os pedagogos da nação.⁵⁹

⁵⁹ GUERRA, F. *Modernidad y Independencias...*, cit. p. 227-274. FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, J. *Revolucionarios y Liberales...*, cit. In: CALDERÓN, M. e THIBAUD, C. (eds.) *Las revoluciones en el mundo atlántico...*, cit. PALTÍ, E. *El tiempo de la política...*, cit. NEVES, Lúcia Maria P. “Opinión Pública – Brasil”. ROLDÁN VERA, Eugenia. “Opinión Pública - México”. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol I. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 2009. p. 1011- 1023, 1065-1076. ROJAS, Rafael. “Opinión Pública”. In: ÁVILA, Alfredo; GUEDEA, Virginia; e IBARRA, Ana Carolina (coords.). *Diccionario de la Independencia de México*. México: UNAM, 2010. p. 274-282. MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos...*, cit

1.2 A Nova Espanha nos periódicos lusoamericanos

Entre 1807 e 1808, a situação política da Península Ibérica foi alterada com a invasão de Napoleão Bonaparte e, quando as notícias atingiram os espaços coloniais, processos com especificidades distintas foram gerados. A transformação na Espanha foi de tal grandeza que 1808, segundo Guerra, marcou o princípio de profundas transformações nos ideais e imaginários do mundo hispânico, pois neste momento se iniciou o processo americano no qual se inseriram as independências.⁶⁰ O governo português de D. João, príncipe regente, para evitar o encontro com o exército francês, deu sequência a um plano, que como será explicado mais adiante, era inédito e transferia a Corte para uma de suas colônias, no caso a principal delas, a americana.⁶¹

Apesar das especificidades distintas de sua organização imperial, Espanha e Portugal estavam unidos em uma crise jamais enfrentada: estava em questão a continuação de suas existências políticas, pois as circunstâncias decorrentes das Invasões Napoleônicas se transformaram em ameaças intensas. A transladação da Corte para a América portuguesa foi, na realidade, uma tentativa de garantir a integridade monárquica em meio a esse contexto de crise. No entanto foi inédita e originou dentro dos espaços de poder político na América um espaço que fortaleceu o poder coesivo da monarquia portuguesa e o Rio de Janeiro tornou-se palco onde se iniciou uma troca de práticas e experiências políticas nunca antes vividas num espaço colonial. 1808 marcou tanto para os peninsulares, quanto para os habitantes dos domínios coloniais portugueses, um abalo

⁶⁰ GUERRA, F. *Modernidad y Independencias...*, cit. p. 11. RODRÍGUEZ O., J. *La independencia de la América española...*, cit. GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. In: Jancsó. *Independência...*, cit. JANCÓS, I. *A construção dos Estados Nacionais na América Latina...*, cit. DIAS, M. *A interiorização da Metrópole...*, cit..

⁶¹ É necessário destacar que, apensar de comumente é difundida como improvisto, a transferência da família Real portuguesa para a América era um plano antigo que remonta meados do século XVII. Ver: SLEMIAN, A. e PIMENTA, J. *A corte e o mundo...*, cit.

na crença política que se fundamentava em um imaginário social que colocava o rei no lugar central - como guardião da justiça.

A América portuguesa não viveu um vazio de poder, como sua vizinha hispânica, pois o príncipe regente se encontrava justamente no espaço colonial; porém, percebemos que os homens influentes das duas Américas passaram a desejar uma maior participação política. Acerca da presença do regente, que mais tarde se tornaria o rei de Portugal, Brasil e Algarves, a historiografia brasileira apresenta interpretações diferenciadas para sua significação. É indiscutível que essa presença é fundamental para a realização da independência em relação a Portugal; no entanto, alguns historiadores afirmam que a instalação da monarquia portuguesa na América foi a grande responsável pela alteração do curso político, que teria seguido os padrões da América espanhola caso não tivesse recebido o Regente. Outros, afirmam categoricamente que esta instalação é, praticamente, a realização da independência.⁶² Segundo Maria Odila Dias, a separação formal entre Brasil e Portugal, em 1822, não foi tão importante, pois já em 1808, a vinda da Corte e a abertura dos portos haviam consumado a evolução da colônia para império.

A transmigração da Corte para a América, de fato, impulsionou um rearranjo político, porém a independência não estava predeterminada, pois, uma vez que nenhuma renovação é promovida a partir de uma única ideia ou projeto, não a podemos considerar como apenas uma reelaboração do legado colonial.⁶³ As profundas alterações políticas que se engendraram nesse momento nos ajudam a identificar que a Vinda da Corte não foi apenas uma transferência, mas sim uma reinvenção da Monarquia, principalmente na sua prática política, uma vez que as principais estruturas coloniais foram reorganizadas. As medidas tomadas, como, a Abertura dos Portos, a instituição da Imprensa Régia e a

⁶² MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência. O federalismo pernambucano de 1817 a 1824*. São Paulo, 34, 2004. DIAS, M. *A interiorização da Metrópole...*, cit.. E, PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil*. Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 21ª ed, 6ª reimpressão, 2008.

⁶³ COSTA, Wilma Peres. A Independência na historiografia brasileira. In: Jancsó. I. *Independência...*, cit.

elevação da colônia, em 1815, à condição de Reino, sendo este unido a Portugal e Algarves, se tornaram dispositivos que desencadearam o fim do pacto colonial e abriram, no Brasil, o caminho que a maioria das colônias americanas tomaria, na primeira metade do século XIX: a ruptura de seus laços coloniais,⁶⁴ mas de maneira nenhuma determinavam necessariamente este acontecimento, pois estas ocorrências eram mais alternativas de uma monarquia que se reformava para manter-se no poder, do que as atitudes de uma sociedade colonial em busca de sua independência. Entretanto, as medidas citadas acima, indicam uma ruptura com os padrões das monarquias de Antigo Regime, pois, para além do fato de nunca antes a sede de uma monarquia ter se localizado em uma de suas colônias, as medidas tomadas desfizeram gradativamente os laços que ligavam a colônia portuguesa na América de sua metrópole. A Abertura dos Portos, por Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, por exemplo, representava, na realidade, uma séria quebra nas relações econômicas entre a colônia e a metrópole.⁶⁵ A criação de novas instituições administrativas, uma série delas com duplicata em Lisboa, também desagradou ou, ao menos, incomodou os portugueses peninsulares. Isto porque o Rio de Janeiro passou por uma reconfiguração para ser a sede da administração central - área de atuação direta do próprio príncipe regente, tanto que, institucionalmente, ocorreu o desaparecimento do vice-rei. Tal fato carregou consigo inúmeras consequências: primeiramente, houve uma transformação civilizacional, havia a necessidade imperiosa de tornar a sede da Corte digna desta condição e ocorreu, então, um processo de “europeização”, para que a situação se tornasse mais favorável; por isso, foram realizadas melhorias urbanísticas, o que se deu por meio da pintura das casas, redimensionamento de suas fachadas; alargamento das avenidas; abolição de casas de comércio consideradas feias e ornamentação geral das casas de família e de comércio com plantas e flores. Havia

⁶⁴ PRADO Jr., C. *Evolução Política do Brasil ...*, cit., p. 45.

⁶⁵ Idem, p. 47.

também uma preocupação com o abastecimento da cidade, era necessário reorganizar o abastecimento de víveres, por exemplo, e criar e aperfeiçoar as acomodações, uma vez que a cidade receberia milhares de pessoas juntamente com a família real. Além disso, houve uma mudança no perfil geral das atividades administrativas e governativas, pois, como mencionado, uma série de órgãos da administração central foi criada, dentre eles, a Imprensa Régia no Brasil, em 13 de maio de 1808.⁶⁶

A imprensa na América portuguesa foi implantada muito tempo após sua criação em outras regiões da América, pois nos territórios hispânicos, por exemplo, as primeiras publicações, que tinham objetivos catequéticos, datam do século XVI. A imprensa voltada para a difusão de arte, política, economia, e outros costumes europeus nos Reinos, data do século XVIII, período em que alguns editores influenciados pelo espírito Iluminista viabilizaram espaços que promoviam questionamentos e análises sobre a organização da vida em sociedade - nesse momento, as monarquias realizaram reformas nas suas instituições, desde as educacionais até as administrativas, e a imprensa auxiliou a divulgação e debate sobre essas medidas. A chegada da imprensa na América portuguesa fez-se num momento muito importante, pois o cenário apontava para um futuro delineamento político, um novo enquadramento da administração pública. Alguns dos periódicos que surgiram a partir de 1808, começaram a ser publicados em meio ao processo independentista e, na esteira do fomento aos espaços de viabilização do pensamento, assumiram um papel de destaque, pois promoveram a ampliação do debate, do espaço de observação e de interação entre os habitantes. Sua circulação permitiu a ampliação dos espaços públicos de discussão, tornando-se, assim, instrumentos de fomento político.⁶⁷

⁶⁶ GOUVÊA, M. As bases institucionais da construção da unidade..., cit. In: Jancsó. *Independência...*, cit.

⁶⁷ Ver: MOREL, M. Independência no papel..., cit. In: Jancsó. I. *Independência...*, cit. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos..., cit. In: Jancsó. I. *Independência...*, cit. FERNANDES, A. *Revolução em pauta...*, cit. p. 13-15.

Na América portuguesa, a imprensa régia surgiu em decorrência de uma necessidade do governo de expor suas posições e ações. Maria de Fátima Gouvêa considera que a presença física da família real é a causa principal da aquisição de um novo vocabulário. Todavia, muitas das publicações contribuíram para reforçar os valores políticos tradicionais da monarquia portuguesa, mas, simultaneamente, apontou para mudanças que esta mesma monarquia desejava evitar.⁶⁸

Um dos questionamentos iniciais deste capítulo é compreender se a América portuguesa tomava conhecimento do que se passava em outras partes do mundo. O periódico *Sentinela da Liberdade*, apesar de possuir poucos números editados, revela o perfil de interesse do público da América portuguesa:

Temos extratado das Sentinellas de Pernambuco as notícias do México, não somente porque sendo notícias da América, nos devem de preferência a quaisquer outras, interessar, mas outrossim, porque tendo, nós, algumas informações circunstanciadas dos negócios políticos atuais do Peru, julgamos que de toda esta massa se possa coligir um sumo Político-Diplomático, que tenha toda a relação a este País.⁶⁹

No excerto acima, percebe-se a importância dada para as notícias da própria América, foco de interesse acima de qualquer informação de outra localidade e, também, o caráter formativo dos editores do jornal, que ao perceberem que possuíam notícias do México e do Peru que se interligavam, formando um único cenário político, as publicaram de maneira correlacionada, a fim de traçar o cenário americano e assim, auxiliar na

⁶⁸ GOUVÊA, M. As bases institucionais da construção da unidade. Dos poderes do Rio de Janeiro joanino: administração e governabilidade no Império luso-brasileiro. In: Jancsó. *Independência...*, cit. PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit. p. 290-378.

⁶⁹ *Sentinela da Liberdade*, n.10, 29/08/1823. Reforço, aqui, meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta por me ceder as pesquisas realizadas neste periódico.

formação da opinião sobre esse espaço no pensamento de seu público leitor. Apesar de tal informação ficar evidenciada pela redação desta notícia que foi publicada somente em 1823, percebe-se o mesmo intento em publicações de anos anteriores, como veremos a seguir.

A Idade D'Ouro do Brasil, periódico lançado no dia 14 de maio de 1811, em Salvador, sob a proteção do conde dos Arcos, governador geral da Bahia, era uma espécie de diário oficial da época e proveniente da iniciativa privada. Em um de seus primeiros números, apresenta a transcrição de uma publicação londrina sobre o México, e nos dá a conhecer como os periódicos assumiram um papel destacado de agentes na cena política lusoamericana:

Londres 6 de Março.

Notícias recebidas do *México* até 10 de Novembro asseguram que no Palácio do Governo tinha havido uma Sessão de todos os Officiais Maiores, e principais Habitantes presidida pelo *Marquês de S. Romão*. Determinou-se ali que se levantassem alguns Batalhões que se distinguiriam com o nome de *Fernando VII*. O *Vice-Rei* seria o Comandante em Chefe, e todos os moradores da Cidade assim *Espanhóis*, como *Naturais* de 16 anos para cima, e que não tivesse outra alguma Praça, seriam alistados nestes Corpos.

O Governador de *Lima* prometeu socorrer aos Patriotas de *Monte Video* com 100 pesos, oferecendo enviá-los por alguma Fragata, ou Navio dos que ali se achavam.

N. B Parece que este socorro amplificado com alguns donativos foi o, que nós anunciámos no nosso N.º 1º vindo pelo Bergantim *Phenix* que entrou nesse Porto em 10 de Maio.⁷⁰

A publicação acima revela uma prática comum no início do século XIX. As notícias publicadas em um jornal eram transcritas em outras publicações, muitas vezes recebendo comentários adicionais. Depreende-se a partir desta notícia que os leitores da América portuguesa tinham pleno conhecimento do que havia ocorrido na Espanha com as abdições de Bayona, pois o texto não apresenta o contexto amplo, apenas menciona os levantamentos em nome de Fernando VII, comuns nos territórios hispano-americanos que na ausência do monarca legítimo, se levantaram, ao menos no início, buscando o retorno do herdeiro Bourbon. Além disso, temos aqui um exemplo de como as notícias circulavam, ligando os territórios americanos, afinal chegavam à Bahia, notícias da Nova Espanha.

Os habitantes da América ibérica podiam acompanhar de perto as notícias sobre a situação da Península após as invasões francesas. *A Idade D'Ouro*, em setembro de 1811, atualizava seus leitores sobre a situação, a partir de um escrito de Gaspar Vigodet, em Montevideu:

MONTEVIDEO 10 de Julho

(Nesta data se publicou em *Montevideo* a proclamação seguinte, que melhor que outro qualquer escrito patenteia o ânimo, e as disposições do Governo, e povo daquela Praça.)

⁷⁰ *A Idade D'Ouro do Brasil*. Número 08: Sexta feira 7 de Junho de 1811. Reforço, aqui, meus sinceros agradecimentos à historiadora Sarah Tortora por me ceder as pesquisas realizadas neste periódico.

Montevideanos. Sois felizes. A Providencia vela particularmente sobre a vossa conservação, e sobre a vossa gloria; e por essa causa o prêmio da vossa constante fidelidade está próximo. Esse inimigo pérfido, que vos insulta, desaparecerá prontamente de vossos olhos, e a acompanhá-lo-á até a sepultura a infame nota, com que fogem d'entre os bons os rebeldes, os ingratos, e traidores a sua Pátria Os seus Diretores, quando reconhecerem seu erro, não hão de poder escapar ao castigo merecido. Nossa mãe a *Espanha* tem conseguido as maiores vantagens sobre os exércitos do *Tirano*, que sonhara subjuga-la. O exército combinado de *Inglese*s, *Portuguese*s, e *Espanhóis* persegue a *Massena* humilhado, e quase já nas portas de *Salamanca* o seu digníssimo General Lord *Wellington* espera ver aos seus pés o soberbo Conquistador de *Milão*, que apelidaram também herói em *Austerlitz* *Morrier* deixou em *Badajoz* uma pequena guarnição, que, se teve o arrojo de esperar os Generais *Beresford*, e *Castanhos*, tem de certo pago a sua ousadia temerária. Os campos de *Chiclana* regados com negro de milhares de *Gabachos* reverdecerão para recreio da formosa *Cádiz*, que livre já do sítio [?] marchar os seus guerreiros coroados pela vitória para alentar o patriotismo dos *Andaluzes* o extermínio, exemplo dos opressores.

S. A. R o Sereníssimo Senhor Príncipe Regente de *Portugal* acorde com os sentimentos generosos da Sua Augusta *Esposa a Nossa Infanta* Senhora *D. Carlota* auxilia com tropas, e viveres, e vos reconhece como filhos os mais- beneméritos da *Espanha*, e fiéis Vassalos de seu irmão o nosso monarca *Fernando VII*. Esta distinção do Governo *Português* deve fixar na vossa gratidão. Ele desinteressadamente, e sem outras vistas políticas alheias do seu alto caráter nos auxilia a purificar de delitos, e delinquentes este chão fecundo.

Os vossos irmãos da *Europa* coroados de triunfos nas ultimas batalhas brevemente vos hão de dar um abraço de ternura, e hão de manifestar-vos a justa recompensa do vosso amor patriótico, da vossa constância, e fidelidade. Ele vos darão sem demora o prêmio de que as vossas virtudes vos tem feito credores. A Pátria, que já vê perto o dia da sua completa liberdade, unirá aos mais-plausíveis acontecimentos o regozijo de ter acudido a tempo a salvar vos de tão perversos inimigos desprezadores de toda a Clemencia, e quebrantadores de todas as Leis. Recebei deste já o testemunho sincero da minha admiração; gloriar mehei sempre de ter governado o Povo mais fiel, mais guerreiro, e mais constante da Monarquia *Espanhola*. O Excelentíssimo Senhor Vice-Rei, e Eu publicaremos ao Universo o vosso heroísmo, e a Pátria dará a esta Cidade o primeiro lugar entre estes seus domínios. A Península, quando falar no vosso nome, ha de dizer com pasmo, em *Montevideo cada cidadão em um Soldado*, e cada *Soldado um Herói*.

Compatriotas Subordinação, serenidade, exercício, amor ao Rei, e a Pátria, e obediência às Leis da nossa Santa Religião: estas Virtudes vos hão de coroar de gloria, e encher de confusão os nossos ingratos inimigos. Não vos desvieis de estradas tão gloriosas, e Eu direi com mais razão do que *Aníbal aos Cartagineses* = *O que tem justiça, e patriotismo não há forças, que o vençam*.

Montevideo 10 de Julho de 1811.

Gaspar Vigodet.⁷¹

Interessante observar o comentário que os editores da *Idade D'Ouro* apresentam entre parêntesis no início da publicação: a reflexão de Vigodet era ali transcrita porque

⁷¹ *A Idade D'Ouro do Brasil*, n. 34, 06/09/1811.

nenhum outro escrito revelava de melhor forma o ânimo e as disposições do governo em Montevideu. Mas afinal, o que essa reflexão revela sobre o governo? Entre as inúmeras possibilidades de análise, aqui centrar-nos-emos na persistência - no imaginário colonial - de que a Espanha era a Mãe pátria. Em 1811, os habitantes da América hispânica se reconheciam ainda em unidade com os espanhóis peninsulares e, por vezes, mostravam-se gratos ao auxílio prestado por Portugal e Grã-Bretanha na expulsão dos exércitos tiranos franceses. A observação da guerra na Península é tema recorrente dos periódicos da Nova Espanha e assim como a imprensa da América portuguesa noticiava a situação na Espanha, a Nova Espanha noticiava o andamento do conflito em Portugal.⁷² Interessante observar que, ao tratar do embate contra os franceses, Montevideu se mostra com uma atitude de gratidão em relação aos monarcas portugueses pela ajuda prestada e destaca o auxílio de D. João e D. Carlota ao monarca espanhol Fernando, irmão desta última. A realidade dos fatos não é necessariamente conforme a reflexão apresentada. Em 19 de agosto de 1808, poucos meses depois de desembarcar na América, foi apresentado o Manifesto dirigido à *los fieles vasallos de Su Majestad Católica El Rey de las Españas e Indias por su Alteza Real Doña Carlota Juaquina Infanta de España, Princesa de Portugal y Brazil*. Nele, Carlota, dirigindo-se aos vice-reis e súditos do Império espanhol, clamava a soberania da monarquia borbônica, afirmando ser a legítima sucessora do monarca impedido.

O projeto carlotista, como ficou conhecida a proposta apresentada no Manifesto, foi apresentado juntamente com outros dois documentos da mesma data: o primeiro era a *Justa reclamación que los representantes de la Casa Real de España Doña Carlota Juaquina de Bourbon Princesa de Portugal y Brazil, y Don Pedro Carlos de Bourbon y Braganza, Infante de España, hacen a Su Alteza Real el Príncipe Regente de Portugal,*

⁷² No próximo capítulo, observaremos notícias acerca de Portugal e Brasil publicadas por periódicos da Nova Espanha.

na qual ambos pediam auxílio de D. João e da Grã-Bretanha na tarefa de combater na Península o invasor francês e manter na América a legitimidade dinástica. O segundo era a *Respuesta de S.A.R. el Príncipe Regente de Portugal, a la reclamación hecha por SS. AA. RR. La Princesa del Brazil, y el Infante de España Don Pedro Carlos*, na qual D. João reconhecia a validade das solicitações e declarava lutar contra o inimigo comum. Não sabemos com exatidão o alcance e o impacto do projeto carlotista no império espanhol, sabemos que difundiu-se pelas Filipinas, Rio da Prata, Nova Espanha, Cuba, Guatemala, Nova Granada, Venezuela, Peru, Quito e Chile. Apenas nas proximidades dos portos de Montevideu e Buenos Aires o projeto foi bem recebido, pois os fortes interesses mercantis com o Brasil favoreciam a aproximação. Em todo caso, as autoridades vice-reinóis destas localidades reafirmaram, neste mesmo período, a lealdade a Fernando VII. Como Montevideu via no carlotismo uma alternativa para uma possível auto-gestão americana em caso de incapacidade metropolitana, faz sentido o periódico mostrar-se favorável e agradecido à princesa do Brasil.⁷³

O texto de Gaspar Vigodet menciona ainda no contexto da Guerra Peninsular um importante general britânico – Lord Wellington – que liderou as tropas contra o inimigo francês. Este general ficou tão conhecido no império espanhol que o periódico novo hispânico *El Amigo de La Patria* publicou sequencialmente, nos números 15 a 17, a transcrição de um discurso proclamado no Parlamento Imperial britânico, no qual se realizava uma ação de graças das duas Câmaras a Lord Wellington e ao exército pela atuação na Península.⁷⁴

Assim, América portuguesa e Nova Espanha se encontravam por meio da imprensa periódica e, as publicações europeias e também americanas, de caráter

⁷³ Sobre o carlotismo no império espanhol, ver: PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit. p. 53-64, 119-123.

⁷⁴ Ver: *El Amigo de la Patria*, n. 15, 12/02/1813; n. 16, 19/02/1813; e n. 17, 26/02/1813.

doutrinário (objeto da primeira parte deste capítulo) se difundiam por esses espaços. Os excertos de publicações citados acima nos mostram como as informações circulavam por diferentes localidades, com certos atrasos temporais decorrentes das dificuldades de comunicação naquele período. Interessante observar que os periódicos da América portuguesa, assim como os da Nova Espanha, que serão tratados no próximo capítulo, transcreviam notícias uns dos outros e interligavam-se com uma temática comum, como exemplificado acima, ao tratar da Guerra Peninsular.

Ainda sobre esta Guerra, *A Idade D'Ouro*, em setembro de 1811, publicou uma compilação de notícias das gazetas da Nova Espanha que retratam a situação lá vivida durante a fase inicial do processo de independência e valoriza a constância dos peninsulares contra os franceses, explicando os mecanismos de doação dos colonos para financiamento da guerra na Península:

América México 23 de Abril.

Subscrição patriótica.

O Heroico valor, e constância, com que nossos irmãos da *Península* tem sustentado a justíssima causa da sua liberdade contra os *tiranos*, que tratam de oprimi-la, não tem sido menos gloriosa para aqueles, que expõem a sua vida na defesa da Pátria, do que para os fidelíssimos habitantes destes domínios, que tão oportunamente os tem auxiliado com avultados empréstimos, e donativos.

O nosso benemérito chefe o *Excelentíssimo Senhor D. Francisco Xavier Venegas*, penetrado nesta verdade, e confiado nas constantes virtudes patrióticas destes fiéis vassalos fez notória desde os primeiros dias da sua entrada a Real ordem de 5 de Maio do ano passado, não duvidando que surtiria os efeitos mais favoráveis à nossa santa causa;

porém, como quase ao mesmo tempo sobrevieram os transtornos, e turbulências da insurreição dos Povos da Províncias internas, ficou sem efeito aquele recurso, que apoiava as esperanças do Supremo Governo, e posteriormente se tem visto o desfalque de fortunas, causado por tão terríveis incidentes, impossibilitando muitos de poder manifestar o seu patriotismo com somas consideráveis.

Atendendo a isto S. Excelência propôs em uma Junta dos sujeitos principais desta Capital, celebrada a 19 do passado, um meio suave, que conciliasse estas considerações com os importantes socorros das tropas *Espanholas*, o qual se reduziu a que cada um contribuisse a manter da *Península* o número de Soldados, que lhe for possível, segundo as suas faculdades a razão de [?] reis mensais, que são os, que se reputam preciso para o seu fardamento, e [?] do Regulamento.

Este pensamento não só foi imediatamente aplaudido pela Junta; mas também poucas horas depois da Sessão recebeu um ofício do Brigadeiro *D. José Maria Castanhiza*, que só pela notícia do determinado oferecia sustentar 10 Soldados, adiantando 1200 pesos do seu importe anual.

Este exemplo de generosidade, e os que posteriormente se tem apresentado (cujas listas iremos publicando) tem enchido as ideias deste Governo Superior, ao mesmo tempo que provão, e confirmam a honra, fidelidade, e patriotismo, que caracteriza os felizes habitantes destes afortunados países.

Em consequência disto, fica aberta esta subscrição patriótica, na qual S. Excelência pela alta hierarquia dos seus empregos se assignou em primeiro lugar, com o custo de 25 Soldados, e cujo meio suave proporciona a todos o modo de contribuir a tão sagrada causa, com o que puderem, seja metade, ou a parte, que lhes for possível do custo de cada Soldado, fazendo as entradas por mesadas, ou da maneira, que lhes

for mais cômoda, e conseguindo ver escritos os seus nomes no catalogo honroso dos concorrentes para a salvação da Pátria.

Para este efeito correrá nesta Capital com a subscrição, e arrecadação o Sr. Intendente Corregedor dela, e nas Cidades, Villas, Povos das Províncias os Governadores, Intendentes, Corregedores, e Subdelegados respectivos, com a necessária intervenção dos Ministros da Fazenda Real, e Administradores dos Impostos, fazendo-se mensalmente as entregas dos produtos na Tesouraria Geral, ou nas Províncias, e subalternas mais vizinhas. (*Gazeta do Governo do México*)

Os crimes horrendos do Revolucionário *Hidalgo* são a melhor resposta, que se pôde dar a esses Novelistas, pagos por *Bonaparte*, que nos cansam continuamente em seus Periódicos com as injustiças, sempre exageradas, e ás vezes supostas dos Governadores das Províncias da *América*, e que são os seus justos procedimentos da segurança pública, que eles chamam perfidamente *Atos Arbitrários de Polícia*, &c. Mudariam para melhor (se a justiça não triunfasse) tendo por chefe um tigre, que manda degolar, e mutilar os homens, entre as sombras da noite, [?] o exemplo da *França*, onde em lugar de uma Bastilha tem hoje *Bonaparte* 8; e posto tributos duplos, do que os antigos, e legítimos. Reis, &c. inda, digo, o exemplo da *França* não abrirá os olhos a todos os Povos, que os queixumes maviosos, e refalsados, que se escrevem, e dizem contra os Governos, aproveitando as aparências e mesmo alguns abusos inseparáveis de tudo o, que é humano, não são mais que a expressão de uma alma sanguinária, que não deseja mais, que os roubos as mortes, e um transtorno universal para poderem melhor cevar as suas paixões? Felizmente no *México* o resultado foi inteiramente oposto ao da *França*; a experiência, se não tem emendado

os Revolucionários, tem aberto os olhos dos Povos; e aqueles infames derramadores de sangue humano foram achar a força, quando buscavam cetros, e grandes honras. (*Gazeta do Governo.*)⁷⁵

A publicação acima se insere num contexto de acontecimentos importantes para compreensão dos acontecimentos políticos novos hispânicos. Parte desses acontecimentos foram as manifestações populares realistas, que reafirmaram a fidelidade ao monarca, inserindo-se em um imaginário fomentado durante séculos, que alvo de uma propaganda oficial na América, buscava identificar o poder régio e traduzir os princípios que o sustentavam, suscitando a adesão popular.⁷⁶ Ao observarmos as conspirações populares,⁷⁷ na publicação acima mencionada, na passagem sobre os crimes horrendos do revolucionário Hidalgo, notamos, inicialmente, a defesa da legitimidade de Fernando VII. O Grito de Dolores, de 16 de setembro de 1810, como ficou conhecido o movimento sob a liderança do padre Miguel Hidalgo y Costilla, devido ao fato do líder ser pároco dessa região, condensava os ressentimentos de seu entorno: dos *criollos*, que se viam despojados de suas riquezas para financiamento da guerra contra Napoleão e, também, dos camponeses que em agosto, poucos dias antes do levantamento, haviam enfrentado um novo aumento no preço do milho, o que somado à fome, os impulsionou a aderir ao movimento. Cabe ressaltar, que o Bajío, região do Grito de Dolores, era uma conhecida região fértil, porém com complexas relações de posse da terra, marcada pela

⁷⁵ *A Idade D'Ouro do Brasil*, n.41, 01/10/1811.

⁷⁶ LANDAVAZO, M. *La máscara de Fernando VII...*, cit.

⁷⁷ Essas conspirações dialogam com um contexto local específico, pois a Nova Espanha enfrentou uma grande seca entre os anos 1808 e 1809 que geraram fome, miséria e desemprego, o que facilitou a reunião dos indígenas e as castas em um movimento revolucionário. Ver: VAN YOUNG, Eric. *La otra rebelión. La lucha por la independencia de México, 1810-1821*. México: FCE, 2006. E, HERREJÓN PEREDO, Carlos. "Miguel Hidalgo y Costilla". In: ÁVILA, A.; GUEDEA, V.; e IBARRA, A. (coords.). *Diccionario de la Independencia de México...*, cit.

existência de arrendatários. Os camponeses dependentes desse sistema inseguro de produção agrícola, responderam à seca e à alta dos preços seguindo Hidalgo.⁷⁸

As conspirações se iniciaram quando ocorreu a percepção de que as vias pacíficas utilizadas até o momento - disputa nas Juntas Representativas e *ayuntamientos* - não apresentaram resultados efetivos para a conquista da representatividade por parte dos *criollos*.⁷⁹ No decorrer da insurreição, Hidalgo alterou seus objetivos iniciais e passou a defender a independência e a abolição da escravidão, juntamente com a devolução das terras pertencentes às comunidades indígenas, que integraram as fileiras do movimento a fim de garantir seu ideal comunal e manter a relativa autonomia no pagamento de suas tributações.⁸⁰ Essa alteração no programa da insurgência, juntamente com a libertação de forças - decorrentes da ação dos índios e das castas, convocados para uma revolta violenta e que não foram controladas sequer bem compreendidas por Hidalgo - dificultaram a coesão e assertividade do movimento. Após cerca de três meses de insurreição, Hidalgo, que ameaçou o poder do vice-rei, dos peninsulares e dos *criollos*, foi capturado e executado pelo exército realista.

A publicação faz ainda menção às manifestações peninsulares contra o tirano francês, pois em maio 1809, diante das dificuldades governativas em decorrência da ocupação francesa, a Junta Central espanhola convocou as antigas Cortes. Com o avanço do exército de Napoleão, em 13 de janeiro de 1810, a Junta mudou-se de Sevilla para Cádiz e se dissolveu, dando origem a uma Regência, no dia 29 do mesmo mês. A reunião das Cortes ocorreu somente em 24 de setembro de 1810, após a eleição dos representantes

⁷⁸ A população campesina enfrentava o aumento dos preços e a fome desde o século XVIII, quando os preços do milho e do trigo aumentaram em 300%. Ver: FLORESCANO e ROJAS. El ocaso de la Nueva España. In: ZERÓN-MEDINA, F. La Antorcha *Escendida...*, cit. p. 14-15 e 18-19.

⁷⁹ Para uma análise sintética do Movimento de Hidalgo, ver: HERREJÓN PEREDO, Carlos. “Miguel Hidalgo y Costilla” e “Campana de Hidalgo”. In: ÁVILA, A.; GUEDEA, V.; e IBARRA, A. (coords.). *Diccionario de la Independencia de México...*, cit. p. 237-241.

⁸⁰ VAN YOUNG, E. *La otra rebelión...*, cit.

americanos, que apesar de terem recebido o direito de igualdade na representação, não o conquistaram de fato, pois numericamente a bancada americana era inferior à peninsular. As Cortes tinham como objetivo restaurar o governo, expulsar os franceses da Península e preservar os domínios no ultramar e, para isso, foi proposta a elaboração de uma Constituição que legislaria sobre a Monarquia em sua totalidade – nos dois hemisférios. Os espanhóis reivindicaram, assim, sua soberania governativa, o que percebemos ao ler o primeiro decreto dos congressistas reunidos: “Los diputados que componen este Congreso, y que representan la Nación española, se declaran legítimamente constituidos en Cortes generales y extraordinarias, y que reside en ellas la soberanía nacional”.⁸¹ Assim, organizaram uma constituinte que nortearia seu autogoverno, que seguiria, dentre outros, os princípios de soberania nacional, divisão dos poderes e liberdade de imprensa.

O texto final da Constituição, de 19 de março de 1812, revela questões importantes: em seu primeiro artigo afirma que “La nación española es la reunión de los españoles de ambos hemisferios”, no segundo, define a nação como “libre e independiente, y no es ni puede ser el patrimonio de ninguna familia ni persona”, o que implica no fim do absolutismo e do pacto com os americanos, que comemoram a decisão que encerra os privilégios e desigualdades dos *criollos* e indígenas em relação aos espanhóis. Estão todos sob a mesma Mãe pátria como afirmava a publicação do texto de Gaspar Vigodet na *Idade D'Ouro* em setembro de 1811. O artigo terceiro assinala novamente o fim do absolutismo ao reiterar que “La soberanía reside esencialmente en la nación y por lo mismo le pertenece exclusivamente el derecho de establecer sus leyes fundamentales”.⁸²

⁸¹ Primeiro decreto das Cortes, reunião no teatro da Real Ilha de Leão em 24 de setembro de 1810.

⁸² CHUST, M. e FRASQUET, I. *Las independencias en América...*, cit. p. 35-65.

Manuel Chust e Ivana Frasset afirmam que a Constituição de Cádiz é um elemento da transformação da monarquia absoluta em constitucional.⁸³ Para a Nova Espanha e para a América hispânica como um todo, a norma gaditana auxiliou nos dois anos em que ficou vigente a conquista em prol da descentralização do poder político, pois nela a deputação americana conseguiu vitórias importantes: a transferência do poder político do centro para as localidades na medida em que os Vice-reinos foram abolidos e em seu lugar emergiram as Deputações Provinciais; além disso, uma segunda instância de poder local foi criada – os *ayuntamientos* constitucionais.⁸⁴ A ausência do monarca foi fundamental para a reflexão sobre qual o papel do *Pueblo*⁸⁵ na cena política e em Cádiz, foi assinalada de maneira substancial a importância do ideal de autogoverno – afinal a deputação do ultramar conseguiu trazer para si, para as suas localidades, a instituição de decisões governativas. A norma gaditana tornou-se um modelo e um exemplo disso é a Constituição mexicana de Apatzingán, que, como veremos, foi proclamada por um congresso rebelde, e, ainda assim, copiou muitos aspectos da Constituição de Cádiz.

⁸³ Idem, p. 64.

⁸⁴ RAMOS SANTANA, A. Cádiz en Iberoamerica..., cit. In: RAMOS SANTANA, A. (coord.). *La Constitución de Cádiz...*, cit. PORTILLO VALDÉS, J. *Crisis Atlántica...*, cit. CHUST, Manuel e SERRANO, José Antonio (eds.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: AHILA, Vervuert, 2007. FRASQUET, Ivana. *Las caras del águila. Del liberalismo gaditano a la república federal mexicana (1820-1824)*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universidad Jaume I, D. L. 2008. ANNA Timothy. “Voto, tierra y soberanía. Cádiz y los orígenes del municipalismo mexicano”. In: GUERRA, François-Xavier (dir.). *Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español*. Madrid: Universidad Complutense, 1995. ARTOLA, Miguel. *Las Cortes de Cádiz*. Madrid: Marcial Pons, 1991.

⁸⁵ O conceito do termo *Pueblo* abarcou múltiplos significados ao longo da história espanhola. Na semântica hispânica, o termo passou por uma série de transformações entre os anos 1750-1850, deixando de ser um conjunto corporativo para assumir um caráter liberal segundo o qual definia-se como um conjunto de indivíduos iguais perante a lei e com direitos pré-políticos. Durante as sessões da Corte de Cádiz, entre 1810 e 1813, os deputados americanos, ao assumirem que a soberania reside na nação, assumiam uma definição moderna do termo *pueblos*, pois entendiam a nação como um conjunto de corpos políticos, ou seja, um pacto entre os *pueblos*, no plural. Ver: FERREIRA, Fátima Sá e Melo. “Pueblo/Pueblos” e ROLDÁN VERA, Eugenia. “Pueblo-Mexico”. In: FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier (dir.). *Diccionario político y social del mundo iberoamericano. La era de las revoluciones, 1750-1850*, vol I. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 2009. p. 1115-1250.

Essa Constituição foi proclamada em 1814, portanto a publicação de dezembro de 1811, na *Idade D'Ouro* apresenta um prognóstico equivocado sobre o movimento revolucionário mexicano ao noticiar que:

As notícias do *México* são que, depois da derrota dos principais insurgentes ficaram bandos, que perturbam a tranquilidade pública, e com os quais é preciso combater pelas Províncias remotas, para onde eles se tem refugiado; os seus recursos, e munições se vão acabando, e mais depressa lhes faltarão não tendo comunicação com porto de mar, circunstância, a que, segundo parece, estão já reduzidos.⁸⁶

Os insurgentes não ficaram reduzidos após a prisão e execução de Hidalgo, noticiada da seguinte maneira pela *Idade D'Ouro*,

LONDRES nas folhas de Maio de 1812.

Por cartas chegadas da *Jamaica* a *Londres* no dia 21 de Abril consta, que por via da *Havana* se tinham ali recebido notícias do *México* até 17 de Março, pelas quais se sabem que os insurgentes foram completamente batidos pelas tropas do legítimo Governo. Eles tentarão fazer novos esforços a 80 léguas distantes da Cidade do *México*: mas sendo ali atacados pelas forças comandadas pelo General *Venegas* em pessoa, os insurgentes foram inteiramente derrotados, e dispersos. O seu General, que era um Frade, foi apanhado, e imediatamente enforcado, como era de justiça.⁸⁷

⁸⁶ *A Idade D'Ouro do Brasil*, n. 66, 27/12/1811.

⁸⁷ *A Idade D'Ouro do Brasil*, n. 76, 22/09/1812.

O padre foi apanhado e enforcado e a liderança do movimento foi, então, assumida por José María Morelos y Pavón, que contava com o apoio de Ignacio López Rayón, antigo secretário de Hidalgo. O padre Morelos, herdeiro e seguidor de Hidalgo, que havia assumido a responsabilidade de manter a frente da insurgência no sul, cujo objetivo era a tomada do porto de Acapulco, agora se via responsável por dar seguimento às propostas pioneiras de seu antecessor: abolir a escravidão e propor um Congresso que ditasse leis adaptadas a cada *Pueblo*. Ao contrário de Hidalgo, Morelos esclareceu seus objetivos logo no início e com bases autonomistas - defesa do governo nas mãos americanas - abandonou o princípio de lealdade ao monarca e defendeu a independência, além de propor um governo congressista que realizaria reformas sociais, como a reorganização do sistema de castas e escravista, de maneira a extinguir a distinção destes grupos. Assim, sua atuação se converteu em uma ameaça para o regime colonial.⁸⁸

O Congresso idealizado por Morelos foi reunido em Chilpancingo, em 14 de setembro de 1813 e promulgou, em 6 de novembro desse mesmo ano, a Ata com a Declaração de Independência da América Setentrional, base para o texto constitucional proclamado em Apatzingán em 22 de outubro de 1814.⁸⁹ Neste texto constitucional, considerado por parte da historiografia como a primeira Constituição da história jurídica nacional mexicana, o que não considera o fato de sua elaboração ocorrer sem a possibilidade de a sociedade exercer sua representatividade institucionalmente, encontramos uma clara defesa do autogoverno, pois seu artigo 20 defende um predomínio da vontade geral sobre a particular, enquanto o artigo 41 declara que é obrigação do cidadão ter absoluta obediência às autoridades constituídas, ou seja, se defende o

⁸⁸ HERREJÓN PEREDO, Carlos. “José María Morelos y Pavón”; HERNÁNDEZ JAIMES, Jesús. “Campana de Morelos”. In: ÁVILA, A.; GUEDEA, V.; e IBARRA, A. (coords.). *Diccionario de la Independencia de México...*, cit.

⁸⁹ ARTOLA GALLEGOS, Miguel. Emancipación y Constitución. In: RAMOS SANTANA, A. (coord.). *La Constitución de Cádiz...*, cit. p. 91 e 92.

sacrifício dos interesses individuais em prol de um governo coletivo. No entanto, o Congresso rebelde não conseguiu se legitimar e Morelos foi executado após ser capturado por membros de um destacamento realista, em 1815.

Esses movimentos populares, que colocaram em relevo a fragilidade do modelo de defesa que as Reformas borbônicas haviam proposto para a Nova Espanha, eclodiram num momento de transformação de relações políticas, os ideais defendidos não eram absolutos e muitas vezes o projeto apresentado sofria adequações ao entrar em contato com modelos diferentes. Este foi o caso da rebelião de Hidalgo que se iniciou monarquista e, no seu desenvolvimento e incorporação de novo líder, assumiu a defesa da independência e do constitucionalismo. Roberto Gargarella qualifica o momento compreendido entre os anos 1810 e 1850, como a fase do Primeiro Constitucionalismo latino-americano,⁹⁰ no qual o sistema institucional foi revisado e, a Constituição elaborada dialogava em grande medida com as contestações apresentadas. É importante destacar que esse primeiro constitucionalismo americano é, segundo Miguel Artola, devedor das instituições reais da monarquia e de outras Constituições, dentre elas a de Cádiz de 1812. A Constituição de Apatzingán de 1814 se inspirou amplamente na Constituição gaditana, que em 1820 foi proclamada na Nova Espanha e permaneceu vigente após a independência formal em 1821, nos aspectos em que não contrariava o Plano de Iguala e o Tratado de Córdoba, sendo a grande inspiração para o Congresso Legislativo que se reuniu em fevereiro de 1822 e permaneceu ativo até a proclamação de Iturbide como imperador, em maio deste mesmo ano.⁹¹

⁹⁰ GARGARELLA, Roberto. *200 años de constitucionalismo en América Latina (1810-2010)*. Texto gentilmente cedido pelo autor. 2012. ANNA, Timothy. *The Mexican Empire of Iturbide*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1990.

⁹¹ ARTOLA GALLEGU, Miguel. Emancipación y Constitución. In: RAMOS SANTANA, A. (coord.). *La Constitución de Cádiz...*, cit. p. 89-97. CHUST, M. e FRASQUET, I. *Las independencias en América...*, cit. p. 58-59, 84-85.

No mesmo 1814, todavia, a política espanhola sofre um revés, pois, após a queda do Império Napoleônico, Fernando VII foi libertado, reassumindo o trono espanhol, o que foi assim noticiado pela *Idade D'Ouro* em 1815:

ESPANHA.

Madrid 21 de Dezembro

Recebemos notícias do *México* de 12 de Setembro, que nos participam o grande regozijo que ali produziu a notícia da chegada d' El Rei nosso Senhor aos seus Estados, o que o Vice-Rei mandou publicar por bando com outras notícias: assim que se divulgou tão fausta nova, rompeu o povo por toda a parte em mil demonstrações de alegria; cantou-se um solene *Te Deum* na Catedral: conduziram os regimentos o retrato do nosso amado Soberano em procissão pelas praças e ruas principais da cidade: houve por toda a parte danças, cantares, fogos, e iluminações; em uma palavra, tudo quanto sugere um grande e repentino jubilo se pôs em execução para festejar tão feliz acontecimento.

Por um artigo da primeira Secretaria de Estado se anuncia ter S.M. adoptado o plano, apresentado a seu Augusto Pai em 1803, para estabelecer um Canal da régua nos campos de *Cieza*, no *Reino de Murcia*, aproveitando as aguas do rio *Sugura*.⁹²

Em poucos meses, o rei que foi recebido com alegria e júbilo na Espanha, desmontou sistematicamente quase tudo o que havia sido promovido pelas Cortes de Cádiz, revogando a Constituição e restaurando o absolutismo. A Nova Espanha recebeu a notícia de tais acontecimentos como algo positivo, enquanto assistia em seu próprio

⁹² *A Idade D'Ouro do Brasil*, n. 24, 24/03/1815.

território a publicação da Constituição de Apatzingán por Morelos. Ainda em relação aos impactos dessa constituição, em 1817, ano convulsionado no mundo lusoamericano, *A Idade D'Ouro* ressaltava o envio de um deputado mexicano para Nova York a fim de alcançar o reconhecimento da independência do movimento insurgente.

BAHIA.

(...) Recebemos aqui folhas *Inglesas* até Novembro. Por elas consta que *Mina* Sobrinho de *Espoz e Mina* chefe de guerrilhas *Espanholas*, com alguns Oficiais emigrados se ofereceu ao serviço dos insurgentes, os quais continuam a receber alguns socorros dos Estados Unidos apesar da proibição do Governo. O *México* mandou um Deputado a *Nova York* prometendo pagar ao Governo as dívidas da *Espanha* se a *América* reconhecer a independência dos Insurgentes. *Christovão*, e *Pition* ficavam em hostilidades reciprocas na *Ilha de S. Domingos*; e o ultimo tem grandes esperanças de destronar o primeiro.(...)⁹³

O início dessa publicação apresenta a chegada à Nova Espanha de um chefe das “guerrilhas espanholas”. Trata-se de Francisco Xavier Mina, nome assumido no México por Martín Javier Mina Larrea, que defendendo as causas liberais lutou contra os franceses pela libertação da Espanha. Impulsionado pelos britânicos, que se colocaram em cena ao observar o apoio estadunidense mencionado na notícia, se dirigiu para a Nova Espanha para participar do movimento insurgente, neste momento comandado por diversos líderes locais. Declarava que estava nos territórios do ultramar para combater a tirania de Fernando VII e comandou algumas tropas ao lado do insurgente Pedro Moreno, atuante na região do *fuerte del Sombrero*. No mesmo ano de 1817 foi fuzilado por um

⁹³ *A Idade D'Ouro do Brasil*, n. 4, 14/01/1817.

destacamento do exército realista.⁹⁴ Tal fato também foi noticiado na imprensa da América portuguesa:

BAHIA.

Carta de Mina, escrita antes de ser fuzilado, ao Marechal Linhanno México.

Senhor General:- Quero ter a satisfação de vos declarar que vou morrer com uma consciência tranquila, e que se em tempo algum deixei de ser bom *Espanhol*, a minha conduta foi motivada por um erro. Desejo-vos uma sorte mais feliz que a minha, e sem trair a causa porque morre, desejo efetueis todas as vossas empresas. A minha sinceridade me não permitiria dizer-vos isto se eu não estivera convencido de que a causa republicana jamais pode prosperar, e de que a prolongação da sua existência arruína o país que vós viestes governar. Se ainda me restasse algum tempo de vida, desejaria indicar verbalmente a V. Exc. as medidas que julgo convenientes para a pacificação destas Províncias, e em público sabendo o objeto e a natureza desta resolução, não temerei o resultado da vossa decisão sobre a proposição que faço a V. Exc. – Permitti-me que me diga vosso respeitoso compatriota.- *Xavier Mina*.⁹⁵

Em 1817, D. João enfrentou um movimento revolucionário complexo, em uma província importante, social e economicamente, no espaço americano; tratava-se de Pernambuco, que era um centro de união de interesses políticos e econômicos do que hoje é a região nordeste do Brasil. Motivados por uma crise decorrente de secas sucessivas,

⁹⁴ Ver: GRAFENSTEIN, Johanna von. “Xavier Mina”. In: ÁVILA, A.; GUEDEA, V.; e IBARRA, A. (coords.). *Diccionario de la Independencia de México...*, cit.

⁹⁵ *A Idade D'Ouro do Brasil*, n. 51, 26/06/1818.

diminuição no comércio e indignação contra a cobrança abusiva de impostos por parte da Corte, os proprietários rurais uniram-se aos comerciantes, militares, trabalhadores livres pobres e escravos, em uma contestação na sede do Império português. Influenciados pelos pensamentos de liberdade política difundidos com a Independência das Treze Colônias e Revolução Francesa, os revolucionários propuseram a República e a elaboração de uma Constituição. Para contentar as camadas participantes do movimento, no início, os líderes aboliram alguns impostos, porém a não adesão de outras províncias somada à defesa da propriedade, incluindo aqui a propriedade escravista, não permitiram o seu desenvolvimento pleno. Após cerca de três meses de movimentação, seus líderes foram presos por tropas realistas, julgados e exilados ou executados. A Revolução Pernambucana revelou a profundidade da crise do Antigo Regime no que se refere ao Império lusoamericano, pois para além de uma simples subversão, ela promoveu a quebra da legitimidade monárquica.⁹⁶

No ano dessas ocorrências, o Regente enfrentava o descontentamento da nobreza portuguesa, que ansiava seu retorno para a sede da monarquia. Intensificava-se uma questão que até 1821 influenciou sobremaneira os destinos de Portugal e Brasil, uma vez que a permanência do monarca no ultramar gerava uma série de manifestações por parte de setores sociais peninsulares que desejavam voltar a participar ativamente dos desígnios políticos do império. Nesse momento, o *Correio Brasiliense* recuperou algumas ideias do abade De Pradt, mencionado anteriormente por sua importância na qualificação e politização dos espaços públicos de discussão do período, nas quais considerava a separação entre Portugal e Brasil como inevitável. E expunha sua opinião na qual D. João deveria:

⁹⁶ MELLO, E. *A outra independência...*, cit.

fazer-se plenamente Brasileiro; deixar de olhar da América para Portugal com olhos saudosos, ou de avançar e retrogradar para o caminho antigo. [...] Em vez de se entreter com lamentar a perda de um estreito território, como é Portugal, uma alma elevada daria graças ao Céu pela necessidade que o levou a um país de extensão ilimitada, e de riquezas imensas; e pelos novos destinos que a Revolução Americana está preparando ao mundo.⁹⁷

Interessante observar que o *Correio Brasiliense*, que comumente transcrevia textos do abade De Pradt em seu jornal, discordava abertamente do autor francês em pontos notáveis. O editor do *Correio* era um monarquista reformista e considerava que o governo português deveria estar atento às reformas necessárias para conservação do Império. Essa discordância revela que nesse cenário as incertezas políticas eram predominantes, e na América havia uma diversidade de situações que compreendiam o caso estadunidense, que havia vivenciado a ruptura metrópole-colônia, e também o de várias regiões, como, Nova Espanha, América Central, Cuba, Porto Rico, partes da Venezuela, Peru e Alto Peru que permaneciam monárquicos. Na notícia do periódico *Idade D'Ouro* mais acima mencionada, Xavier Mina afirma que não acreditava na república e que ela não poderia prosperar. Entre 1817 e 1818, o imaginário da América portuguesa permaneceu ligado à ideia de monarquia.

Na América espanhola as alterações se deram em decorrência do impacto do retorno justamente do monarca, pois a volta do absolutismo na Espanha, desencadeou a segunda revolução constitucional espanhola, que culminou na convocação de uma nova

⁹⁷ DE PRADT. *Des trois derniers mois de l'Amérique*, segundo a tradução para o português do *Correio Brasiliense*, v. XIX, 09/1817. In: PIMENTA, J. De Raynal a De Pradt..., cit. p. 95.

reunião das Cortes, desta vez em Madri, a partir de 09 de julho de 1820.⁹⁸ Nas Cortes de Madri, muitos dos deputados novo-hispanos que haviam comparecido nas reuniões das Cortes de Cádiz retornaram, assumindo um papel de destaque no cenário político que se compôs a partir deste momento. Um destes deputados foi José Miguel Ramos Arizpe, que entre 1811 e 1813, participou das Cortes de Cádiz defendendo, por exemplo, a liberdade de imprensa. Sua participação encerra propostas comuns a muitos da deputação americana – a defesa da autonomia das Províncias Internas, o direito ao governo representativo e a defesa da participação política das castas, que segundo sua argumentação deveriam participar das Cortes e possuir direitos políticos.⁹⁹

Em 1821, o *Revérbero Constitucional Fluminense*, periódico do Rio de Janeiro, cujos redatores eram Joaquim Gonçalves Ledo e Januário Cunha Barbosa, publicou quase que integralmente uma exposição sobre o descontentamento com o tratamento em relação ao ultramar, assinada por 43 deputados da Nova Espanha, lida nas Cortes de Madri na sessão do dia 25 de junho de 1821. O *Revérbero* omitiu apenas algumas linhas iniciais e as propostas finais, porém salvaguardou intacto o conteúdo programático: o histórico das relações entre Espanha e América, o estado político das colônias, a insatisfação dos representantes do ultramar nas Cortes e os princípios políticos que justificavam os argumentos destes deputados representantes. O cenário em 1821 apresentava uma parte significativa da América espanhola já em vias de definitiva ruptura política com sua metrópole. O Paraguai era independente desde 1811, as Províncias do Prata, desde 1816.

⁹⁸ MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos..., cit. In: Jancsó, I. *Independência...*, cit. COSTA, W. A. *Independência...*, cit. In: Jancsó, I. *Independência...*, cit. MALERBA, Jurandir. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c.1980-2002). In: *A Independência brasileira: novas dimensões*. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-52. PIMENTA, J. e FARAH, C. Brasil encuentra a México..., cit. In: *20/10 Memoria de las Revoluciones en México...*, cit. p. 227.

⁹⁹ BENSON, Nettie Lee. *Mexico and the Spanish Cortes, 1810-1822: Eight Essays*. EUA: Printing Division of The University of Texas, 1966. E, da mesma autora, *The Provincial Deputation in Mexico. Harbinger of Provincial Autonomy, Independence, and Federalism*. Texas: University of Texas Press, 1992

Em 1821, estas enfrentavam uma forte separação política que deu lugar a várias repúblicas independentes. O Chile, Peru, Nova Granada e Venezuela alcançaram sua independência nesse mesmo ano. Permaneciam fortemente realistas apenas Cuba, Porto Rico, Quito e Alto Peru.

Entretanto, as propostas dos representantes da Nova Espanha, em defesa dos direitos políticos já adquiridos na Constituição de Cádiz, sofreram, nas Cortes de Madri, um persistente desprezo. O descontentamento da deputação americana ao observar a posição dos peninsulares em relação ao ultramar cresceu vertiginosamente, pois os problemas enfrentados eram, em sua visão, uma repetição do que fora enfrentado em Cádiz. Para além da manutenção da inferioridade numérica da América que possuía seis milhões de habitantes a mais que a Espanha, se somavam questões relacionadas à organização da fazenda, das forças armadas e do poder judicial que terminaram por antagonizar os interesses, gerando propostas que de forma concreta conduziram a uma decisão final, a um ultimato.¹⁰⁰

Insatisfeitos com a recepção de suas propostas, os deputados americanos buscaram uma organização constitucional que se projetasse de maneira a defender as Deputações Provinciais, estabelecidas em Cádiz. Por defenderem seu direito de autogoverno, foram identificados pelos peninsulares como federalistas, o que implicou em uma relação direta com a ideia de república, uma vez que o grande modelo federalista era o dos Estados Unidos. O liberalismo peninsular, portanto, assumiu cada vez mais uma posição centralista, buscando assim frear não só uma intenção política, pois uma assimilação republicana os inseria em um debate político.¹⁰¹ A defesa da soberania provincial era tratada por muitos deputados americanos como a forma mais prudente de

¹⁰⁰ ÁVILA, A. *En nombre de la nación...*, cit. p. 204-206; e FERRER MUÑOZ, M. *La Formación de un Estado nacional en México...*, cit. p.59, p.63-64 e p.78.

¹⁰¹ CHUST, M. e FRASQUET, I. *Las independencias en América...*, cit. p. 61

manter a presença do ultramar dentro da Monarquia, devido à instabilidade política apresentada pela Península nos últimos anos. O projeto autonomista apresentado pelos deputados da Nova Espanha às Cortes previa a criação de três reinos americanos que seriam governados por príncipes espanhóis sob a Constituição de 1812; porém, a maioria dos espanhóis presentes nas Cortes não aceitou essa proposta o que impulsionou os líderes da Nova Espanha a optarem, então, pela separação e estabelecimento do Império Mexicano.¹⁰²

Assim, a não aceitação das Cortes em relação às reivindicações americanas foi fundamental para a definição do projeto de independência. No caso da Nova Espanha, a independência se tornou viável com a elaboração do Plano de Iguala, por Augustín de Iturbide e Vicente Guerrero que foi publicado em fevereiro de 1821; é importante ressaltar que em julho deste mesmo ano este plano já era conhecido nas Cortes de Madri – momento em que muitas reivindicações, como a proposta de um regime representativo e constitucional monárquico, foram reapresentadas pela deputação americana.¹⁰³ Segundo o Plano, a Nova Espanha, após a independência da Espanha, se constituiria em uma Monarquia Constitucional Católica, cujo trono seria oferecido primeiramente a Fernando VII, que seguiria a Constituição de Cádiz até a elaboração de uma Constituição mexicana; além disso, as garantias e privilégios de todas as pessoas e propriedades seriam assegurados. Estas condições forjaram uma união de forças políticas às quais o regime imperial espanhol não resistiu.¹⁰⁴ Em agosto de 1821, o capitão general da Nova Espanha, designado pelas Cortes, Juan O'Donojú – liberal, que havia se aproximado da deputação

¹⁰² RODRÍGUEZ O., Jaime E. La Constitución de Cádiz en Iberoamérica. In: RAMOS SANTANA, A. (coord.). *La Constitución de Cádiz...*, cit. p. 103.

¹⁰³ No dia 25 de junho de 1821, por exemplo, quarenta e três deputados da Nova Espanha apresentaram uma manifestação de descontentamento em relação ao tratamento dado ao ultramar. *Diario de las Sesiones de Cortes, Legislatura de 1821*, Tomo III, n. 118, 25/06/1821, p. 2471-2477. Ver: PIMENTA, J. e FARAH, C. Brasil encuentra a México..., cit. In: *20/10 Memoria de las Revoluciones en México...*, cit. p. 225.

¹⁰⁴ ANNA, Timothy. A Independência do México e da América Central. In: BETHELL, Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870*. Vol. III. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001. p. 111.

americana em Madri, especialmente de Miguel Ramos Arizpe - reconheceu, sem autorização espanhola, a independência assinando o Tratado de Córdoba, no qual se comprometia a respeitar o plano de Iguala. Iturbide, pouco tempo depois, entrou na Cidade do México na qualidade de presidente da Regência do Império Mexicano. Em fevereiro de 1822, o Congresso mexicano se reuniu e se declarou formalmente como portador da soberania nacional e que o governo seria exercido por meio de uma monarquia constitucional. Devido à demora Bourbonica em manifestar-se ou enviar um de seus membros para assumir o império mexicano, em maio deste ano iniciaram-se manifestações populares e militares em apoio a Iturbide, que neste mesmo mês foi proclamado imperador pelo Congresso – o trono era visto como a única possibilidade de deixar salvo o Plano de Iguala, que além de sofrer com a ausência do monarca Bourbon, enfrentava as dificuldades do Congresso Constituinte em equalizar as questões relativas às autonomias provinciais. Augustín I, nome assumido por Iturbide, foi coroado em julho; no entanto, devido às suas tendências centralistas, angariou muitos opositores e se viu isolado, o que o levou a abdicar no ano seguinte, em 1823.¹⁰⁵

Na América portuguesa, 1822, foi marcada pela ruptura formal desta com Portugal. O processo de desmoronamento do império português acentuado a partir de 1808 acarretou profundas alterações que movimentaram todas as partes constitutivas deste mesmo império. A construção do Estado nacional brasileiro foi um processo de complexa engenharia política que não se encerrou no ano da ruptura formal em 1822, pois sua consolidação se deu no pós-1822, em 1831, ano da abdicação de D. Pedro I. Os acontecimentos de 1822 aprofundaram uma dramática e célere crise na economia de Portugal, que não via a possibilidade de sobrevivência sem o Brasil, por isso nesse momento cogitou uma união com a Coroa espanhola, união esta desejada pelos

¹⁰⁵ ARENAL, Jaime del. “Augustín de Iturbide y Arámburu”. In: ÁVILA, A.; GUEDEA, V.; e IBARRA, A. (coords.). *Diccionario de la Independencia de México...*, cit.

espanhóis desde o início da Revolução do Porto. No entanto, a presença do rei D. João VI na Península Ibérica, ao menos esse ânimo acalmou, e o país recuperou sua crença na possibilidade de retomar uma prosperidade, o que não ocorreu.¹⁰⁶

Em 1823, meses após a independência formal entre Brasil e Portugal, o *Diário do Governo*, periódico surgido nesse mesmo ano no Rio de Janeiro, publicou uma longa reflexão sobre o processo político vivenciado em solo americano. Evidencia-se nessa publicação, de maneira mais aparente o principal objetivo do presente trabalho: a percepção dos pontos de encontro entre os processos revolucionários da América portuguesa e espanhola. O texto do periódico apresenta longamente a situação brasileira e pratica sua função pedagógica logo na primeira sentença, ao chamar o leitor para uma análise dos fatos ali enunciados:

O *Brasil*, última das Potencias *Americanas* que se vai constituindo, oferece ao Político observador um quadro certamente digno da sua meditação. O mesmo espirito, o mesmo sistema, que domina as Províncias do Sul, tem-se comunicado, como por virtude elétrica, às mais distantes Províncias do Norte: vimos o entusiasmo do Recôncavo da *Bahia*, *Alagoas*, e *Pernambuco*; e pelo Ofício da Junta Provisória do Governo da *Paraíba* consta que ali foi também aclamado Imperador o Senhor *D. Pedro I.*, com iguais demonstrações de Público contentamento. Semelhante entusiasmo entender-se-á rapidamente às outras Províncias vizinhas da Equinocial, como *Ceará* e *Piauí*, onde já estava reconhecida a Regência do Mesmo Senhor, logo que tenham notícia daquele feliz acontecimento; e completada por este modo a

¹⁰⁶ LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311. SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. Projetos políticos na revolução constitucionalista da Bahia (1821-1822). In: *Almanack Brasiliense* (Online), n. 07, São Paulo, 2008, p. 102-118.

Confederação *Brasílica*, apresentaremos ao Mundo um facto poucas vezes acontecido, uma revolução desenvolvida, um Povo que reassume os direitos inalienáveis da sua independência, quebra os vergonhosos ferros do seu vitupério, e entra, sem ter passado pelos horrores da guerra civil, e da anarquia, no círculo das Nações livres do Universo.

Sendo uma verdade incontestável, sancionada já pelo tempo, que os Povos, assim como os indivíduos, chegando a sua virilidade rejeitam a tutela da Metrópole, e se constituem independentes; tendo sido obrigada a Política a reconhecer a legitimidade deste ato fundado nas leis inalteráveis da Natureza; ninguém ousará negar que o *Brasil* estivesse no mesmo caso daqueles Povos. Escusamos raciocínios: basta olhar para a marcha que ele tem adoptado no curso da revolução, para provar o seu estado de madureza; estado completamente insociável com o de colônia, em que jazia. Mais prudente e refletido, do que os seus vizinhos *Espanhóis*, o *Brasil* médio a grandeza do objeto, derrubar o antigo edifício, e erguer o novo; conheceu-se com forças de o fazer, e assim o tem felizmente executado, sem se precipitar na torrente de desgraças, que nem os *Iturbides*, nem os *S.Martines*, nem os *Bolivares* com todos os seus talentos são capazes de suster. Para nos convenceremos pois desta verdade, acompanhem as duas Potencias na sua revolução, e vejamos o futuro, que uma e outra nos promete.

Passa em Política por um axioma que *os Governos devem ser acomodados aos Países para que são feitos*; e o *Espirito das Leis* do profundo *Montesquieu* e, desde o princípio até o fim, uma continuada prova desta verdade. Outro axioma que também até agora nenhum homem sensato se atreveu a impugnar, e que o *Sistema Republicano apenas poderá ter lugar nos pequenos Estados, e que aos grandes só convém o Monárquico*; verdade esta que o mesmo *Rousseau*, tratando

do seu *Contrato Social*, viu-se obrigado a confessar. Tendo pois o *Brasil* em vista aqueles princípios, [?] qual foi a sua marcha? As Províncias, apesar do cisma Político suscitado pelo Governo Provisório da *Bahia*, e das lisonjeiras expressões, com que o Congresso de *Portugal* tentava desvia-las da Confederação *Brasílica*, dando o título de Províncias daquele Reino ás que a ele se uniam, conheceram imediatamente a necessidade de um centro, e consideraram como o maior atentado contra a sua liberdade, e progressos o fatal Decreto que mandava retirar a S.M.I., então Príncipe Regente, que pela Sua Alta Jerarquia, e Instruções que S.M.F. Lhe deixou, constituía aquele centro. Elas viram que perdendo aquela Augusta Personagem, perdiam com Ella um ponto ao redor do qual os Povos correm naturalmente a reunir-se: viram que faltando esta reunião, faltava também a força, e por conseguinte os meios de defesa: viram que perdendo aquele centro, não tinham outro que pudesse comunicar o impulso a tão dilatado território, e conduzi-lo a felicidade, que anelavam: viram que este impulso não podia ser bem comunicado, sem que o centro, donde ele deve partir, tivesse o maior grau de força possível; e em consequência disto aclamaram Imperador Aquele Mesmo Augusto Regente, e querem que a Assembleia Geral, que está próxima a reunir-se, dê a maior latitude ao Poder Executivo, pois que de outra sorte ficaria sufocada no seu mesmo gérmen a felicidade da Nação, e frustradas as lisonjeiras esperanças que os Povos tem concebido. Em verdade, [?] de que serviriam as acertadas Leis que esperamos da sabedoria da nossa Assembleia geral, se se embaraçasse com um sistema demorado por sua complicada construtora a Autoridade que as deve transmitir, e fazer observar em toda a parte? Não veríamos a cada momento ameaçada a segurança Pública, e a particular, já por inimigos estranhos, já por

homens desenvoltos, e viciosos, se uns e outros conhecessem que a Autoridade a quem está encarregada a defesa daquela segurança, não tem à sua disposição todos os meios de a manter, nem pode executar os seus movimentos com a prontidão que convém? O *Brasil* tem a este respeito encarado os objetos pelo seu verdadeiro lado; e a sua opinião é fundada nos princípios mas sólidos e luminosos, os quais todavia foram desprezados, ou desconhecidos das chamadas Cortes Regeneradoras de *Portugal* e *Espanha*. O *Brasil*, longe de dividir os interesses do Monarca e dos Povos, quer identifica-los [sic]; e desta sorte não teme confiar-Lhe a devida força, e poder, pois que abusar dele o Monarca e atentar contra a sua Nação, seria atentar contra a sua individual felicidade.

Tal tem sido a marcha do *Brasil* no curso da sua Regeneração; marcha que tem constituído das suas diferentes partes um todo colossal, que o torna respeitável aos estranhos, formidável aos inimigos, e afiança para o futuro a perpetuidade do seu sistema. Volvamos agora as vistas para a *América Espanhola*.¹⁰⁷

O editor entende a independência nos termos de Raynal e De Pradt - como uma emancipação -, pois a apresenta como resultado da virilidade dos indivíduos que rejeitam a tutela da metrópole. Declara ainda que seu estado de maturidade não precisaria ser provado, para essa percepção, bastaria observar como o processo revolucionário teria se desenrolado, de maneira supostamente mais prudente que nos espaços vizinhos espanhóis. Faz ainda uma clara defesa da Monarquia ao declarar que ela seria a melhor forma de governo para grandes territórios, relegando o sistema republicano apenas para

¹⁰⁷ *Diário do Governo*, n. 28, 05/02/1823. Reforço, aqui, meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta por me ceder as pesquisas realizadas neste periódico.

localidades pequenas. Não nos é possível desconsiderar o caráter formativo desta leitura dos acontecimentos, pois no início, o próprio texto incitou ao leitor que refletisse sobre o que estava sendo apresentado. Na continuação e, ao iniciar a exposição sobre a América espanhola, evidenciou a influência recebida pela independência dos Estados Unidos, principalmente na terrível adoção do sistema republicano como forma de governo nos Estados independentes:

A brilhante perspectiva que ofereciam os Estados Independentes *Anglo-Americanos*, foi de certo quem germinou, e desenvolveu a ideia da independência d' *América Espanhola*. A luta em que a *Espanha* andava envolvida para repelir o seu invasor, não lhe permitindo dividir a sua atenção com os negócios d' *América*, ofereceu às Colônias um momento favorável de executarem o seu projeto: porém a ideia da Independência não constituía ainda a opinião geral, não estava ainda identificada com o sentir dos habitantes *Europeus*, então menos iluminados, que os atuais; e daqui nasceu que a declaração dela fosse ao mesmo tempo a de uma desastrosa guerra civil, que tem arruinado aquele País, digno certamente de melhor sorte.

Se por um lado a *América Espanhola* continha em si um gérmen destrutivo da aplicação daquelas ideias, e do talvez extemporâneo manifesto delas resultaram tão grandes males; por outro lado o sistema, que ela abraçou, sem atender às qualidades físicas e morais dos habitantes e do país, agravava-os ainda mais. Com efeito o Republicanismo foi proclamado, não havendo no geral dos *Espanhóis* de ambos os hemisférios as virtudes patrióticas, que servem de base àquele sistema, e que se distinguem em grau superior no caráter *Inglês*; e o mais rico e famoso Império do Mundo foi sacrificado a ambição dos

particulares, que o retalharam, para ocuparem em cada fracção os principais Empregos. Esta divisão não só das Províncias, mas até de porções integrantes de cada uma delas, tem reduzido a *América Espanhola* a um estado incrível de abatimento; e isolar os seus interesses, foi o mesmo que lançar no meio delas um pomo de eterna discórdia.¹⁰⁸

E na sequência, faz uma aberta defesa da Monarquia, exaltando a solução mexicana, que mesmo em situação diferente da brasileira, que recebeu a família real e manteve uma continuidade dinástica apesar da independência, conseguiu manter-se realista iniciando uma nova casa dinástica:

Nós não podemos escurecer que, se o *Brasil* tem caminhado tão rapidamente para a sua felicidade, se as Potencias Estrangeiras admiram a harmonia, com que prossegue no adiantamento da sua Regeneração, se as Províncias gravitam todas para um centro comum, foi isto também devido em grande parte a muito atendível circumstancia de ter dentro de si a Augusta Pessoa de S.M.I.; circumstancia que não concorreu na *América Espanhola*: [?] porém fez ela todos os esforços para remediá-la [?] Esgotou todos os meios de obter uma Pessoa da Dinastia Reinante, que viesse com a sua presença impor freio aos partidos, sufocar as audazes pretensões dos particulares mais poderosos, e ligar de novo os separados membros daquele vasto território [?] No caso de que a *Espanha* recusasse aceder a isto, tentou por ventura o Gabinete do *Rio de Janeiro* para lhe ceder o Senhor Infante *D. Sebastião*, que além da Ascendência dos *Bourbons* tem em seu favor o nascer neste Hemisfério

¹⁰⁸ *Diário do Governo*, n. 28, 05/02/1823.

[?] Será por isso impossível no presente estado de convulsão, em que se acha a *Península*? Estas ideias não são novas, nem contrarias à opinião geral *Americana*. As vantagens do Sistema Monárquico tem sido reconhecidas por muitos: *Buenos Ayres* desejou erigir uma Monarquia: o *Peru* propende tanto para a mesma opinião [sic], que os Republicanos assustados já desviaram politicamente do Mando Supremo o General de *S. Martin*: os *Estados Unidos*, apesar da bondade relativa das suas instituições, quando reelegerem o seu Presidente de uma para outra Legislatura, mostram implicitamente a necessidade de perpetuarem em uma pessoa aquele Cargo, isto é de possuírem um Rei; finalmente o *México*, não obstante conhecer as oscilações, que pode ocasionar a criação de uma Dinastia nova, pela emulação e interesses dos particulares, que se julgam na mesma linha de direito, e de mérito, que o novo Monarca; e apesar da falta daquele prestígio em favor dele, que tão necessário se torna para a obediência dos Povos, proclamou um Imperador.

À vista pois do que fica exposto podemos concluir com segurança que, se a *América Espanhola* abraçar o sistema Monárquico, modificado por uma Constituição sabia, sistema cuja utilidade lhe não é desconhecida, e chamar ao Trono a todo o custo uma Personagem de qualquer das Dinastias Reinantes, para desta sorte evitar as funestas consequências da ambição dos naturais mais poderosos, a cujos caprichos tem sido até agora sacrificada, e segurar ao mesmo tempo a contemplação das Nações Estrangeiras, não só poderá contar com um mais pronto reconhecimento dos Soberanos da *Europa*, mas ainda com a eficaz cooperação do grandioso Império do *Brasil*. A *América* verá raiar a paz nos seus horizontes, e debaixo de um sistema constante caminhará para a felicidade, pela qual tem infrutuosamente trabalhado: do contrário

continuará a ser vítima da ambição desenfreada; e dilacerada por diferentes partidos, e interesses, o número de seus dias será contado pelo número das suas desgraças”.¹⁰⁹

A monarquia é exaltada, mas a tirania não. Ao entenderem as ações de Iturbide no México, como arbitrárias e desejosas de angariar um poder para benefício próprio, as publicações sobre o Império espanhol mudaram de configuração. O *Sylpho*, periódico carioca do ano de 1823, em agosto desse ano, noticiou uma citação do *Jornal da Filadélfia* presente na imprensa de Buenos Aires que tratava da queda de Iturbide. A própria publicação apresenta duas facetas deste fato, pois num primeiro momento entendia a queda do imperador como decorrente da união das tropas contra o tirano e, num segundo, ao utilizar como fonte uma notícia britânica, declarava que o mesmo abdicou ao ver-se sem apoio.

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS. MÉXICO.

O Jornal da Filadélfia *The General Advertiser* citado em o N.53 do Argos, Periódico de Buenos Ayres, depois de noticiar, sob a fé de uma carta do México de 22 de fevereiro, que está Iturbide fora do Comando supremo, se explica nestes termos, que os nossos leitores não estranharam atento o local, e circunstâncias em que o Jornalista escreve. A notícia antecedente é uma consequência do que assentamos em o N.48 deste periódico. As tropas Mexicanas, cujos sentimentos se haviam adormecido por as sugestões do ambicioso Iturbide, despertaram em fim do seu letargo. Elas reuniram o Congresso que fora destruído pelo tirano, está já lançada a pedra angular do edifício, que se

¹⁰⁹ *Diário do Governo*, n. 28, 05/02/1823.

vai levantar, e está feito o anúncio pratico da inegável Soberania do povo, a qual é reconhecida por toda a América, que dantes fora do domínio Espanhol. Constituído o México em Governo Republicano deixou de ser um fragmento solto da grande Peça inteiriça que nos reúne, e afiançou sua existência sobre seus próprios direitos.”

(...)

“*Inglaterra*. As Cartas da Havana de 15 de Fevereiro dão alguns detalhes sobre a queda de Iturbide do México. Vendo-se oprimido por todos os lados, sabendo que a indignação das Províncias iria manifestar-se, e que seus tesouros se achavam esgotados, tomou o prudente partido de depor o diadema e a purpura imperial, e de retirar-se à sua casa como simples particular. O Governo estabelecido depois da sua queda foi formado pelo Plano estabelecido em Iguala (foi publicado na Gazeta do Rio de Janeiro) no princípio da Revolução. O mesmo Governo se conduziu com a maior moderação para com o Imperador destronizado. Ele experimentou a sorte, que lhe reservava sua conduta ambiciosa, e nós outros esperamos que seu exemplo não será perdido para os de mais ambiciosos do mesmo Hemisfério, que procuram sacrificar os votos, e os interesses de seu País, a seus desejos, e engrandecimento pessoal. (Morning Chronicle)”¹¹⁰

Na realidade, o que se deu foi uma conjugação de ambas situações acima descritas. Ao buscar um poder centralizado, com a destituição do Congresso em outubro de 1822, Iturbide incomodou vários setores da sociedade e sem apoio, abdicou. O periódico *Sentinela da Liberdade*, editado por Cipriano Barata em oposição às publicações oficiais

¹¹⁰ *Sylpho*, n.06, 23/08/1823. Reforço, aqui, meus sinceros agradecimentos ao Prof. Dr. João Paulo G. Pimenta por me ceder as pesquisas realizadas neste periódico.

do governo, publicou um artigo do *Sentinellas de Pernambuco*¹¹¹ e as considerações sobre Iturbide foram um pouco mais ácidas, pois logo no início o editor se declarava grato por ter realizado o desejo de ver tal tirano destronado:

Sentinella N.32.

Ora graças a Deus, que já vi cumprido um dos meus desejos. Caiu finalmente o infame usurpador Eturbit, não como Ícaro, voando com azas pegadas com cera, e precipitando no mar Icari; não como Faetonte, que como mancebo imprudente, açouta os inflamados Ginetes do Sol, e se faz em pedaços, abrindo o seu sepulcro por meio da ousadia, e temeridade. Eturbit é precipitado, como dizem sucedeu a Satanás: aquele Demônio autor atrevido de muitos males no México, foi aniquilado pelo seu tirano proceder: ele tudo quis, e por isso tudo perdeu; foi exaltado como monstro atrevido, e foi derrubado como um Dionizio, mestre de Corinto; eis aqui o que acontece a quem entrando a governar, quer fazer a firmeza do seu Trono por meio de terrores, violências, e despotismos: quem não sabe reinar pelas virtudes, recorre a força, que segundo a opinião dos Tiranos é a última razão dos Estados; mas como essa chamada razão é sobeja prova de injustiça, os povos vem a derrubar o monstro, e a colocar sobre o Trono a Liberdade. Eturbit era um aventureiro, que não tinha a seu favor o privilégio dos prejuízos dos ignorantes a respeito da antiguidade: os homens de ordinário respeitam com veneração quase supersticiosa tudo quanto está enraizado pelos séculos, e supõe coisa de menor atenção aquilo que é feito, e criado debaixo dos seus olhos: Se Eturbit fora tão benemérito

¹¹¹ Prática comum às publicações de Cipriano Barata era utilizar os textos que outros editores da região do nordeste publicavam em oposição ao governo.

como Bernardotte, hoje Rei da Suécia, ele se teria conservado, e faria segurar o Trono para sua Dinastia; mas ele o perdeu como malvado, e covarde. Os Reis antigos tem adquirido do tempo, e da ignorância dos homens, que eles tem mantido por meio dos Padres, e da superstição; tem adquirido o costume de serem olhados como criaturas superiores, e próprios para Governar as Sociedades; os ignorantes acreditam nisto, porque os veem durar muitos tempos, e não advertem que isso provem do estado de cegueira, e ignorância, a que esses malvados Reis antigos sem reflexão, e só por estupidos; e acostumados com as bestas, especialmente porque os Reis arrancam o dinheiro, e o suor de uns, para com eles comprarem partidos, e Soldados, que sopeiem a todos; e deste modo o interesse completa a obra da escravidão da humanidade. Eturbit nada tinha de merecimento: não podia durar depois de ter o atrevimento de prender Deputados, dissolver o Congresso, arrogar poder, e direitos que não tinha, e querer esmagar os briosos Mexicanos. O México, hoje está restabelecido, e goza dos seus belos dias. A que devemos notar a generosidade dos homens liberais. Eturbit entrega-se a descrição: ele é preso, desprezado, e despedido como um Castor, que deve viver solitário nos Bosques, e na abjecção. Se Eturbit se lembrara que os Soldados só protegem o despotismo enquanto não lhe dá a saudade do amor da Pátria; se ele tivera diante aos olhos que os Soldos patrocina em um dia o despotismo, por engano ou interesse, mas que a final eles mesmos destroem o despotismo, ou porque acordam, ou por que se desenganam pelo brio, ele teria cuidado em condescender com a opinião pública, e abraçaria a Constituição. Eturbit, ou qualquer Testa Coroada devia lembrar-se que Reis, e Imperadores só existem nos Tronos enquanto os Povos os querem, ou em quanto não abrem os olhos; ele teria refletido que um Rei, ou Imperador não passa de ser um Cidadão,

uma criatura do Povo, que apenas os Cidadãos querem, derrubam, e aniquilam, uum Rei, ou Imperador, não passa de ser um homem escolhido, e quando degenera [sic] diventa um Ente desprezível. Eturbit devia estar altamente persuadido desta máxima, que quando um homem quer ser livre, sempre o é.... Que um Monarca deve fundar o seu Trono no amor dos Povos, e não nos embustes da superstição, e terrores do despotismo; e que no tempo presente tudo isto está em figura mais respeitável porque os Povos conhecem os seus Direitos, e hão de defende-los; pois um Rei, ou Imperador, seja qual for na presença de uma Nação é poeira, é fumo, é vapor, é mero nada.¹¹²

A condenação das atitudes supostamente tirânicas de Iturbide se devem a seu caráter centralizador. Vivia-se um momento em que a soberania foi discutida, refletida e apropriada. Havia um temor social ao chamado despotismo que utilizava de terrores, violência para ferir o direito à autogestão dos povos, afinal, os “Reis, e Imperadores só existem nos Tronos enquanto os Povos os querem”. O artigo publica ainda que o México só estava reestabelecido devido à ação dos homens liberais. A imprensa brasileira que aproximou o México do Brasil ao tratar da construção de seus impérios monárquicos, neste momento, esforçava-se por apresentar uma imagem de D. Pedro diferenciada do imperador mexicano. Meses depois, em novembro de 1823, o Diário do Governo noticia uma conspiração contra o imperador e ressalta que ele, príncipe reconhecido em nada se assemelha ao usurpador militar Iturbide:

VARIEDADES. *Tramoia dos Tamoios desfeita pelo Gênio do Brasil.*

¹¹² *Sentinela da Liberdade*, n.10, 29/08/1823.

[...] Todos os espíritos retos bem conheceram, que os seus três principais objetos eram: 1.º indispor o Povo contra o Ministério, que entrou no Governo pela demissão dos *Andradas*, que antes se presumiam os *homens necessários*, e a [ileg.]*lantes do Império*; 2.º irritar os naturais do Brasil contra o Imperador, figurado qual Iturbide (com alusões disfarçadas, mas obvias na aplicação) não havendo alias paralelo entre esse Usurpador Militar do Império do México, e um Príncipe reconhecido; 3.º açular a plebe contra os naturais de Portugal, ainda os estabelecidos de anos no Brasil, e bons servidores do Estado, e com especialidade os do serviço da Tropa, que aliás tinham cordialmente seguido a nossa Causa, e lealmente contribuído a exterminar os inimigos da Pátria.[...].¹¹³

Um ano depois, em meio aos reconhecimentos formais das independências por parte das nações estrangeiras, o *Diário do Governo*, continuava uma publicação sobre como a Grã-Bretanha observava os acontecimentos no México:

NOTÍCIAS ESTRANGEIRAS. *Continuado do N.º 129. Extrato do discurso do Marques de Lansdown, feito na Câmara dos Lordes de Inglaterra, sobre a Independência da América Espanhola, no dia 15 de Março 1824.*

Uma prova de que estão na mais perfeita Independência, e completa separação da Espanha, é a grande força que hoje possuem para repelir qualquer ataque que se lhes queira fazer, e passemos a lançar um golpe de vista sobre esta, comparada com os recursos da Espanha, e forças que ali tem. Em primeiro lugar no Estado do México, que se estende de

¹¹³ *Diário do Governo*, n. 125, 27/11/1823. (Grifo nosso)

mar a mar, e que contém uma população excedente a sete milhões de habitantes, não se tem ali visto um só soldado Espanhol há mais de 2 anos. Existe, é verdade, uma pequena força Espanhola na Costa.¹¹⁴

No artigo, a prova da perfeita independência é a ausência da força coerciva. E o imaginário britânico nele retratado dava mostras de entender essa ausência de tropas reais como a garantia do sucesso do processo independentista mexicano. Tendo em vista o peso que a Grã-Bretanha exerceu em todo o processo, tal consideração não pode ser descartada.

O conjunto de publicações recolhidas e citadas acima apresentam-nos exemplos de como os processos históricos vivenciados pela América portuguesa e Nova Espanha, no início do século XIX, se encontraram na imprensa periódica lusoamericana. No próximo capítulo o olhar se inverte, e o contato entre esses espaços será observado a partir do olhar da imprensa da Nova Espanha.

¹¹⁴ *Diário do Governo*, n.131, 12/06/1824.

CAPÍTULO 2

A imprensa periódica novo hispânica: espera pública e projetos políticos

“...Estos son los primeros en independizarse, como lo probará pronto el Brasil que es ya más poderoso que Portugal. Inglaterra erro al negar a los EE. UU. El derecho de autonomía...” (Abade De Pradt)¹¹⁵

2.1 A imprensa na Nova Espanha, as invasões napoleônicas e a Guerra Peninsular

Entre os anos 1808 e 1822, a Nova Espanha acompanhou, mesmo que à distância e com um olhar voltado preferencialmente para a Europa, o que se passava no Império português. Nesse período, ocorreu uma diversificação das publicações existentes no Vice Reino, o que foi fundamental para o desenvolvimento e formação da opinião e da nova esfera pública. Tendo em vista as reflexões de Guzmán Pérez, o público leitor, receptor e transmissor neste momento é ao mesmo tempo sujeito e objeto da política, por isso seu estudo é indispensável para a compreensão dos processos de independência ibero-americanos.¹¹⁶ A introdução da imprensa na América hispânica, diferentemente de sua vizinha portuguesa, data do início do século XVI, e na Nova Espanha os serviços tipográficos chegaram ao território no ano de 1539. Nesse momento, as publicações tinham apenas uma finalidade catequética, o que foi alterado em meados século XVIII, quando, durante o governo do rei ilustrado Carlos III, a intelectualidade foi transformada com o advento das ideias de liberdade e autonomia da razão. Apenas a título de exemplo, a *Gaceta de México* foi publicada pela primeira vez em 1722, vinte e um anos depois da

¹¹⁵ AGUIRRE ELORRIAGA, M. *El abate de Pradt en la emancipación hispanoamericana...*, cit. p. 57.

¹¹⁶ GUZMÁN PÉREZ, M. *Impresores y editores de la independencia de México...*, cit. p. 17-20.

aparição da *Gaceta de Madri*, tempo curto considerando as dificuldades comunicativas do período.

A Revolução Francesa iniciada em 1789, assinalou no mundo espanhol uma complexa relação da monarquia com a imprensa. Segundo Jaime E. Rodríguez O., nesse momento, a monarquia espanhola necessitava de um governo eficaz, porém Carlos IV era politicamente irresoluto, diferentemente de seu pai, que havia morrido em 1788. Em um primeiro momento, Carlos IV tentou manter a forma de governo de seu pai e manteve como Primeiro Ministro o conde Floridablanca, que impôs uma severa

à imprensa devido à sua radical oposição às ideias revolucionárias francesas. Ao observar que a medida falhava, em 1791, atuou de maneira mais repressiva, tentando impedir as ações da imprensa, além de restituir a Inquisição para eliminar da Espanha as leituras perigosas. Foi tamanha a oposição que angariou com tais medidas, que logo em fevereiro de 1791 foi destituído do cargo e substituído por um francófono, o Conde de Aranda, que mesmo suavizando a censura foi alvo de muita oposição.

Simultaneamente, em Portugal, os muitos dos acontecimentos referentes à primeira fase da Revolução Francesa foram dados a conhecer pela *Gazeta de Lisboa* e, até 5 de setembro de 1789, as informações foram regulares. Antes da intervenção da censura, a *Gaceta* noticiou ainda a convocação dos Estados Gerais, a proclamação da Assembleia Constituinte e as primeiras medidas por ela tomadas. Causou estranhamento no mundo luso duas situações decorrentes da revolução: a primeira, a dificuldade em compreender a emergência, na Europa, de uma sociedade sem estatuto de nobreza hereditária. A segunda, que contraria as visões simplistas sobre a eclosão revolucionária, foi decorrente de uma certa simpatia que a nobreza portuguesa apresentou pelos objetivos

iniciais da revolução. Revela-se, assim, como a percepção das mudanças dá-se de maneira morosa.¹¹⁷

Retornando o olhar para a Espanha, com a saída do Conde de Aranda, assumiu, então, como primeiro ministro espanhol, Manuel Godoy, que governou entre os anos 1793 e 1808. Este se considerava continuador de Carlos III e sua relação com a imprensa foi muito diferente das de seus antecessores.¹¹⁸ O governo de Godoy, ainda no final do século XVIII, imprimiu no mundo hispânico um novo caráter à imprensa, a partir de então, as notícias publicadas deixaram de ser somente registros de acontecimentos políticos e culturais, e passaram a apresentar também informações sobre história, arte, literatura e, de maneira muito importante, incorporaram traduções e transcrições das obras de proeminentes escritores europeus, como Raynal e De Pradt. Madri e a Cidade do México foram os centros de irradiação das publicações periódicas deste momento, entretanto, devido à imensidão territorial da América espanhola, aquilo que era publicado na Cidade do México atingia, tendencialmente, somente a Nova Espanha e a Guatemala, enquanto que as publicações madrilenas atingiam a Espanha como um todo.

Na passagem do século XVIII para o XIX, houve um aumento quantitativo nas publicações periódicas, todavia, seu público leitor ainda era muito restrito. A grande responsável pela divulgação das ideias políticas continuava a ser a comunicação oral, que até as décadas 1780-1790 ocorria principalmente por meio das conversas corriqueiras e das tertúlias realizadas nas casas das elites, passando, nas décadas seguintes para as arenas públicas, ocupando cafés e agrupando participantes de diversas procedências sociais. Essa transformação intelectual no mundo espanhol coincidiu com o avanço de novas ideias

¹¹⁷ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Liberalismo. (1807-1890)*. Vol. 5. Portugal: Editorial Estampa. s/d. p. 17-19. PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 56-59. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

¹¹⁸ RODRÍGUEZ O., J. *La independencia de la América española...*, cit. p. 102-106.

políticas, aprendidas pelos grupos cultos da América, que se familiarizaram com o direito e a política espanholas. Essas novas ideias relacionaram-se justamente com o período de reestruturação das relações coloniais e de crise das monarquias europeias que estamos tratando.¹¹⁹

Durante o período de seu processo de independência, a Nova Espanha, assistiu a um aumento considerável em suas publicações periódicas, que mantinham uma produção intermitente. Entre os anos 1808 e 1824, são trinta e dois os periódicos disponibilizados pela *Hemeroteca Nacional Digital de México*¹²⁰: *Boletín de la División Auxiliar de la República Mexicana* (s/d), *Busca-Pies* (s/d), *Gaceta de Mexico* (1784-1809), *Diario de México* (1805-1810), *Semanario Economico de Mexico* (1808-1810), *Correo Semanario Politico y Mercantil de Mexico* (1809-18010), *El Despertador Americano* (1810-1811), *Gaceta del Gobierno de Mexico* (1810-1822), *Gaceta del Gobierno Americano en el Departamento Norte* (1812), *Ilustrador Nacional* (1812), *Semanario Patriótico Americano* (1812-1813), *El Amigo de la Patria* (1812-1813), *Ilustrador Americano* (1812-1813), *Correo Americano del Sur* (1813), *SUD* (1813), *Clamores de la Fidelidad Americana contra la Opresión* (1813-1814), *El Redator Mexicano* (1814), *Gaceta del Gobierno Provisional Mexicano de las Provincias del Poniente* (1817), *Apología de la Aparición de Nuestra Señora de Guadalupe de México* (1820), *El Indicador Constitucional/ Diario de la Habana* (1820), *El Indio Liberal o Miscelanea* (1820), *La Abeja Poblana* (1820-1821), *El Mejicano Independiente* (1821), *Diario Político Militar Mejicano* (1821), *El Yucateco* (1821), *Semanario Político y Literario* (1821), *Ejercito Imperial Mejicano de las Tres Garantías* (1821), *El Farol* (1821-1822), *Gaceta del Gobierno Imperial de México* (1821-1823), *La Sabatina Universal* (1822), *El Fanal del*

¹¹⁹ Idem, p. 81-102.

¹²⁰ Todos os periódicos no texto citados foram encontrados no arquivo da *Hemeroteca Nacional Digital de México*, situada no campus da UNAM, durante uma pesquisa realizada em janeiro de 2013.

Imperio Mexicano (1822), *Diario de Veracruz* (1822-1823). Interessante observar que dentre eles, somente uma publicação oficial apresenta uma periodização mais abrangente: a *Gaceta del Gobierno de Mexico*, 1810-1822.

A imprensa deste período apresenta uma característica comum aos períodos de crescimento da imprensa: muitos dos periódicos tinham sua publicação custeada por seus próprios editores. Como era de se esperar, já que se vivia um momento de transformação do pensamento político, essas publicações de novas ideias eram realizadas com grande prudência, a fim de não ferir a sensibilidade de leitores que ainda sintonizavam-se com os valores tradicionais.¹²¹ Uma publicação novo-hispânica de maio de 1821, apresenta uma reflexão portuguesa de janeiro do mesmo ano que, de forma metalinguística, reforça a necessidade desse cuidado com o que se envia ao público:

Portugal

Lisboa 17 de enero

Con justa razón se nota y desaprueba en algunos de nuestros periódicos, cierta falta de consideración en las expresiones relativas a los gobiernos extranjeros, los cuales ciertamente no harán aprecio de las invectivas de tales discursos; pero no dejarán de reparar que no haya quien advierta a estos escritores que debieran tener la moderación y urbanidad de un periodista y de todo escritos público: y si esto debe siempre exigirse de quien escribe para ilustrar, ¿Cuánto mayor razón tendría cualquiera gobierno extranjero para disgustarse de que le insulten con mofas e invectivas?

(...)

¹²¹ GUERRA, F. *Modernidad y Independencias...*, cit. p. 228-229. E, GUZMÁN PÉREZ, M. *Impresores y editores de la independencia de México...*, cit. p. 17-20.

He aquí lo que deben tener presente nuestros periodistas y escritores, para evitar cualquiera expresión, aunque sea copiada de los periódicos extranjeros, que pueda ser ofensiva a otro gobierno. ¿Y qué diremos de las ofensas dirigidas contra las personas de los Monarcas? Estamos persuadidos de que ninguno se atreverá a injuriarlas directamente; pero es necesario además que los escritores sepan medir su locución, de manera que no se pueda inferir de ella la menor ofensa. El escritor de materias políticas, relativas a negocios de estado, por mucho deseo que tenga del acierto, y por profundos que sean sus conocimientos cuando discurre sobre ciertos asuntos, sin tener presentes todos los eslabones de la cadena política que une a los gabinetes, puede causar a su país incomodidades y desagradados con un artículo imprudente; o con un desahogo inmoderado de sus sentimientos, tal vez muy patrióticos pero intempestivos. (...) ¹²²

O que no início do século era impensável, nas duas décadas seguintes se tornou mais que possível, chegando de fato a ocorrer. O monarca D. João VI, por exemplo, foi ofendido, em 1821, por artigos da publicação *O Português*, editada em Londres, e o editor chegou a responder por crime de lesa-majestade entre os anos 1820-1821, ¹²³ nesses anos a imprensa alterou sua forma de referência às autoridades do período. Isto não significa que toda a imprensa do período tenha assumido uma postura crítica e combativa, como a do editor referido, mas o fim da censura promoveu em alguns casos, um relaxamento nas formalidades no tratamento à monarquia.

Em relação ao conteúdo dessa imprensa periódica, no início do século XIX, apenas oito, dentre os trinta e dois periódicos por nós analisados na Nova Espanha,

¹²² *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 68, 22/05/1821.

¹²³ PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 340-363.

apresentavam um olhar para Portugal e seu império. Entre os anos 1808 e 1814, as atenções da Nova Espanha estiveram centradas principalmente na Península Ibérica e acompanhou-se com verdadeiro interesse o desenrolar da política de Napoleão e seu impacto na Espanha, mãe pátria, aliada do imperador francês. Essa aliança remonta ao ano de 1795, quando ambas se aliaram após a assinatura do Tratado da Basiléia, um tratado de paz humilhante imposto pela França, depois de a Espanha ter se unido à Primeira Coligação contra os revolucionários jacobinos franceses em 1793. Isso porque a execução dos monarcas franceses em janeiro desse mesmo ano havia convulsionado e emocionado os espanhóis partidários da França, movendo-os em direção a um conflito que os precipitou em uma crise política e econômica de proporções desastrosas. Em decorrência da união com a França, a Espanha foi obrigada a se tornar inimiga da Grã-Bretanha e, por isso, terminou se envolvendo em uma série de conflitos com esta potência e seus aliados, o que prejudicou ainda mais sua frágil economia.¹²⁴ Especialmente desastrosos não só para a economia, mas para a política e sociedade espanholas foram ainda os anos 1805 e 1806. O primeiro, devido à Batalha de Trafalgar, na qual a marinha britânica arrasou as frotas espanholas e francesas, pondo fim ao sonho desta última em se tornar a principal potência marítima da Europa. O segundo, porque foi o ano de imposição, pela França, do sistema continental de bloqueio ao comércio britânico que devastou a economia peninsular espanhola, uma vez que esta perdeu totalmente o comércio com a Grã-Bretanha, que mantido apenas nos territórios coloniais, não teve como conter a crise inflacionária e de desemprego. Foi essa sequência de eventos que levou o Governo de Godoy à bancarrota.¹²⁵

¹²⁴ ARTOLA, Miguel. *Los orígenes de la España contemporánea*. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1959. 2v.

¹²⁵ RODRÍGUEZ O., J. *La independencia de la América española...*, cit, p. 102-106.

Portugal também sofreu a exigência de fechar seus portos à navegação britânica, pois, desde 1801, antes da proclamação oficial do Bloqueio, esta proposta figurava dentre as exigências apresentadas pela aliança franco-espanhola. No entanto, a tomada de decisão só pôde ser adiada, porque o desenrolar da guerra na Europa fazia com que a França ora exigisse o cumprimento desta proposta, ora aliviasse a pressão, variação decorrente de sua posição no conflito; um momento de alívio, por exemplo, foram os anos 1802 à 1804, devido à Paz de Amiens. Ao final de 1804, porém, uma nova pressão recaiu sobre D. João, quando Napoleão desejou que o Regente aceitasse sua aliança e se retirasse da órbita britânica. A demora do governo de D. João impeliu Napoleão a nomear um representante francês, o general Jean-Andoche Junot, que foi enviado à Lisboa em 1805, ano no qual a França enfrentou a derrota em Trafalgar e voltou suas atenções para o conflito com a Áustria, aliviando novamente a pressão sobre Portugal. O olhar para a Península Ibérica foi retomado em fevereiro de 1806, quando Napoleão buscando em Godói, um apoio francês para uma intervenção armada em Portugal, propôs uma partilha deste território. Nas imediações de abril deste mesmo ano, rumores chegaram a Lisboa de que havia tropas concentradas em Bayona e Bordéus. Ainda neste ano, em 21 de novembro, Napoleão declarou em Berlim o Bloqueio Continental e as notícias chegaram a Portugal em dezembro; entretanto, no início de 1807, a França ocupava-se com a Rússia, o que deu a D. João mais algum tempo de alívio.¹²⁶

De agosto de 1806, até novembro de 1807 permaneceu reunido um Conselho de Estado em Portugal, ponto de apoio da regência de D. João. A situação era de tal tensão que o Conselho reunia ministros pró e contra franceses como D. António de Araújo e Azevedo – mais tarde, conde da Barca -, D. Lourenço de Lima e Diogo de Noronha,

¹²⁶ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 17-43 e PEDREIRA, J. e COSTA, F. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 150-179. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit.

integrantes do primeiro grupo; e D. Rodrigo de Sousa Coutinho – futuro conde de Linhares -, José António de Sá e D. José de Almeida Melo e Castro, membros do grupo de oposição aos franceses. A oposição entre francófilos e anglófilos organizava-se em torno da sobrevivência política do reino, e alguns criam que esta dependia da política de neutralidade, outros que sem a proteção britânica o reino sucumbiria.¹²⁷ Em agosto de 1807, diante da iminência da invasão francesa, o Conselho deliberou que o envio da família real para a América seria realizado somente em caráter extremo e aventou-se outra solução: o envio do príncipe Pedro, com então nove anos, a fim de assegurar a continuidade dinástica caso ocorresse algo desastroso com D. João. No dia 22 de outubro, uma convenção preliminar luso-britânica preparou o terreno para uma possível transferência de toda a Corte. No dia 27, após a assinatura do Tratado de Fontainebleu entre França e Espanha, as tropas francesas, comandadas por Junot, iniciaram sua marcha rumo a Portugal, cruzando a fronteira no dia 19 de novembro. Quando a notícia chegou definitivamente à Lisboa, cinco dias depois, o Conselho de Estado reuniu-se e no dia 26, a decisão de embarque do Rei e sua Corte foi unânime entre seus membros. Nesse mesmo dia, D. João nomeou vários governadores que administrariam o país durante a sua ausência, compondo um Conselho de Regência, que deveria manter uma relação cordial com os franceses e assegurar a manutenção da soberania régia. Então, a Casa de Bragança e centenas ou até milhares de membros da Corte embarcaram em 36 navios com destino ao Brasil.¹²⁸

¹²⁷ PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 79-91. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

¹²⁸ Quantas pessoas ao certo foram transportadas e difícil precisar. O Secretário do Núncio na ocasião dos embarques estimou 10.000 pessoas; Pereira da Silva, 15.000. Estudos posteriores, como o de Nireu Cavalcanti, contabilizam somente 500 pessoas somadas a cerca de 7.200 tripulantes. Fato é que as listas com a quantidade de passageiros foram muito incompletas e fragmentadas, o que impossibilitam um estudo preciso. Ver: PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 188-189.

Em fevereiro de 1808, ciente tanto da ocupação francesa do território espanhol, como da saída da família real de Portugal com destino à América, a *Gazeta de México*, periódico oitocentista da Cidade do México, transcreveu notícias britânicas acerca das negociações do Príncipe Regente com a Grã-Bretanha e França, as quais se deram em meio ao convulsionado ano de 1807:

Noticias que se publicaron los ingleses sobre Portugal, antes de ausentarse de Lisboa el Príncipe del Brasil.

Toda comunicación amistosa entre Portugal y la Gran-Bretaña se halla ya terminada finalmente. El bergantín de guerra Raleigh, de 18 cañones, que llegó a Plymouth procedente de Oporto ha traído copia de una proclamación publicada por el Gobierno portugués para cerrar los puertos del Portugal a nuestro comercio. El convoy escoltado por la fragata Lively, que salió del Tajo el 18 último, ha conducido a su bordo muchos comerciantes ingleses con sus familias; y en Oporto se habían embarcado todas las propiedades inglesas, la mayor parte de ellas en buques portugueses. Se esperaba saldrían de allí estas embarcaciones el 2 de este mes escoltada por la fragata Lavinia.

El que Portugal ha concluido una composición amistosa con Francia, a costa de adherir del todo a las miras y deseos de Bonaparte contra este país, es evidente. Cuando el correo Townshend salió de Lisboa, se esperaban en aquella capital 130 hombres de tropas portuguesas, destinadas según se suponía generalmente a hacer llevar a efecto el embarque de los comerciantes ingleses: y de resultas de las comunicaciones que había entre el Príncipe Regente y Lord Strangford, se juzgó conveniente apostar el bergantín Riven sobre la barra para impedir que ninguna de nuestras embarcaciones entrase en el Tajo. [?]

a esto que ayer, según hemos oído decir, se recibieron noticias en el amirantazgo anunciando que los portugueses habían construido baterías con el referido objeto de excluir a los ingleses. Lord Strangford y Mr. Gambier permanecían aún en Lisboa cuando salió el Townshend; y se cree regresarán aquí en el Raven así que todas las propiedades y personas inglesas estén fuera de Portugal.

(...)

Desde el momento en que se dijo que la corte de Portugal pensaba seriamente en emigrar al Brasil, manifestamos el ningún crédito que debía darse a estas supuestas intenciones. Ya vemos ahora que nuestra opinión era bien fundada, y que el Príncipe Regente, en lugar de proyectar un embarque romanesco a la América meridional, he estado haciendo prudentes arreglos con Bonaparte para asegurar su quieta permanencia en Portugal. El que de mucho tiempo a esta parte ha subsistido una perfecta buena inteligencia sobre este asunto entre nuestro aliado y nuestro enemigo, parece bien claro al ver que se ha demorado tanto la marcha de tropas francesas. Esta medida jamás se ha puesto en práctica aunque tanto se ha hablado de ella; y si Bonaparte hubiera tenido alguna dada de la condescendencia del Portugal a sus deseos, el más inepto político debía conocer la necesidad que había de coerción, en caso de que se hubiese resuelto valerse de este medio. En las últimas noticias de Lisboa se asegura que no se esperaba absolutamente en Portugal un ejército francés.¹²⁹

A publicação apresenta informações sobre um momento da política francesa, que se concentrava em seus vizinhos ocidentais e pressionava Portugal não só a aderir ao

¹²⁹ *Gaceta de México*, n. 14, 13/02/1808.

Bloqueio Continental – fechando os portos à navegação britânica -, mas também a prender os súditos britânicos presentes em seu território e confiscar seus bens. Por isso, chama atenção dos editores o fato de Portugal manter uma relação amistosa com a França e os ingleses continuarem com suas propriedades, o que é destacado no mesmo número do periódico:

Conducta del Príncipe Regente, con respecto a la Inglaterra

Ha sido una fortuna que se haya salvado la mayor parte, si no el todo, de las propiedades inglesas, y únicamente se lo debemos a la generosidad del Príncipe Regente; que en sus negociaciones con Francia debe haber atendido de un modo particular a los intereses de este país, circunstancia que le hace acreedor a nuestra mayor gratitud, la cual no puede disminuirla el reflexionar sobre la total falta de precaución o de esfuerzos a favor nuestro, que ha manifestado nuestros ministros.

Hemos recibido gacetas de Madrid hasta el 14 de Octubre último, y no contienen noticias de importancia. El ejército francés no había decampado de Bayona el 19 del mismo mes.¹³⁰

Que o “generoso” Príncipe Regente e sua Corte estavam longe de Portugal, a edição de 13 de fevereiro já o revela, e revela, também, uma intenção linguística britânica de exaltação das virtudes do regente aliado. No entanto, o desenrolar das negociações franco-portuguesas ainda não eram, aparentemente, de todo conhecidas na Nova Espanha. Durante a Guerra de independência das Treze Colônias britânicas, Portugal assumiu uma postura neutra que lhe permitiu permanecer ao lado de sua antiga aliada – a Grã-Bretanha

¹³⁰ *Gaceta de México*, n. 14, 13/02/1808.

- e assinar tratados comerciais com os emergentes Estados Unidos. Em relação à Espanha, vivia-se, nesse momento, relativamente em paz, desde o Tratado do Pardo de março de 1778, que solucionava as disputas territoriais e de navegação na América do Sul. Além disso, em 1785, as duas casas reais haviam se unido por meio dos casamentos do príncipe português D. João com a princesa espanhola D. Carlota e de D. Mariana Vitória, portuguesa, com o espanhol D. Gabriel. Como se pode verificar, foi a Revolução Francesa que alterou a relativa paz entre os vizinhos ibéricos, pois a diplomacia portuguesa foi colocada na difícil situação de ajustar os interesses lusos à tradicional aliança britânica e ainda manter a ansiada neutralidade frente às pressões francesas.¹³¹

As transações diplomáticas facilitaram o movimento em busca de uma solução mais vantajosa para Portugal, o que foi noticiado no dia 20 de fevereiro pela *Gaceta de México*. Sete dias depois da edição que mostrava a surpresa dos editores da Nova Espanha frente às notícias de um país que conversava com a França, mas mantinha as regalias britânicas, o periódico voltou sua atenção para Portugal, que ainda não havia tomado uma decisão definitiva:

Extracto de los sucesos últimos de Portugal

Después del suceso escandaloso en Copenhague, fue amonestada la corte de Lisboa por los embajadores de Francia y España para que se resolviese a unirse con el continente contra el enemigo común a efecto de obligarlo por todos los medios posibles a la paz marítima, con la que darían fin sus violencias.

Y contribuyendo para este efecto, (como también en represalia de lo que se había robado en Copenhague), que se embargasen todas las

¹³¹ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 17-43.

mercaderías inglesas existentes en Portugal, se le rogo que cerrase todos sus puertos, para que no saliese ni entrase en ellos ningún buque de la gran Bretaña.

Habiendo informado los embajadores de la resistencia que la corte de Lisboa manifestaba sobre esta resolución, se dio orden a las tropas francesas para que se aproximasen al Portugal: al llegar a la raya de España, el Príncipe del Portugal promulgó el decreto solicitado por los embajadores, los que dando aviso a sus respectivas potencias, concibieron haber conseguido su intento, y las tropas francesas hicieron alto; cuando estaban esperando la orden de retirarse, la recibieron de que a marchas violentas se dirigiese a Portugal, respecto de que aquel gabinete, no solo dejaba entrar y salir los buques ingleses con las mercaderías de la nación británica para Londres, viniendo a ser el decreto del Príncipe del Brasil un engaño para poder detener las tropas combinadas, mientras [ileg.] podía más a su salvo extraer todas sus pertenencias.

Estes fatos deram-se ainda em 1807, nos meses do último trimestre, e chegaram à Nova Espanha em fevereiro de 1808. Portugal finalmente apresentava uma decisão, não cedendo às pressões do Bloqueio Continental. A Nova Espanha atentava-se aos fatos, motivada pelo desejo de acompanhar a Espanha, que foi obrigada a intervir na situação vivida por Portugal, pois as tropas francesas, que aguardavam naquelas fronteiras, partiram para este território. A ocupação se deu em novembro de 1807, com a tomada do castelo de São Jorge em Lisboa onde foi colocada a bandeira da França. A *Gaceta* continua:

A la vista de esta conducta se retiraron los embajadores para Badajoz, y aun desde allí se intentaron nuevas negociaciones, en medio de las cuales recibieron la noticia de que el Príncipe del Brasil trataba de emigrar con toda su familia: que el pueblo de Lisboa no quería permitirselo, declamando todos contra la nación inglesa, la que en lugar de mandar un ejército para defender un aliado u nación que tanto le había servido, lo abandonaba, tratando de poner a cubierto sus intereses. Creció en sumo grado el ardor del populacho de Lisboa para impedir la ausencia de su Príncipe, en términos que aseguran los mismos papeles públicos, que los jueces de la Policía no se atrevían a usar de su autoridad: todo era confusión y llanto en Lisboa a últimos de Noviembre, sin aquel desgraciado pueblo viese en los ingleses más afán que el de continuar embarcando (acaso lo suyo y lo ajeno) cuando podían.

No se dice en los referidos papeles que la nobleza portuguesa tratase de embarcarse también, como aquí se divulgó, ni tampoco tropa; al contrario, varios grandes echaban en cara á los ingleses, que proyectando su gabinete tantas expediciones, no hubiese merecido el Portugal una para defenderlo, o a lo menos divertir la invasión mientras se tomaban otros medios menos desgraciados a sus Soberanos.

Hablase después de que si el Príncipe del Brasil [ileg.] a coronarse en aquellos sus dominios, quedará reducido a mayor esclavitud de la nación inglesa que lo estaba en Portugal. – Le anuncian que si protegiese invasiones contra Montevideo y Buenos Aires será arrojado por los *peruanos* del mismo Brasil: prueba de estos anuncios (que es

ingles) la facilidad de [ileg.] los peruanos, cuya circunstanciada e interesante relación esperamos insertar en las siguientes.¹³²

Portugal colocou um fim às pressões francesas. E, de certa forma, às britânicas também, pois esta estava em território luso desde 1806, quando enviou ao Tejo uma esquadra, que sob o comando de Strangford afirmava estar lá apenas para fazer a defesa de Portugal, caso a França fizesse uma invasão. No entanto, Strangford trabalhou intensamente nos arsenais e estaleiros de Lisboa, o que foi imprescindível para que o embarque e transferência da família real portuguesa e sua Corte ocorresse. Tais trabalhos causavam uma série de rumores e curiosidade popular sobre uma possível fuga da Casa de Bragança, o que se confirmou pouco tempo depois. Mesmo contando com o auxílio britânico, a precipitação nos embarques fez com que faltasse água, mantimentos e lenha em vários navios e as condições de reforma de alguns não fossem suficientes para assegurar a longa travessia, tanto que uma das embarcações teve que retornar a Lisboa e a nau *Medusa*, que abrigava D. António Araújo Azevedo teve seu mastro e velas destruídos pelo mau tempo; sua reconstrução deu-se em alto mar. Essa mesma precipitação causou uma séria desorganização nos embarques, em parte devido ao ânimo ansioso e apressado das pessoas que temiam a iminente chegada dos franceses, e também pela permissão de embarque concedida por D. João a todos que desejassem partir, desde que alcançassem espaço nos navios mercantes.¹³³

Uma armada britânica chegou ao Tejo para assegurar o sucesso da partida da Corte, no mesmo 27 de novembro em que, sob uma forte chuva e ventos, iniciaram-se os embarques: na nau *Príncipe Real*, embarcaram D. João, a Rainha D. Maria, D. Pedro e D. Miguel; na nau *Afonso Albuquerque*, D. Carlota e suas filhas Maria Teresa, Maria

¹³² *Gaceta de México*, n. 16, 20/02/1808.

¹³³ PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 180-201.

Isabel, Maria da Assunção e Ana de Jesus; na nau *Rainha de Portugal*, as infantas Maria Francisca de Assis e Isabel Maria, amparadas por sua tia Maria Benedita. A distribuição dos lugares para os demais acompanhantes da família real e da Corte foi tumultuada e, muitos não conseguiram embarcar, entre eles, o representante da Santa Sé em Lisboa. A confirmação da proteção britânica deu-se no dia seguinte, quando D. João recebeu em audiência o embaixador de Sua Majestade britânica na nau *Príncipe Real*, mas a melhora do tempo tardou, atrasando o cronograma, permitindo a partida somente no dia 29 de novembro. No dia 30, Junot chegou a Lisboa e encontrou somente o Conselho de Regência, com o qual governou conjuntamente até o início de 1808; e uma série de súditos que ainda digeriam os últimos acontecimentos. Os relatos dos oficiais do exército francês e dos que assistiram à chegada das tropas permitem observar o encontro com o Conselho de Regência e o início das relações entre franceses e portugueses. E, ilustram a lamentável situação na qual os soldados franceses se encontravam ao entrar em território português - estavam famintos e maltrapilhos. A *Gaceta de México*, nos traz uma destas descrições:

Paris 5 de Febrero.

Extracto de una carta de un oficial francés al ejército de Portugal.

Lisboa 15 de Enero de 1808.

“Muy Sr. mío: Ya dije a V. en mi carta anterior que la entrada del ejército francés en este reino, en el mes de Noviembre, no había experimentado contradicción alguna por parte de los portugueses. Las únicas dificultades con que tuvimos que luchar desde Alcantara, siguiendo toda la orilla derecha del Tajo hasta Abrantes, y después hasta esta capital, fueron la incomodidad de los alojamientos, las avenidas de los torrentes engrosados con las lluvias de invierno, y más caudalosos cuanto más inmediatos al Tajo, y la penuria de las subsistencias. Hubo

días, que al ejército no tuvo que comer más que castañas: considere V. que incomodidad para el soldado francés, el cual, como V. sabe, teme menos las balas que las privaciones y los ayunos. Cuando llegamos a Lisboa el 30 de Noviembre, nos hallamos con que la familia real se había embarcado y hecho a la vela el día antes para el Brasil, dejando un consejo de regencia para la dirección de los negocios, y encargos los más eficaces de que se nos alojase y tratase del mejor modo que fuese posible. Así se hizo: nuestra entrada fue pacífica, y el tráfico de esta capital siguió del mismo modo que antes sin echarse de ver la presencia de un ejército extranjero. Algunos síntomas que hubo de descontento el 14 de Diciembre, y algunos insultos cometidos contra nuestras patrullas por el populacho, fueron reprimidos como correspondía, y el castigo y ejecución de pocos de los culpados restableció la tranquilidad y sacaron de aquí los ingleses, todavía se dejaron muchos en Lisboa y en los demás puertos del reino.

(...)

(Gaceta de Madrid 19 de Febrero)¹³⁴

Os contemporâneos que assistiram à chegada dos franceses declararam que os viram chegar esgotados, devido à marcha forçada que empreenderam em meio ao temporal que assolava as imediações de Lisboa.¹³⁵ No entanto essa entrada foi o marco do início de um verdadeiro entrave para Napoleão, Espanha e Portugal desse momento em diante atrapalhariam seus planos imperialistas.

¹³⁴ *Gaceta de México*, n. 40, 13/05/1808.

¹³⁵ PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 192. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

Para a família real e Corte portuguesas, a viagem também apresentou seus entraves, pois no dia 09 de dezembro de 1807, as naus *Príncipe Real* e *Afonso Albuquerque*, que transportavam a maior parte da Casa de Bragança, e o *Bedford* que as escoltava, desviaram-se devido ao mau tempo da rota inicial quando estavam próximas à Ilha da Madeira, naquele momento ainda domínio português. Por isso, não participaram do encontro marcado para a Ilha de Santiago, em Cabo Verde, conforme roteiro inicialmente previsto. Não foi somente o mau tempo que gerou desconforto, completavam a situação: a incomodidade sofrida pelos passageiros das naus que realizavam a transferência da Corte - a superlotação, o sentimento de medo frente as incertezas futuras, as náuseas, a escassez de água e alimentos, que obrigaram a imposição de um racionamento, e as condições higiênicas deploráveis. As notícias transcritas a seguir chegaram de Cádiz na Nova Espanha, via uma navegação que aportou em Campeche no dia 19 de fevereiro com dois pacotes de correspondência informando a viagem da Corte portuguesa:

Buque de Europa

(...)

Las noticias que hasta ahora hemos visto nada adelantan a las que sabíamos, ni aun confirman la entrada del Emperador Napoleón en Madrid el 28 de Diciembre, como se nos dijo las anteriores: solo sí que lo esperaban, y que no había duda en que se iba a poner sitio a Gibraltar con un numeroso ejército: que nuestros Soberanos y toda la corte se mantenían sin novedad en su importante salud: que nuestras milicias guarnecerían varios puertos de la Andalucía, en lugar de las tropas que habían ido al Portugal: que aquí, después del atentado que hemos

anunciado contra las tropas francesas y españolas, se mantenía todo tranquilo.

(...)

Hemos visto en dicho impreso, que el Príncipe Regente de Portugal salió con toda su escuadra y familia de Portsmouth para la isla de la Madera: que le acompañaban 100 nobles Portugueses: que en Cabo verde era el punto de reunión de todo el rico convoy (pues aseguran va cargado de riquezas) para encaminarse al Brasil: todo esto se data a mediados de Diciembre en la Isla de Santiago.¹³⁶

Esse excerto apresenta logo no início um problema comum às publicações dos jornais do período: a incerteza dos fatos noticiados, pois não há segurança nas fontes utilizadas, uma vez que muitas das notícias eram transcritas ou escritas a partir de outra publicação e não da experiência vivenciada pelo editor. No trecho que trata de Napoleão em Madri, sabemos que refere-se apenas à passagem das tropas francesas pela Espanha com destino a Portugal; não é um anúncio da ocupação da Espanha, pois esta deu-se somente após as abdições, em maio de 1808.

Paralelamente, um novo fenômeno entrava em cena, o estranhamento causado nos espectadores hispânicos e europeus diante da transferência da Corte portuguesa para um de seus domínios. Cabe ressaltar que após uma série de ocorrências que abalaram as estruturas da monarquia espanhola, também foi cogitada a transferência desta Corte para a América, especificamente para a região da Nova Espanha, porém, essa proposta não foi levada adiante.¹³⁷ A Nova Espanha decerto passou a interessar-se mais pela Corte

¹³⁶ *Gaceta de México*, n. 21, 09/03/1808.

¹³⁷ ÁVILA, Alfredo. En *nombre de la nación*. La formación del gobierno representativo en México (1808-1824). México: Taurus, 2000. Do mesmo autor e GUEDEA, Virginia. *La independencia de México*. Temas e interpretaciones recientes. Ed. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2007.

portuguesa que se dirigia à América, não apenas pelo ineditismo de tal transferência, mas também por uma conjugação de fatores: a abertura do comércio na América portuguesa, o que lhe abriria uma série de possibilidades comerciais; a preocupação com uma possível ameaça britânica, muito atenta às ocorrências no Novo Mundo; e, de certa forma, a possibilidade de que a América espanhola também recebesse seu monarca e sua Corte.

A proposta de transferência da Corte espanhola remonta o mesmo ano de 1808, diante da iminência da invasão francesa e quando a situação econômica do governo do Primeiro Ministro Godoy se tornou insustentável. A esperança política dos espanhóis recaiu sobre o príncipe Fernando, que manifestava abertamente sua oposição ao ministro. Em março desse mesmo ano, os seguidores do Príncipe herdeiro espanhol obrigaram Carlos IV a renunciar, coroando assim um novo monarca: Fernando VII. Esta questão nas entranhas da família real espanhola coincidiu, como sabemos, com a entrada dos soldados franceses da Península Ibérica. Uma vez na Espanha, o imperador francês aproveitou-se da disputa em torno da Coroa e decidiu substituir os Bourbons espanhóis pelos Bonapartes, dando sequência a um plano que terminou com a coroação de José Bonaparte, irmão de Napoleão, como rei da Espanha e a prisão dos monarcas espanhóis da Casa de Bourbon. A ideia de transferir a Corte espanhola poderia ser, então, a solução para a manutenção do poder da Casa de Bourbon, uma vez que o monarca poderia fugir do cativeiro e tentar a solução portuguesa: governar a partir do centro de seu império colonial.

A escolha da Nova Espanha não seria surpreendente, porque esta região era um dos pontos nevrálgicos dos domínios espanhóis na América. Em 1822, mesmo após a consolidação formal da independência da Nova Espanha, *El Fanal del Imperio Mexicano*, um periódico da capital do império que recompilava e transcrevia textos de outras publicações, apresenta a seguinte informação, que mesmo nos remetendo para uma

análise realizada após o retorno de Fernando VII e da independência formal da Nova Espanha, sintetizou o significado desse antigo domínio na totalidade do Império Espanhol:

Nada queda ya a los Españoles en la América del sur; pero esta toda no les importa tanto como México solo. En 1814 Fernando VII quería enviar el difunto D. Xavier Mina mandando las tropas destinadas a Nueva España, y le mandó asistir a las conferencias de sus ministros relativas a la re sujeción de las Américas. En sustancia decían ellos “Buenos-Aires nada nos importa. Se enviará una división (que vino con Murillo) para contener a la Nueva-Granada. Agolparemos tropas sobre el [?] de Panamá para rolar sobre el Perú, y estar prontas a ocurrir donde fuere menester. Pero nuestro objeto, es México: ese es el que sobre todo queremos conservar.” Este es el lenguaje general de los Españoles, que ya en Cádiz decían en 1811 cédanse a los aliados para que nos ayuden los países insurgidos de América: con México nos contentamos.¹³⁸

O artigo parece revelar que, mesmo após a independência formal de vários de seus territórios coloniais, nada mais além do México interessava aos espanhóis. Os acontecimentos que se deram após tal publicação, nos revelam que essa reincorporação mexicana não foi possível. E os que se deram após as abdições, que a Corte espanhola não se transferiu para a Nova Espanha e os monarcas ficaram cativos.

Todavia, o interesse de alguns periódicos da Nova Espanha não se distanciava de Portugal. A *Gaceta de México* do dia 05 de março de 1808, transcreveu um trecho da *Gaceta de Bayona*, publicação francesa que não teria motivos para nos apresentar uma

¹³⁸ *El Fanal del Imperio Mexicano o Miscelanea Política*. Extractada y redactada de las mejores fuentes, Tomo I, 15/05/1822.

visão diferente da que apresentou, sobre os resultados supostamente nefastos para Portugal ao ter se unido à Grã-Bretanha para transferir sua Corte para o Brasil. Os espanhóis anunciavam a futura queda da Casa de Bragança e à transcrição não foi acrescido nenhum esclarecimento por parte da edição americana:

Variedades. Sobre las expediciones de los ingleses.

(...)

El Príncipe Regente de Portugal pierde su trono; le pierde la influencia de las intrigas de la Inglaterra; por no haber querido confiscar las mercaderías inglesas que se hallan en Lisboa. ¿Qué hace pues la Inglaterra, esta aliada tan poderosa? Mira con indiferencia lo que pasa en Portugal. ¿Qué hará cuando este reino esté tomado? ¿Irá á posesionarse del Brasil? No, porque si los ingleses efectúan esta tentativa, los echarán los católicos. La caída de la casa de Braganza será una nueva prueba de que es inevitable la pérdida de cualquiera que se apegue a los ingleses.

(...)

Gazeta de Bayona 23 de noviembre de 1807 N. 525.¹³⁹

Na América portuguesa, a notícia sobre a transferência da Corte chegou, praticamente, com as embarcações reais, pois foi no dia 10 de janeiro de 1808 que a nau *Martim de Freitas* aportou na Bahia com a informação da invasão dos franceses e a retirada da Corte. Imediatamente o governo baiano despachou o brigue *Voador* para o Rio de Janeiro, onde se informaria o vice-rei da iminente chegada da Corte. Oito dias após a chegada da notícia, no dia 18 de janeiro de 1808, a Corte aportou na costa da Bahia,

¹³⁹ *Gaceta de México*, n. 20, 05/03/1808.

mas desembarcou somente no dia 24, pois era necessário um tempo para que os preparativos da recepção fossem organizados. Apenas quatro dias depois, D. João assinou o Decreto da Abertura dos Portos às nações amigas, o que permitiu a entrada na América de produtos de variadas proveniências e que, na prática, deitava em terra o pacto colonial, pois os portos do Brasil que antes eram monopolizados por Portugal, a partir de então, passaram a estar abertos às suas nações amigas, o que beneficiava sobremaneira a Grã-Bretanha. Atendendo aos interesses dessa última, o governo português no Brasil, afastou-se mais ainda dos interesses peninsulares e reorganizou suas taxas comerciais - por meio dos acordos de 1809 e tratado de comércio de 1810 -, que por mais paradoxal que possam parecer, favoreceram mais os parceiros ingleses do que a metrópole portuguesa, na medida em que asseguravam aos britânicos o acesso preferencial ao comércio nos territórios portugueses.¹⁴⁰

Enquanto D. João se instalava com sua Corte na América, alguns periódicos da Nova Espanha publicavam periodicamente artigos sobre Portugal. O comércio português e a aliança mantida com a Grã-Bretanha foram foco de atenção de dois periódicos novo hispânicos. Em temporalidades distintas, pois o *Diario de México* – periódico de Carlos María de Bustamante e Jacobo de Villarrutia editado entre 1805 e 1810 - traz a questão em janeiro e a *Gazeta de México* em abril de 1808, ambos apresentaram reflexões sobre essa temática. O trecho do *Diário*, transcrito a seguir apresenta uma reflexão sobre o Tratado de Methuen celebrado no dia 27 de dezembro de 1703 entre Portugal e Grã-Bretanha. Também conhecido como Tratado dos Panos e Vinhos, foi assim nomeado, pois, de maneira geral, Portugal se comprometia a consumir os tecidos britânicos e estes

¹⁴⁰ SLEMIAN, A. e PIMENTA, J. *A corte e o mundo...*, cit. p. 64 e 65. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial...*, cit. p. 167-260. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

a consumir os vinhos portugueses. O artigo foi publicado em dois dias consecutivos e apresenta uma reflexão sobre os benefícios do Tratado:

Diario de Mexico

Domingo, 10 de enero de 1808

Las actuales circunstancias de la gran Bretaña respecto de Portugal nos parecen oportunas para tratar del comercio que ligaba á estas dos naciones, cuyo tratado se celebró por Mr. Metheu en el año de 1703. Para instrucción de la materia de que tanta doctrina se puede sacar, daremos aquí la copia literal de aquel concierto, que consta de tres artículos; pero antes propondremos el principio sobre que se fundaron los encomios de los ingleses respecto de este tratado. Quien quiera ver el asunto con más extensión, puede verlo en ele Adam Smith, Riqueza de las naciones tom. 3. de donde hemos sacado lo siguiente.

O artigo do periódico segue descrevendo um trecho da obra de Adam Smith na qual ele trata da permissão que uma nação (indulgente) pode dar para que outra (fabricante) tenha monopólio de comércio sobre um ou mais produtos determinados. Então, é manifestada uma análise das vantagens de tal permissão:

Pero aunque éstos tratados sean ventajosos para los mercadores y fabricantes del país favorecido, son necesariamente contrarios à los intereses del indulgente: porque con ellos se da al extranjero un monopolio contra el nacional: y tendrían que comprar los naturales los géneros de aquella especie necesiten, mucho más caros que si hubiera en su venta una competencia libre. Toda aquella porción de producto propio con que ésta nación compre los géneros extranjeros no podrá

dejar de venderse más barato, porque cuando se permutan dos cosas, la baratura de la una es consecuencia necesaria, o por mejor decir es lo mismo que la careza de la otra. Luego el valor permutable del producto anual de la nación indulgente no puede menos de disminuirse con semejante tratado: bien que esta disminución apenas podrá ascender al grado de pérdida positiva, sino à solo el de la privación de mayor ganancia. Aunque vendría sus producciones algo más baratas por solo aquella causa, regularmente no haría en menos de lo que realmente tuviesen de coste al dueño: ni como sucede con las gratificaciones por un precio que no fuese capaz de reemplazar el capital empleado en ponerlas en estado de venta, juntamente con las regulares ganancias de éste fondo: porque si así fuese no sería de mucha duración aquel tratado. Aún el país indulgente podría ganar en tal ajuste; bien que algo menos que si se permitiese la libre competencia en aquel ramo. C. mañana.¹⁴¹

No dia seguinte, o periódico continua a publicação do artigo do dia anterior:

(...)

Pero hay otros tratados de comercio que se han supuesto ventajosos sobre muy diferentes principios: y ha habido país comerciante, que ha concedido al extranjero un monopolio de esta especie, contra si mismo sobre géneros de cierta especie por sola la persuasión de que en el giro total entre ambas naciones vendería la indulgente anualmente más de lo que podría comprar de la favorecida, y por consiguiente que al fin del

¹⁴¹ *Diario de México*, n. 833, 10/01/1808.

año se inclinaría la balanza en oro y plata a favor de la que permitía à la extraña semejante monopolio.

Del jueves, 4 de febrero de 1808

En Portugal San Anacinurdo.¹⁴²

O artigo da *Gaceta de México* transcreveu, também sobre a temática do comércio, uma notícia britânica na qual foi apresentada claramente uma preocupação sobre como se daria o comércio entre a Grã-Bretanha e Portugal, no momento em que este estava em trânsito para sediar-se no Brasil:

En Glasgow se ha publicado de oficio el aviso siguiente: “Londres 11 de enero de 1808. Comercio del Brasil. El consejo privado ha resuelto que las licencias para este comercio se den con las condiciones siguientes: deberán estar visitadas por el ministro de Portugal residente en esta corte: los buques fondearán en la isla de Sta. Catalina, y allí aguardarán las órdenes del gobierno portugués: no se admitirán más mercancías que las que se admitían antes en Portugal, y pagarán los mismos derechos de entrada.”

(...)

Comercio del Brasil

Hay en el Tamesis 15 o 16 buques cargados de efectos y mercancías europeas de todas clases, prontas á dar la vela para el Brasil: no aguardan más que el pase del embajador de Portugal, y las nuevas instrucciones del gobierno.¹⁴³

¹⁴² *Diario de México*, n. 834, 11/01/1808.

¹⁴³ *Gaceta de México*, n. 31, 13/04/1808.

Os receios e as incertezas, na Nova Espanha, sobre questões relacionadas ao impacto político de na América, um pouco mais ao sul, estar governando um monarca europeu relacionam-se com publicações a seguir, que especulam sobre a situação de abandono em que havia sido deixado Portugal. Entre os dias 07 e 13 de maio, a *Gaceta de México* publicou duas notícias sobre a saída da corte, uma de procedência duvidosa, como a própria publicação revela, outra mais fidedigna.

De las que se han publicado de Portugal

Advertimos que estas noticias no son sacadas de ningún impreso de Europa ni de oficio: las insertamos por haberlas visto publicadas en un impreso del reino, aunque no a la letra del manuscrito que vamos a copiar.

El emperador Napoleón, por decreto dado en Milán en 23 de Diciembre último manda, que Portugal pague una contribución extraordinaria de guerra de 100 millones de francos (20 millones de pesos) en rescate de todas las propiedades que se hallen repartidas en las provincias, y que sean pertenecientes a la Reyna, Príncipe Regente y demás personas que los acompañaron cuando abandonaran el país, y que no hayan vuelto al reyo antes del 15 de Febrero.

A notícia continua falando dos prazos para pagamento que foram organizados por Junot:

(...)

Que el primero de Febrero publicó dicho Junot una proclama declarando excluida de aquel reino la casa de Braganza, el cual sería gobernado y administrado por él en nombre del Emperador Napoleón,

estableciendo al efecto un consejo de Gobierno, con cuyo acuerdo se trataría de la felicidad pública haciendo que floreciesen la agricultura y la industria, y desapareciese la mendicidad proveniente de una mala policía o descuido de ella, que había dejado multiplicar los holgazanes etc. Finalmente promete a los portugueses el amor del Emperador, siempre que aprecien sus benéficas intenciones, y se sometan en todo a su voluntad.¹⁴⁴

Pouco verossímeis, o editor ao final da notícia faz uma ressalva mais enfática de que era necessário aguardar por outras publicações europeias para que se visse se as informações transmitidas eram fidedignas, o que ocorreu apenas cinco dias depois:

Portugal

Lisboa 1º de Febrero

El general en jefe del ejército francés de Portugal ha dirigido a los habitantes de este reino una proclama del tenor siguiente:

Habitantes del reino de Portugal

“Vuestros intereses han fijado la atención de S. M. el Emperador nuestro augusto Soberano: toda irresolución debe desaparecer; la suerte de Portugal está decidida, y asegurada su felicidad futura, puesto que Napoleón el Grande le ha tomado bajo su protección todopoderosa.

El Príncipe del Brasil, abandonado a Portugal, ha renunciado todos sus derechos a la soberanía de este reino. La casa de Braganza ha cesado de reinar en Portugal; y el Emperador Napoleón quiere que este hermoso país sea administrado y gobernado todo entero en su nombre y por el general en jefe de su ejército.

¹⁴⁴ *Gaceta de México*, n. 38, 07/05/1808.

La obligación que me impone este testimonio de la benignidad y confianza de mi amo, es difícil de llenar; pero yo espero cumplirla dignamente ayudado de las luces de los hombres más instruidos del reino y de buena voluntad de todos sus habitantes. (...) ¹⁴⁵

A notícia prossegue tratando do estabelecimento de um conselho de governo que auxiliou Junot a governar e apresentar as resoluções francesas para Portugal. O excerto acima, traz em comum com a notícia anterior, apenas o fim da Casa de Bragança anunciado por Junot no dia 1º de fevereiro de 1808, quando extinguiu o Conselho de Regência português e proclamou a destituição oficial da Casa Real de Bragança, assumindo o governo em nome de Napoleão. Junot, ao certo, ambicionava o trono de Bragança, provavelmente, inspirado pelo modelo de Nápoles, cuja coroa havia sido confiada ao general Murat. Em Portugal, tal pretensão do general francês nunca foi confirmada.¹⁴⁶

Em março de 1808 a notícia da chegada a salvo da família real à América foi recebida com júbilo em Portugal peninsular. Nos meses iniciais de 1808, é importante recordar que, D. Domingos de Sousa Coutinho, embaixador português em Londres, não descuidou de suas funções e dispondo da influência que seu cargo lhe imputava, angariou apoio para a família de D. João, de maneira a conseguir que a Grã-Bretanha concedesse o reconhecimento formal dos direitos da Casa Bragança. A Nova Espanha tomou ciência do desembarque da Corte, somente em junho de 1808 e, após observar uma publicação peruana, a *Gaceta de México* informou seus leitores:

Nueva España.

¹⁴⁵ *Gaceta de México*, n. 40, 13/05/1808.

¹⁴⁶ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 31-32.

México 25 de Junio.

Sin embargo de que dijimos en nuestra pasada que la fragata Guadalupe procedente de Guayaquil, no había conducido noticia particular del Rio de la Plata, han llegado después a nuestro poder papeles públicos del Perú con varias noticias del mayor interés.

Por ellos sabemos que el 21 de Enero llegaron los Reyes de Portugal a la capital de Brasil. La relación por menos (que daremos en las siguientes) dice así al párrafo 3º pagina 132. “Con esta inesperada noticia alborotó toda aquella ciudad, incomodándose mucho su comercio con la subida de comestibles como son mandioca fariña, vinos y demás efectos de primera necesidad.”

En la misma página, que la Reina Madre clamaba diciendo ¡Donde me han traído!...

Que los Reyes han manifestado a aquellos habitantes que su residencia en el Brasil no será sino mientras duran las desavenencias de Europa: Que concluidas se vuelven a su antigua capital y Reino.

(...)¹⁴⁷

Os impérios ibéricos estavam abalados. Já em janeiro de 1808, Junot em Portugal havia preenchido as posições essenciais do governo do país com homens de sua confiança. Em fevereiro, havia destituído a Casa de Bragança. Ora, o trono de Portugal não estava, para os peninsulares, menos acéfalo que o espanhol, o que gerou uma crise em um dos aspectos mais centrais da política monárquica: a lealdade ao rei. Se não se tem rei, ou se ele existe, mas não é legítimo ou não governa, há um questionamento da soberania do monarca, o que era impensável em um imaginário no qual a lealdade à

¹⁴⁷ *Gaceta de México*, n. 53, 25/06/1808.

Monarquia não era questionada. Segundo Annino, por três séculos a monarquia católica assegurou o domínio e a lealdade em um diverso conjunto de territórios, segundo um acordo baseado na justiça, o que é um dos atributos da soberania.¹⁴⁸ Analisando menos o caso português do que o espanhol, o autor auxilia a percepção de como as abdições de Bayona, abalaram uma legitimidade de três séculos: havia, nas monarquias de Antigo Regime, uma relação implícita de vassalagem entre o rei e seus súditos, ou seja, uma relação pactual. Por isso, as abdições eram entendidas pela mentalidade da época como ilegítimas, além de inverossímeis, pois nunca antes uma dinastia no poder havia entregado a Coroa, sem ao menos ter vivenciado uma guerra ou uma aliança familiar.¹⁴⁹ Na América, a notícia da imposição de José Bonaparte como rei, gerou situações distintas que dialogaram com fatores como o tempo de recebimento das notícias e a especificidade de suas localidades – algumas regiões assumiram posturas autonomistas, outras independentistas, porém em comum, utilizaram como justificativa política o regresso da soberania ao povo, pois o pacto de vassalagem havia sido rompido. No entendimento dos historiadores do período, este é considerado o momento detonador das revoluções hispânicas.¹⁵⁰ No caso particular da Nova Espanha, inicialmente, as elites políticas não ratificaram as abdições e propuseram que o vice-rei José de Iturrigaray assumisse o poder em nome de Fernando VII. Isso significa que neste espaço, a soberania real foi questionada e ressignificada, uma vez que ausente o rei, ela recaiu novamente sobre a nação.¹⁵¹ Importante lembrar que a Nova Espanha, assim como suas vizinhas hispânicas,

¹⁴⁸ ANNINO, António. Soberanías en lucha. In: ANNINO, A. e GUERRA, F. *Inventando la Nación...*, cit. p. 154;

¹⁴⁹ Idem. E, CHIARAMONTE, José Carlos. Cidades, Províncias, Estados: origens da nação argentina (1800-1846). São Paulo: Hucitec, 2009. p. 159-179.

¹⁵⁰ CHUST, M. e FRASQUET, I. *Las independencias en América...*, cit. p. 37. BREÑA, R. *El imperio de las circunstancias...*, cit. p. 177-187.

¹⁵¹ Nem todos os pensadores políticos do período eram unânimes ao considerar que a soberania residia na nação. Muitos defendiam que a soberania era passada diretamente de Deus ao rei, outros afirmavam que este processo ocorria por intermédio do povo. Desta forma o debate em torno do conceito foi se formando. Ver: CHUST, M. e FRASQUET, I. *Las independencias en América...*, cit. p. 35-37. ANNA, T. A Independência do México e da América Central. In: BETHELL, L. (org.). *História da América Latina...*,

seguindo o movimento europeu pós Revolução Francesa, vivia uma fase de construção de seu primeiro constitucionalismo e parte fundamental desse fenômeno foi o diálogo estabelecido entre a soberania popular e os ideais de autonomia individual e autogoverno coletivo, especialmente com este último. As constituições elaboradas no período subsequente às abdições valorizaram esses ideais, que estiveram presentes também no pensamento sobre os projetos políticos que nortearam a construção da nação independente.¹⁵²

Os debates em torno da soberania se fizeram presentes na cena política do momento, pois se ligaram intimamente às questões sobre a legitimidade do poder, temas estes que foram amplamente analisados tanto na Espanha, como nos territórios hispano-americanos. A questão do poder político ou de seu vazio, na esfera local, se legitimava da seguinte forma: se não havia soberano, não havia quem seguir, nem na sede do Império espanhol, nem nas suas colônias, que se reconheciam apenas como parte de uma monarquia acéfala.¹⁵³ O movimento que buscava a ampliação da participação na gestão pública envolvia a questão da legitimidade do soberano na Espanha – não se aceitava o vice-rei porque ele era representante de um rei que havia abdicado, e, não se aceitava, também, o rei imposto pela França – ambos eram considerados ilegítimos. O desejo de participar ativamente das decisões políticas locais se consolidou na América por meio da formação das Juntas de Governo, que vieram a ocupar a função política do vice-rei, como uma manifestação concreta dos ideais de soberania popular e autogoverno. No caso específico da Cidade do México, as notícias das abdições de Bayona deram origem às propostas de organização da *Junta de Gobierno Provisional*, que foi inaugurada em 1808

CIT. p. 73 – 118. Do mesmo autor, ‘The last viceroys of New Spain and Peru: an appraisal’. *Hispanic American Historical Review*. Nova Iorque: New York University Press, n. 81, fevereiro de 1976.

¹⁵² GARGARELLA, Roberto. *200 años de constitucionalismo en América Latina...*, cit.

¹⁵³ ÁVILA, Alfredo. Interpretaciones Recientes en la Historia del pensamiento de la Emancipación. In: ÁVILA, A. e GUEDEA, V.. *La independencia de México...* cit. p. 23

como uma instância que, defendendo sua autodeterminação política, governaria no lugar do rei cativo até seu regresso.¹⁵⁴ A Espanha seguiu um processo semelhante e os primeiros levantes populares contra os franceses deram-se no dia 02 de maio de 1808;¹⁵⁵ nas cidades onde os franceses foram derrotados, ocorreu a formação de Juntas Supremas que posteriormente se articularam em uma Junta Central que assumiu o lugar de decisões políticas na ausência do monarca legítimo. A *Gaceta de México* acompanhou estas ocorrências:

Expreso el 8 á las 10 ½ de la noche

(...)

La Suprema Junta de Gobierno, publicó el 5 de junio, que residiendo en ella toda la autoridad soberana a nombre de Fernando VII, tiene el tratamiento de Alteza, y sus vocales en lo personal el de Excelencia. Dicha Suprema Junta ha dirigido a Portugal una proclama muy enérgica, para que sus habitantes sacudan el yugo de los franceses.

Algunos regimientos españoles trataban pasar desde Badajoz a Lisboa para ayudarles, y la tropa española que había ido a Portugal a auxiliar a Junot, se iba desfilando para España, parte cumpliendo las órdenes, y parte con su motu proprio.

(...)¹⁵⁶

¹⁵⁴ Esse órgão teria um caráter duplamente representativo, pois abarcaria a soberania do monarca por um lado e, por outro, as diferentes corporações do reino. Ver: ÁVILA, Alfredo. “Gobierno Representativo”. In: ÁVILA, A.; GUEDEA, V.; e IBARRA, A. (coords.). *Diccionario de la Independencia de México...*, cit. p. 237-241. HALPERIN DONGHI, T. *Reforma y disolución...*, cit. p. 117; TORRE VILAR, Ernesto de la. *La Independencia de México*. México: MAPFRE, Fondo de Cultura Económica, 1992.

¹⁵⁵ RODRÍGUEZ O., J. *La independencia de la América española...*, cit.

¹⁵⁶ *Gaceta de México*, n. 76, 10/08/1808.

Em Portugal, o agravamento das tensões contra os franceses deu-se logo em 1807, após a suspensão dos ritos religiosos de Natal, cujo significado era amplo na mentalidade popular do período. No mesmo mês de dezembro, na região do bispado de Coimbra, os moradores que fugiram das tropas franceses foram fuzilados, cerca de 3.000 pessoas morreram e mais de 1.000 casas foram incendiadas. No ano seguinte, o início do movimento que buscava restaurar um governo português em oposição à invasão francesa deu-se, no Porto, no dia 6 de junho, justamente durante as celebrações da festa da justiça na Igreja de São Domingos. Esse movimento caminhou da periferia para o centro, no caso, das proximidades de fronteira com a Espanha, para as regiões onde a presença do invasor era mais sentida: Estremadura, Alto Alentejo e Beira Baixa. Entre os anos 1807 e 1814, cerca de 500.000 habitantes de Portugal perderam sua vida, muitos nos campos de batalha, mas também muitos civis pereceram de fome ou em tentativas de fuga.¹⁵⁷

Em 1808, surpreendentemente para os franceses, entre os meses de agosto e setembro, ocorreu uma breve restauração portuguesa, favorecida pela pressão do embaixador português em Londres, D. Domingos de Sousa Coutinho, que angariou o envio de mais de 10.000 homens. Estes, sob o comando do general Wellesley, futuro duque de Wellington, foram auxiliar o movimento em Portugal. Entre os dias 1º e 5 de agosto de 1808, desembarcaram em Lavos, na margem sul do estuário de Mondego, o general com 13.500 homens que se juntaram aos 7.600 soldados de primeira linha e os 25.000 milicianos e ordenanças, comandados pelo português Bernadim Freire de Andrade. Os confrontos de Roliça, de 17 de agosto, e de Vimeiro, de 21 de agosto, fizeram Junot assinar a rendição. No imaginário popular, os ingleses foram reconhecidos como libertadores. Os sucessos militares dos comandantes britânicos Wellington e Beresford,

¹⁵⁷ ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 17-43. MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *História de Portugal*. Lisboa: Guimarães, 1977, p. 525-527.

permitiram ao povo exprimir seu patriotismo envolto em um sentido providencialista. Os comandantes tornaram-se depositários da esperança popular. Apesar de não provir de uma fonte confiável, a notícia abaixo trata da expulsão dos franceses de Lisboa e Porto:

Badajoz 11 de junio

En esta provincia se alista toda la gente moza y robusta con el mayor ardor, y se están ejercitando en el manejo de las armas: tenemos ya [ileg.] de 200 hombres ansiosos de medirse con el tirano de la Europa. Hoy ha llegado aquí la gustosa noticia de que nuestro ejército, que se halla en Portugal con los franceses, ha sacudido el yugo ayudado de los gallegos, y han batido al ejército francés apoderándose de Lisboa: otros [ileg.] que esta victoria se ha conseguido en Oporto. No salimos por fiadores de esta noticia, que por su importancia necesita confirmación.¹⁵⁸

A derrota francesa, talvez vista como definitiva, foi divulgada nos periódicos da Nova Espanha. A *Gaceta do Mexico*, por exemplo, em setembro de 1809, realizou a transcrição de uma publicação britânica relacionada ao tema:

El convenio hecho entre sir Hugh Dalrymple, comandante en jefe de las tropas británicas en Portugal, y el general francés Junot, para la evacuación de aquel reino, se firmó y ratificó en Lisboa el 30 de agosto último. Contiene 22 artículos, a que después se añadieron otros tres; y lo siguiente a la letra el contenido de todos ellos.

¹⁵⁸ *Gaceta de México*, n. 90, 07/09/1808.

1...Todas las plazas y fortalezas del reino de Portugal, ocupadas por las tropas francesas, se entregarán al ejército británico en el estado en que se [?] al tiempo de firmarse este convenio.

2...Las tropas francesas evacuarán el Portugal con sus armas y bagajes; y no se considerarán como prisioneras de guerra, sino que a su llegada a Francia, quedarán libres para poder servir...¹⁵⁹

O artigo, que continua com a descrição das orientações da ação britânica para condução da saída do exército francês, nos permite observar que o olhar para a península foi relevante e o desenvolvimento do embate contra a França em Portugal e seu desenlace foram foco da imprensa novo-hispânica. Cabe ressaltar que as publicações transcritas inserem-se num contexto amplo de preocupação com a situação espanhola vivenciada durante a guerra, pois muitas vezes as notícias sobre a situação portuguesas foram motivadas por uma preocupação com as batalhas nas regiões das fronteiras.

Porém a restauração portuguesa não foi definitiva e em março de 1809 iniciou-se uma nova invasão, desta vez liderada pelo comandante Soult, que venceu rapidamente em Alto Minho e Trás-os-Montes, instalando-se no Porto, além de tomar Chaves e Braga. A ocupação, todavia, durou pouco, pois em maio, pressionados pelo exército anglo-luso, os franceses bateram em retirada para sofrer a derrota final já em território espanhol, na Batalha de Talavera. Em julho, a *Gaceta del Gobierno de Mexico*, periódico editado na Cidade do México entre 1810 e 1822, tratou desta nova investida francesa:

Cádiz 17 de abril.

(...)

¹⁵⁹ *Gaceta de Mexico*, n. 2, 07/01/1809. Seção de notícias sobre a Grã Bretanha, publicação de Londres, 17 de setembro (1808).

Por noticias de Portugal se hace subir el ejército al mando de Junot a 550 hombres, de los que 400 son conscriptos, 100 veteranos, y 50 caballos; su intento, según es de creer, será internarse en Portugal, sobre lo que podemos estar tranquilos, teniendo à su frente el ejército Anglo-Lusitano, que sin exageración asciende à 700 hombres. La entrada de Galicia está guardada por su ejército, que aunque no muy numeroso, sabe ya rechazar a los invasores; y aunque Junot quisiera probar fortuna destacando alguna división, esperamos tendría la misma suerte que las que lo han intentado, y debilitando su fuerza, se expondría a ser batido por el ejército de Portugal, que observa sus movimientos, (Gazeta del comercio de Cádiz del 17 de abril.)¹⁶⁰

O olhar novo hispânico sobre o universo luso americano inseriu-se em um momento de alargamento dos espaços de circulação da palavra impressa e os editores do centro colonial do Império espanhol persistiram na observação dos acontecimentos em Portugal peninsular. Há um reiterado interesse em observar os desenlaces da guerra contra a França. Sobre as ocorrências que cercam a terceira e última invasão francesa, ocorrida em 1810, lemos os seguintes artigos na imprensa da Nova Espanha:

Noticias extranjeras

(...)

Londres 1 de mayo. (...)

El ejército inglés de Portugal y el de Cádiz recibieron refuerzos considerables, entre ellos el cuerpo del duque de Brunswick, que ahora esta en Jersey y Guernesei. (g. de la R. 1 y 5 de junio). (...) ¹⁶¹

¹⁶⁰ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 74, 03/07/1810.

¹⁶¹ *Gazeta del Gobierno de Mexico*, n. 87, 14/08/1810.

A publicação a seguir inicia-se com uma questão que, como já mencionado, é comum a todo este momento: a dificuldade em receber e dar a conhecer notícias confiáveis:

España

Madri 20 de septiembre

(...)

Se desea con ansia recibir noticias auténticas de Portugal, por su voz bastante propagada que la situación del enemigo va empeorando cada día más; y presumiese que llegue à verse precisado a retirarse, lo que difícilmente verificará sin sufrir muchísimo. Se añade haberse pasado al cuerpo del duque de Brunswik 500 alemanes enemigos; y que se han cogido 900 franceses.¹⁶²

Durante o verão de 1810, ocorreu a última invasão francesa, quando sob o comando de Massena, 80.000 homens ocuparam, pela Beira Alta, a fronteira de Almeida. Em julho, prosseguiram tomando Viseu, Coimbra, Santarém e rumaram à Lisboa, até serem detidos, em setembro, na Torres Vedras. Durante os quatro meses seguintes, o comandante francês enfrentou, em decorrência de ter-se estabelecido em seu entorno um cerco luso-britânico, uma crise de abastecimento e não teve como controlar as deserções. Estava cercado por uma população hostil e uma barreira militar bem organizada:

(...)

Según resulta las noticias recibidas, todas las fuerzas que manda Marmont no pasan de 25000 hombres, que ocupan el país

¹⁶² *Gazeta del Gobierno de Mexico*, n. 7, 15/01/1811.

comprendido entre Tajo y Duero, la frontera de Portugal y una línea tirada desde Toledo a Valladolid. Esto es lo que queda de los 100000 franceses que invadieron a Portugal a las órdenes de Massena. Padece este ejército gran penuria de subsistencias, y es general en sus individuos el descontento, como se ve por las noticias adversas a los mismos franceses que suelen correr entre ellos, a veces con exageración, no solo en orden a las cosas del norte de Europa, sino aun las de otras provincias de España.

(...)¹⁶³

Ainda durante este cerco, noticiou-se a chegada de um comandante espanhol em Portugal:

Portugal

Lisboa 23 de octubre

Ayer llegó a esta ciudad el marqués de la Romana, general en jefe del ejército español denominado de la izquierda; y fue recibido por el numeroso pueblo de esta capital, tanto al desembarcar como en otros parajes públicos, con muchos vivas y otras demostraciones de satisfacción por ver dentro de sus muros a un general tan célebre por la retirada de Dinamarca, por su constancia en organizar los ejércitos patriotas, por la expulsión de los franceses de Galicia, y otros hechos de armas igualmente memorables.

(...)

(G. de la R. de 1, 6 y 22 de noviembre y 1 de diciembre.)¹⁶⁴

¹⁶³ *Gazeta del Gobierno de Mexico*, n. 295, 1/10/1812.

¹⁶⁴ *Gazeta del Gobierno de Mexico*, n. 10, 22/01/1811.

D. Pedro Caro y Sureda, o marquês de la Romana, eram um militar espanhol de prestígio, que em uma expedição à Dinamarca acabou por entrar nas fileiras do exército de Napoleão. Porém, no contexto de alianças e rupturas entre a França e a Espanha, acredita-se que se rebelou contra o governo de José Bonaparte. Sabe-se ao certo que em 1810 encontrava-se em Portugal para conversar com o comandante inglês Wellesley e que após esse momento ambos passaram a lutar juntos contra a dominação francesa. Em janeiro de 1811, no mesmo ano em que os franceses foram expulsos, ele faleceu subitamente.

Foi a partir da segunda quinzena de março de 1811, que Massena e as tropas francesas iniciaram sua retirada, sendo expulsos do Alentejo em abril. Os aliados anglo-lusos os perseguiram até a Espanha e entraram na França em 1814, impondo ao exército napoleônico a derrota definitiva na Batalha de Toulouse.¹⁶⁵ As notícias publicadas na Nova Espanha sobre essas últimas ocorrências indicavam, ao contrário da realidade, que a França vencia. Isso, provavelmente, para elevar o ânimo dos próprios franceses, visto que a fonte era uma publicação parisiense:

Francia

Paris 25 de noviembre

(...)

Un artículo de Madri de 26 del pasado, inserto en nuestros papeles públicos, dice así: las noticias que recibimos del ejército francés en Portugal, son de que marcha de victoria en victoria.¹⁶⁶

¹⁶⁵ Sobre a Guerra Peninsular ver ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. As invasões francesas e a afirmação das ideias liberais. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 17-43 e BEBIANO, Rui. Organização e papel do exército. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 253-263.

¹⁶⁶ *Gazeta del Gobierno de Mexico*, n. 37, 29/03/1811.

A notícia da retirada de Massena chegou à Nova Espanha em maio de 1811 e foi publicada em um impresso extraordinário da *Gaceta del Gobierno de Mexico*:

El 17 corriente anclaron en Veracruz el bergantín correo S. Luis Gonzaga, y la goleta Dorada: salió el primero de Cádiz el 12 de marzo, y la segunda de la Habana el 10 de mayo.

Por oficio de Sir James Lucas Geo, capitán del navío inglés, Southam Flow, dirigido al Exmo. Sr. Presidente, gobernador y capitán general de la Habana, sabemos que el ejército francés de Massena se había retirado de Portugal con gran pérdida: lord Wellington lo seguía con el de su mando, que se hallaba a cinco jornadas de Lisboa, y que no quedaba ya un francés en Portugal.

(...)¹⁶⁷

Naturalmente não se poderia desconsiderar a participação dos oficiais e militares ingleses sob a liderança de Lord Wellington, que foi amplamente louvado na Grã-Bretanha por sua atuação contra os franceses. A *Gaceta del Gobierno*, relatou:

Gran-Bretaña

Londres 15 de junio. Los movimientos de insurrección que hubo en Holanda contra los franceses, ya están apaciguados.

El parlamento ha votado unánimemente que se den gracias a lord Wellington, al mariscal Beresford y à sus tropas por los brillantes

¹⁶⁷ *Gazeta Extraordinaria del Gobierno de Mexico*, n. 61, 22/05/1811.

sucesos de la campaña de Portugal. Parece que Berthier debe encargarse en calidad de generalísimo del mando de los ejércitos franceses en la península.

Muchos regimientos nuestros de infantería y algunos de caballería han recibido orden de embarcarse para Portugal: también irán algunas tropas a Cádiz.

(...)¹⁶⁸

A sequência de vitórias britânicas na Península Ibérica, aparentemente foi seguida por uma postura que apresentada como preventiva, era na realidade pouco inocente, como relata a publicação de 1813 do *Correo Americano del Sur*, um periódico insurgente:

(...)

Los triunfos del Lord Wellington han parado el humo: él y su ejército se retiraron a Cadiz, cuando lo creían enseñoreándose de la España, y apenas se ocupaba ahora en cubrir las fronteras del Portugal. Desengañado de que nada puede emprender contra los franceses ofensivamente, ha puesto sus miras sobre la América, y dijo a las cortes, que temiendo que esta parte del mundo cayese en manos enemigas, su nación enviaría sobre ella sus ejércitos, procurando ocuparla para sí. Aunque los mediadores ingleses, es que se habían ofrecido para terminar nuestras diferencias pidieron a las cortes que se quitase la condición de que si no se conseguía el objeto en el término señalado, habían de auxiliar a la España con sus ejércitos para sujetarnos, el

¹⁶⁸ *Gazeta del Gobierno de Mexico*, n. 110, 14/09/1811.

congreso desechó la mediación en estos términos, por lo que al día siguiente salieron los mediadores para Inglaterra.¹⁶⁹

Quando Lord Wellington retornou à Grã-Bretanha, como esperado, foi aclamado e recompensado:

(...)

Ayer a las tres de la tarde fue admitido en la cámara de los Pares el duque de Wellington: acompañado en gran número de Pares, que iban sin uniformes: los asientos que están delante del trono los ocupaban individuos de la cámara de los Comunes, y de los de junto a la barra una muchedumbre de extranjeros. S. E. entró acompañado del duque de [ileg.], del duque de Richmon y del duque de Beaufort, y después de haber entregado sus papeles al lord chanciller, se acercó a la mesa. Era la primera vez que se presentaba en cámara después que el rey lo había elevado a la dignidad de Par. Leyeronse por su orden todos sus títulos, empezando por el de barón del Duero y el de vizconde de Talavera y llegando por su orden a los de lord Wellington, marques de Duero, marques de Wellington y duque de Wellington: después de esto, habiendo prestado el juramento prescrito, tomó S. L. asiento entre sus ilustres colegas en el banco ducal; y en seguida el lord canceller le dirigió la acción de gracias de la cámara. “Vos sois (le dijo) el que por vuestra perseverancia, por vuestra sabia táctica y por vuestra prudencia sin ejemplo, habéis salvado a Portugal y a España, y habéis apresurado el momento tan deseado, en que todas las naciones de Europa han

¹⁶⁹ *Correo Americano del Sur*, n. XXXIII, 13/10/1813.

recobrado si independencia: la Inglaterra se complace en reconocer que
os debe su prosperidad, su gloria y la paz.”

(...)¹⁷⁰

Chama a atenção, em todos esses anos de publicações, que apenas um – justamente um periódico insurgente – tratou de um tema tão caro ao período e que não só foi debatido, como teve sua forma direcionada pela opinião pública: a possibilidade de independência das colônias americanas. Durante os movimentos insurgentes de Hidalgo e Morelos, a imprensa da Nova Espanha trouxe o assunto em nível local, por isso, são relevantes as publicações abaixo. Aparentemente, trata-se de uma resposta de um americano à uma proposta de independência noticiada em artigo anterior. O comentário intitula-se *carta de um americano espanhol sobre o número XIX* e centra-se na questão venezuelana. O *Semanario Patriótico Americano*, publicado entre 1812 e 1813, apresentou o texto fragmentado entre as edições número 9 e 13, na primeira, a publicação da carta assim se inicia:

Londres 11 de noviembre de 1811

Muy Sr. Mío: no es un enemigo el que escribe si no un admirador de su talento, elocuencia, tino e imparcialidad; pero me ha sucedido con el número 19 de ser excelente periódico lo mismo que a ud. Con la independencia de Venezuela declarada el día 5 del ultimo julio, que no encuentra aquel seso y madurez que le había tanto entusiasmado al principio.

¹⁷⁰ *Gazeta del Gobierno de Mexico*, n. 664, 1/12/1814.

O autor na sequência discorreu sobre a questão da independência na Venezuela e, então, apresentou uma questão importante, que possivelmente chamava à realidade os atores políticos do período. Sua questão era: um ato é proclamar a independência, mas poder fazer isso é algo bem diferente. É nesse momento que cita Portugal:

(...) Ya; pero como no es lo mismo querer ser independiente que poderlo. ¿Y quién cree ud. Que puede hacer incierta nuestra independencia? ¿España desahuciada de todos los médicos, y que de las américas mismas era de donde sacaba los medios de subyugarnos? ¿Portugal? Que ponga los prodigios de libertad, y tendremos por confederado el Brasil, cuyo comercio retrata su delicada situación. (...) ¹⁷¹

Interpreta-se que Portugal não é visto como reino seguro para uma nação em processo de independência se apoiar. Segundo a *carta de um americano espanhol*, o posicionamento português na política internacional era frágil devido à economia, que nesse momento encontrava-se submetida a outros interesses que não o seu próprio, visto estar condicionada aos comandos da Grã-Bretanha. As demais edições que continuaram a publicação da Carta apresentaram somente uma nova referência a Portugal, quando se estava discutindo as deliberações da Corte espanhola sobre as investidas em Montevideu por parte do governo joanino:

(...) Pero el catalán Aner. Propuso entonces un medio digno del espíritu que anima al congreso: pues que no podemos, dijo, sujetar a Buenos-Aires, cedámosle a Portugal para que este lo someta. Otros aprobaron

¹⁷¹ *Semanario Patriótico Americano*, n. 9, 13/09/1812.

al menos que [?] hubiese pedido tropas-portuguesas, lo que la regencia reprobaba en el parte que les dio. Tratose de remitirle dos mil hombres de las españolas, que pedía con suma instancia el diputado que envió de Montevideo; pero no quiso el comercio aprontar el dinero necesario por no perder seis millones que tenía en Buenos-Aires.¹⁷²

Foi somente na conclusão da carta, na nota terceira, que Portugal voltou à cena. A preocupação apresentada pós-queda de Napoleão em Portugal foi de extrema relevância para a opinião pública do período:

(...)

Representantes: la casa de Borbón tan digna por lo que respecta a varios príncipes de nuestra atención se alía con fuerza para protegernos a la vista de todos se halla patente la respuesta: napoleón le ha quitado el mando casi en todas las partes, la casa de Braganza bastante tiene que hacer para mantener su rango y sus posesiones europeas. (...) ¹⁷³

Portugueses peninsulares e americanos refletiam sobre a manutenção das possessões imperiais por D. João sediado no Rio de Janeiro. Pairava uma questão no imaginário dos peninsulares: visto que a invasão cessou, voltaria o Rei para sua sede oficial? Questão esta que apresentou-se em consonância com os questionamentos das demais monarquias abaladas pelas invasões francesas. Para equacionar uma solução que atendesse aos interesses das potências absolutistas do período, foi organizado um congresso que em termos de direito internacional, foi o fato mais notável do século XIX.

¹⁷² *Semanario Patriótico Americano*, n. 11, 27/09/1812.

¹⁷³ *Semanario Patriótico Americano*, n. 13, 11/10/1812.

2.2 A imprensa na Nova Espanha, o surgimento do Estado nacional mexicano e brasileiro.

Em abril de 1814, não tendo como resistir à pressão da aliança das potências do período, Napoleão renunciou em Paris. Foi exilado na ilha de Elba de onde fugiu para o conhecido governo dos Cem Dias, até que foi derrotado definitivamente em 1815 na Batalha de Waterloo. Nesse intervalo de tempo, as potências que se aliaram contra o império francês, organizaram o Congresso de Viena, que constituindo-se como um compromisso diplomático, na realidade foi um diretório das regras e ambições da Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra, Suécia, Espanha e Portugal. Inaugurado no dia 1º de outubro de 1814 e encerrado com a assinatura de sua última ata no dia 9 de junho de 1815, seguiu dois objetivos: recuperar a legitimidade dos soberanos espoliados e estabelecer um equilíbrio de forças na Europa, isso, baseando-se no princípio da legitimidade, pelo qual pretendia abolir todas as consequências da revolução, restaurando as dinastias e as fronteiras. Foi este princípio da legitimidade monárquica que permitiu a entrada da França no Congresso, uma vez que utilizando de sua reconhecida habilidade diplomática, o francês Talleyrand não teve como não ser aceito ao apresentar-se como um representante da Casa de Bourbon.

Portugal e Espanha foram tratadas como potências menores pelo Congresso. O fato de D. João e sua Corte estarem afastados da Europa, dificultou a eficiência de sua diplomacia e a questão territorial que o congresso solucionou envolvia a devolução da Guiana para França, em troca do recebimento de Olivença dos espanhóis, devolução esta nunca realizada. Cabe recordar que foi nesse mesmo Congresso que o ministro francês Talleyrand sugeriu ao conde de Palmela a elevação do Brasil à condição de Reino. Utilizando novamente sua habilidade em torno do princípio da legitimidade, desta vez, o fez para indicar ao regente português que seu governo era válido em qualquer parte de

seu império, independentemente do continente.¹⁷⁴ Ora, se a legitimidade estava garantida no império português em sua totalidade, o retorno à península não se fazia necessário, bastava fazer uma alteração no estatuto político da colônia americana. A mesma sugestão havia sido proferida ao rei por um de seus conselheiros, Silvestre Pinheiro Ferreira. A elevação da colônia à condição de Reino Unido de Portugal assinalou uma alteração na administração política e, segundo Wilma Peres Costa, demarcou a possibilidade de os agentes políticos do período eliminarem os entraves econômicos decorrentes da situação colonial. A partir de então, surgiram projetos que pretendiam reorganizar o processo político pelo qual passavam. A América portuguesa elevada à categoria de Reino e, após 1821, com um herdeiro legítimo da Coroa em seu território recebeu uma influência que fez com que o curso de seu processo se distanciasse do vivido na América hispânica.¹⁷⁵

A elevação do Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves em 16 de dezembro de 1815 era o reconhecimento de sua extensão territorial, riqueza e posição geográfica, mas sobretudo a reafirmação da união entre este e Portugal. E, como mencionado anteriormente, era decorrente da necessidade de colocar o Brasil na categoria a que foi elevado no Congresso de Viena, segundo sugestão de Talleyrand ao plenipotenciário português Conde de Palmela e da indicação da Santa Aliança, que incentivava a permanência de D. João na América do Sul, distante o bastante da Europa, o que favorecia a aproximação comercial com os Estados Unidos, uma vez que o Brasil era um corpo político importante, ainda distante e preservado do espírito da revolução. A elevação do Brasil acabou por tornar-se a criação de um novo reino para um novo rei, com todo panorama inédito que um reinado pode apresentar.

¹⁷⁴ CORREIA, Maldonado. O Congresso de Viena – Fórum da Diplomacia Conservadora no refazer da Carta europeia (Online). *Nação e Defesa*. Ano 19, n. 69, Instituto de Defesa Nacional. 1994.

¹⁷⁵ COSTA, W. A Independência..., cit. In: Jancsó. I. *Independência...*, cit. p. 55.

Em termos administrativos, o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, permitiu que a América portuguesa fosse elevada à condição de estado do Reino português, ou seja, na prática, foi a extinção de sua condição colonial, uma vez que equiparado a Portugal foi assinalada “uma ruptura interna nos setores políticos do velho reino”.¹⁷⁶ É certo que o Brasil já era, desde a transmigração da Corte, em termos institucionais, um reino e o Rio de Janeiro, o palco privilegiado da administração e governabilidade portuguesas. A elevação à condição de Reino alterou a distribuição dos títulos nobiliárquicos, o que foi esclarecido via decreto Real, transcrito pela *Gaceta del Gobierno de Mexico*, em 1817:

Portugal

Lisboa 9 de junio

S. M. ha expedido el siguiente decreto:

“Yo el Rey: hago saber a los que este decreto con fuerza de ley vieren, que habiendo determinado el sr. Rey D. Juan IV, de gloriosa memoria, por su carta de donación de 27 de octubre de 1645 que los príncipes primogénitos de la corona de Portugal tuviesen el título de príncipes del Brasil para poseerlo en título solamente y llamarse de allí adelante príncipes del Brasil y duques de Braganza; y reconociendo yo que este título de príncipe del Brasil se ha hecho incompatible después de la carta de ley de 16 de diciembre de 1815, por lo cual fui servido elevar el estado de Brasil a la dignidad de reino, uniéndole a los estados de Portugal y de los Algarbes, y queriendo además que el príncipe D. Pedro, mi muy caro y amado hijo primogénito, y todos los demás príncipes que fueren primogénitos de esta corona, gocen de un título

¹⁷⁶ DIAS. *A interiorização da Metrópole...*, cit., p. 11.

aún más preeminente y adecuado a la susodicha unión, tengo por bien que dicho príncipe, mi hijo lleve en adelante el título de príncipe real del reino unido de Portugal, del Brasil y de los Algarbes, conservando siempre el de duque de Braganza; y que de estos mismos títulos hayan de gozar los príncipes primogénitos de esta corona que después de él vinieren. Por manera, que solo en esta parte queda declarada la mencionada carta de donación de 27 de octubre de 1645, la cual permanece en todo su vigor por lo que hace a los demás, como igualmente la carta real de 17 de diciembre de 1734, por lo que el sr. Rey D. Juan V, de gloriosa memoria, tuvo a bien disponer que los hijos primogénitos de los príncipes del Brasil se titulasen príncipes de Beira. Y este decreto se cumplirá según su contenido, no obstante cualesquiera leyes que hubiere en contrario, las cuales tengo por derogadas para este efecto solamente, quedando para los demás en su vigor &c. Dado en el palacio de Rio de Janeiro a 9 de enero de 1817.”¹⁷⁷

Com a mudança do estatuto do Brasil dentro do império português, D. Pedro passou a ser Príncipe Real de Portugal, Brasil e Algarves, pois não fazia mais sentido ele ser somente príncipe do Brasil. Nas imediações de publicação deste decreto, Lisboa vivenciava um descompasso de interesse com a atuação da monarquia, pois não aprovava a persistente postura do rei e de sua família em permanecer no Brasil. A decisão de D. João de elevar o Brasil à categoria de Reino, além de não solucionar o descontentamento português, o intensificou, já que os peninsulares se sentiram rebaixados ao serem equiparados à colônia, o que é expressivo nas memórias de um contemporâneo à época, o Marquês de Fronteira e de Alorna, que declarou que os peninsulares “odiavam a ideia

¹⁷⁷ *Gaceta del Gobierno de México*, n. 1154, 16/10/1817.

de ser colônia de uma colônia”.¹⁷⁸ O surgimento do reino do Brasil apresentava uma inovação na definição dos referenciais, pois alterava a forma de compreensão política, na medida em que surgia um Reino, pertencente ao Império português, e que era justamente o reino responsável por garantir a viabilidade do império e o exercício da soberania real.

Desde o ano da criação do Reino Unido até 1818, D. João obteve sequencialmente os maiores êxitos de sua vida pública. Após 24 anos de governo como regente, no dia 20 de março de 1816, ele assistiu ao falecimento de sua mãe, o que implicava em sua ascensão real oficial. No ano seguinte, o sonho do grande império na América tornou-se mais palpável, quando as tropas brasileiras tomaram Montevideú, alargando o território até o Rio da Prata.

Ainda no que diz respeito aos logros de D. João, no dia 13 de maio de 1817, deu-se, por procuração, o enlace matrimonial de D. Pedro, seu filho, com D. Maria Leopoldina, filha do imperador da Áustria, o que lhe trouxe como consequência a admissão de Portugal na Santa Aliança. Dois outros matrimônios foram realizados nesse ínterim, celebrando a nova união entre as Coroas portuguesa e espanhola, o que foi noticiado na Nova Espanha, pela *Gaceta del Gobierno de México*, em 1817:

San Luis Potosí

Oficio del sr. Intendente de la provincia

Exmô, sr. Con la superior orden de V. E. de 6 de mayo último he recibido los treinta ejemplares del bando en que se inserta la real cédula, que previene se promulgue en este reino haberse celebrado los desposorios del Rey nuestro señor D. Fernando VII (Q. D. G.) y de su augusto hermano el serenísimo sr. Infante D. Carlos con las serenísimas

¹⁷⁸ ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. p. 452. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

señoras infantas de Portugal Doña Maria Isabel Francisca, nuestra Reyna y señora, y Doña Maria Francisca de Assis, cuya noticia se ha circulado a los subdelegados de la provincia para que hagan las demostraciones de júbilo y regocijo correspondientes a tan interesante objeto como se celebrarán en esta capital, a imitación en la parte posible a las que se han hecho en esa metrópoli.

Dios guarde a V. E. muchos años. San Luis Potosí junio 6 de 1817. – Exmô sr. – Por indisposición del sr. Intendente, Lic. José Ruiz de Aguirre. – Exmô, sr. Virrey D. Juan Ruiz de Apodaca.

Oficio del I Ayuntamiento

Exmô, sr. - Con la superior orden de V. E. de 6 de mayo último he recibido este Ayuntamiento el superior bando de la misma fecha inserta en él la real cédula de 17 de octubre del año próximo pasado, que previene se haga notorio haberse celebrado los desposorios del Rey nuestro señor y su augusto hermano el serenísimo sr. Infante D. Carlos, con las serenísimas señoras infantas de Portugal Doña Maria Isabel Francisca, nuestra Reyna y señora, y Doña Maria Francisca de Assis, cuya fausta noticia ha llenado de complacencia a este cuerpo, como que su lealtad espera que en dichos matrimonios se continúe la sucesión de la real familia, y con ella nuestro benéfico gobierno y la permanencia de la religión católica.

Dios guarde a V. E. muchos años. Sala capitular de Ayuntamiento de S. Luis Potosí junio 3 de 1817. – Exmô sr. – Por indisposición del sr. Intendente José Ruiz de Aguirre. – Manuel Gandara. – Vicente Maria Pastor. – Juan de Gorriño, Sesma. – José Manuel de Segovia. – José Ramon de Esnarriaga. – Andres Peres Soto. – José Pablo Serrano. - Exmô, sr. Virrey D. Juan Ruiz de Apodaca.

(...)¹⁷⁹

D. Maria Isabel casou-se com Fernando VII em setembro de 1816, para reforçar as relações entre Portugal e Espanha. Na mesma época ocorrera, também, o casamento dos infantes Carlos de Bourbon com a irmã mais nova de D. Maria Isabel, Maria Francisca de Assis Bragança. A esposa de Fernando VII faleceu no dia 26 de dezembro de 1818, o que foi noticiado no *Suplemento a la Gaceta del Gobierno de México*:

Solemnes exequias de la Reina de las Españas Doña Maria Isabel Francisca Braganza de Borbón, celebradas por el Tribunal del Santo Oficio de la Inquisición de Nueva España en la iglesia del Imperial convento de Santo Domingo de México, el día 17 de julio del año 1819.¹⁸⁰

Há quem considere o ano de 1817 como ano de ruptura dessa sequência de êxitos vivenciados por D. João, pois Portugal e Brasil não ficaram imunes às ideias liberais e autonomistas e dois movimentos eclodiram em oposição ao rei. Em Pernambuco, o levante republicano e separatista. Em Portugal, o levante do general Gomes Freire de Andrade. Todavia, o sucesso no controle e repressão de ambos os movimentos sugeriram mais uma afirmação no governo joanino.¹⁸¹ Na América portuguesa, a chegada e permanência da Corte alteraram a organização política e social, uma vez que os decretos, alvarás e leis aqui aprovados por D. João logo na sua chegada, ainda que aparentemente iguais, tinham diferentes graus de realização nos espaços americanos. O centro-sul, na

¹⁷⁹ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 1102, 05/07/1817

¹⁸⁰ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 120, 07/09/1819.

¹⁸¹ PEDREIRA, J. e COSTA, F. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 13-15, 285-363. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

formulação de Maria Odila Dias, sofreu um profundo processo de interiorização da metrópole o que caracterizou um recebimento das decisões do governo joanino de maneira muito divergente das outras partes da América portuguesa.¹⁸² No nordeste, por exemplo, as despesas com a manutenção da Casa Real eram sentidas como gastos sem compensação. Em 1817, além do descontentamento pontual com o ônus financeiro decorrente da vinda da Corte, na região de Pernambuco havia uma tradição autonomista que favorecia uma oposição aberta aos reinóis. Neste ano, a conjuntura estava propícia para a agitação e tumulto, pois a economia local enfrentava uma série de situações adversas devido a uma crise causada por secas sucessivas e pela queda nos preços do algodão, após o fim da guerra entre Inglaterra e Estados Unidos. Durante a guerra, a produção local voltou toda sua atenção para a cultura do algodão, descuidando da produção de comestíveis. Isso porque, nesse momento, o mercado internacional necessitava do algodão pernambucano, já que as produções estadunidenses estavam paralisadas. Findo o conflito e reestabelecida a produção na América do Norte, Pernambuco enfrentou a quebra de seu comércio algodoeiro e carestia de alimentos, pois o deficiente sistema de distribuição de víveres não supriu a demanda local. A fome foi fundamental para a adesão popular em 1817. Isso somado à falta de recebimento de soldos por parte dos militares favoreceu uma aberta crítica à expedição à Banda oriental, vista como extravagante em tempos tão precários.

Em 6 de março de 1817, ocorreu uma insubordinação no regimento de artilharia e o brigadeiro português designado a solucionar o caso foi assassinado por um capitão. Foi o estopim para a agitação, que contou ainda com a libertação de presos políticos e a saída às ruas de conspiradores em busca de adesão popular. Os rebeldes, que reuniam diversas camadas da sociedade - proprietários rurais, comerciantes, militares, trabalhadores livres

¹⁸² DIAS, M. *A interiorização da Metrópole...*, cit.

pobres e escravos - encerraram-se no porto e embargaram os navios nacionais. Sem apoio, o governador refugiou-se na fortaleza de Brum e entregou a província aos rebeldes, que no dia seguinte proclamaram um governo provisório, constituído por radicais e moderados amparados por um Conselho de Estado composto por letrados. As medidas adotadas, todavia, foram moderadas – os conselheiros pagaram os soldos, revogaram o Alvará de 20 de outubro de 1812 que estabelecera um imposto às carruagens, lojas, navios e sobrados e aboliram os subsídios militares sobre as carnes. A notícia da sublevação foi recebida na Corte do Rio em 25 de março, que, apesar das dificuldades decorrentes por estarem todos direcionados para o sul, organizou uma esquadra que foi enviada no dia 02 de abril. No dia 16 do mesmo mês, a esquadra já havia cumprido sua missão de liberar o porto e entre os dias 20 de maio e 29 de junho, o partido dos revolucionários saiu de cena para abrir espaço aos partidários do rei.¹⁸³

Se na América as sublevações relacionavam-se com a presença da monarquia, em Portugal, a crise era decorrente, em termos gerais, justamente da ausência da mesma, e em termos mais específicos, pelas marcas profundas da guerra. A estratégia de defesa, da terra queimada, havia destruído materialmente toda a produção agrícola e industrial, e as comunicações com os circuitos comerciais internacionais estavam desarticuladas. Somava-se a isso os elevados custos que demandavam a manutenção do Exército, o que nem a elevada contribuição financeira britânica era suficiente para aliviar. O desastre econômico causado pelo fim do exclusivo comercial devido à Abertura dos Portos e do fim da proteção às manufaturas, decorrentes do Tratado de Comércio de 1810 fizeram com que o comércio peninsular entrasse em colapso, pois não havia maneira de suportar a concorrência estrangeira sem esses mecanismos protetores. Adicionava-se ao cenário o

¹⁸³ MELLO, E. *A outra independência...*, cit. PEDREIRA, J. e COSTA, F. D. *João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

forte incômodo causado pela imagem de submissão à Inglaterra, uma vez que finda a guerra, os oficiais ingleses permaneceram nas Forças Armadas Nacionais e seu comandante, o marechal William Carr Beresford era, na prática, a autoridade máxima do Reino.

Tal descontentamento com os oficiais estrangeiros remonta o ano de 1812 quando os negociantes de Lisboa reclamaram o favorecimento da Marinha Nacional, o que não foi atendido, nem nos anos seguintes. Em 1813, a imprensa portuguesa em Londres causou comoção ao noticiar a miséria dos artesãos portugueses devido à crise comercial. Somou-se a isso a frustração pós Congresso de Viena, quando os Tratados de Comércio de 1810 não foram revogados; o que fez ressurgir o velho mito de decadência nacional, que com a emergência da esfera pública, assumiu grandes dimensões. Nesse espaço público de discussão política, discutia-se o destino da nação, as vantagens da relação Portugal-Brasil e tornava-se decisiva a questão da permanência do rei em solo americano. Os portugueses descontentavam-se ainda ao verem o recrutamento de seus militares para defesa de interesses imperiais fora da Península, sendo que o financiamento seria peninsular. A elevação do Reino e a preparação para coroação no ultramar desembocaram em uma Conjuração que planejava derrubar o governo, reformar o Exército e reorganizar a administração, afastando Beresford. Tal conspiração, comumente conhecida como liderada por Gomes Freire de Andrade, foi na realidade fomentada por membros de sociedades secretas portuguesas que encontraram nesse personagem um expoente de ação limitada. Os conspiradores proclamaram-se em 1817 com o objetivo de tirar os portugueses da apatia, mas, rapidamente, a conspiração foi desarmada e seus líderes

condenados à morte, o que repercutiu na opinião pública como uma afronta, visto serem quase todos militares.¹⁸⁴

No ano seguinte à desarticulação dessas conspirações e após mais de um ano de luto pela morte de sua mãe, em 1818, D. João foi aclamado e coroado rei. A *Gaceta del Gobierno de México*, no ano de morte da rainha, já saudava o início do reinado de D. João:

Portugal

Lisboa 20 de julio

“Hoy se ha hecho aquí la ceremonia de romper los escudos en señal de haber acabado el reinado de María I y empezar el de D. Juan VI. Al intento se pusieron 3 tableros, uno en la plaza de la Memoria, otro en la Regencia y el tercero junto a la catedral, todos cubiertos de negro, y en cada uno un escudo roto. Todos los tribunales y el senado asistieron vestidos de luto: el procurador [ileg.] de la ciudad, que iba a caballo, llevaba pendiente del sombrero una porción de gasa negra que llegaba al suelo y una bandera también negra: el caballo iba también enlutado, de modo que todo ofrecía un espectáculo muy triste. Los demás concurrentes iban a pie con capas largas, sombreros gachos y varas en la mano. Cerraban la procesión los individuos del senado, con tropa de policía a los lados y detrás marchaban unos 200 soldados de infantería y caballería, con música muy patética y las armas a la funerala.”¹⁸⁵

¹⁸⁴ PEDREIRA, J. e COSTA, F. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 285-363. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

¹⁸⁵ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 1001, 26/12/1816.

Interessante observar que enquanto a maioria das monarquias europeias sucumbiu diante de Napoleão, a portuguesa permaneceu intacta, pois sucessivamente, a coroa passou de D. Maria a D. João. Apesar de todas as intercorrências e convulsões, ele, assim como sua mãe, reinou, viveu e morreu como rei.¹⁸⁶ Os ritos que acompanharam as cerimônias fúnebres da rainha recordam a concepção sagrada e patriarcal da monarquia, todos se colocam em luto, a cidade interrompe suas atividades para se despedir da monarca. O fato de este tipo de notícia também estar presente na Nova Espanha evidencia que os contatos eram próximos, porém não caracterizam a existência de um diálogo político, pois entre as publicações não há ligação e continuidade, apenas trocas recíprocas de informações.¹⁸⁷ Trocas pontuais, porém reais, o que permite a afirmação de que há pontos de encontro entre seus processos revolucionários, uma vez que as notícias circularam informando e influenciando os atores da cena pública, que constituíram parte da experiência revolucionária moderna.

Mas, uma questão permaneceu incomodando os portugueses peninsulares: como recuperar um país politicamente desmoralizado e frágil também em termos econômicos? A solução aventada incluía não só o retorno à condição de sede da monarquia, mas também, uma profunda reforma política, que dotasse o regime monárquico de instituições liberais e representativas. A ferocidade com a qual se combateu a conspiração de 1817 em Portugal, provavelmente, deu-se para que suas causas não fossem amplamente difundidas e motivassem novos levantes. O enforcamento e execução dos líderes, todavia, não acalmaram os ânimos, pois era necessário um conjunto de medidas que pusessem fim à situação de pobreza, miséria e ruína econômica na qual estavam mergulhados. Os militares e a população continuavam descontentes com a presença dos oficiais ingleses e

¹⁸⁶ MALERBA, Jurandir. *A Corte no exílio: civilização e poder às vésperas da independência (1808-1821)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000. p. 204-208.

¹⁸⁷ PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit.. FERNANDES, A. *Revolução em pauta...*, cit. E, NEVES, M. *O Peru lê o Brasil...*, cit.

era notória a desafeição geral pelo marechal-general Beresford, que incomodava ainda mais o principal Sousa, D. José António de Meneses e Sousa Coutinho, irmão do conde de Linhares e D. Miguel Forjaz, futuro conde da Barca, ambos governadores do reino. Além disso, os proprietários ressentiam tanto a crise do comércio de cereais como o esgotamento da função de entreposto entre Brasil e Europa, cuja ruptura se deu em 1808. A própria nobreza sentia-se desolada, pois se encontrava num ócio profundo, e igualada aos demais setores sociais, visto que a ausência da Corte lhe retirava seu papel social. Por isso, o ponto central do descontentamento era a permanência de D. João e sua família no Brasil. Urgia a necessidade de sua volta ou de um representante real, entretanto, como nada nesse sentido foi feito, muito difícil ficou a contenção dos próximos movimentos. Paralelamente, os jornais londrinos – *Correio Brasiliense* e o *Português* – incendiavam a opinião pública, este último publicando artigos contra o rei, o que resultou em um processo contra seu editor, por crime de lesa-majestade. Ambos tiveram sua circulação proibida em todo o reino.

A Corte acompanhava com receio os acontecimentos na Península, temendo uma replicação do movimento espanhol. Nesta localidade, em janeiro de 1820, as tropas concentradas em Cádiz, que deveriam partir para a América para repor o domínio às colônias sublevadas, levantaram-se comandadas pelo tenente-coronel Riego e proclamaram a restauração da Constituição de 1812. Em 21 de fevereiro, o movimento que se alastrara até a Coruña, fez com que Fernando VII fosse obrigado a jurar a Constituição. O triunfo revolucionário espanhol reforçava a ideia de que o mesmo se daria em Portugal e, de fato, a vitória liberal na Espanha animou os conspiradores. O Sinédrio, sociedade secreta organizada no Porto em 1818, era composta por magistrados e advogados que objetivavam, com apoio militar das províncias do norte, adotar temporariamente a Constituição de Cádiz e convocar as Cortes. Agentes espanhóis

apoiavam a ação e tinham em vista uma possível união dos dois reinos, questão que permanecia em aberto para os portugueses, que respeitavam a Casa de Bragança, inclinando-se somente a uma união em caso de persistente recusa do rei em retornar a Portugal. O entrave foi que o governo do Rio de Janeiro permaneceu imóvel em meio a essa conjuntura. O conde de Palmela, secretário dos Negócios Estrangeiros, esperava somente o retorno de um membro da família real para acalmar a situação, mas nada foi feito. Diante disso, o próprio marechal-general Beresford partiu ao Brasil a fim de solicitar prontas providências ao rei. Acreditava-se que devido à ligação direta do marechal com a Grã-Bretanha, D. João não teria como esquivar-se e se veria forçado a retornar, o que não ocorreu. Esta viagem do marechal foi noticiada na Nova Espanha e é interessante observar que assim o foi por meio de uma notícia publicada no Brasil. E este olhava para a Espanha:

Brasil, Europa y México.

Brasil

Rio de Janeiro 15 de mayo,

Por el general Beresford que llegó a este puerto desde el de Lisboa en veinte y ocho días de navegación, se ha sabido que Fernando VII ha adoptado espontánea y libremente la Constitución sancionada por las Cortes generales y extraordinarias en el año de 1812, que tanto deseaban los españoles, según lo han manifestado en sus demostraciones de júbilo con este motivo, y en los sinceros obsequios con que han festejado a su adorado Rey.

Se dice que el principal objeto del viaje del general Beresford es el de persuadir S. M. Fidelísima que vuelva a sus estados de Europa, o permita que vaya a ellos el Príncipe heredero.

(...)¹⁸⁸

É possível que o motivo do olhar do Brasil para a Espanha fosse o de acompanhar o monarca espanhol, que enfrentava uma situação similar à portuguesa: os enfrentamentos em torno da implantação da monarquia constitucional. Em relação à outra informação da notícia, a vinda de Beresford para a América, sabemos que tudo foi tratado como um mal entendido diplomático e o fato de tanto D. João, como D. Pedro permanecerem no Brasil, indica que desobedecer sua mais antiga e importante aliada, neste momento, não era causa de temor. No final do ano, a *Gaceta del Gobierno*, revela o sentimento britânico e o parecer sobre toda essa situação política em meio de um artigo sobre as relações comerciais - há um tom de ressentimento por uma aliança tão favorável, como a de um pai para um filho, ser desprezada pelo governo do Rio de Janeiro:

Inglaterra

Londres 21 de diciembre

Se resienten ya conocidamente nuestras relaciones mercantiles con el Portugal de su actual estado político. Casas de Londres y Lisboa, que estaban en relación de padres a hijos más de un siglo ha, se ven precisadas a suspender todo negocio hasta nueva orden. No se recibe carta alguna de Lisboa, y las últimas mudanzas ocurridas en aquel reino han dado lugar a una disputa mercantil muy curiosa. Hace algún tiempo que el Gobierno del Brasil envió al embajador portugués residente en Londres una letra primera de cambio, solo para la aceptación. Dicha letra estaba librada sobre una casa, cuyo socio en el Brasil había comprado una partida considerable de diamantes. Llegó la segunda de

¹⁸⁸ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 143, 24/10/1820.

Rio-Janeiro a Lisboa en el navío en que vino el lord Beresford, y debía pagarse a la orden del tesorero general. Estas letras se negociaron en la bolsa de Lisboa, y se remitieron por el comprador a Inglaterra para la aceptación y pagamento con el siguiente endoso; “se hallará la primera aceptada en casa del embajador de Portugal”. Habiendo reclamado la primera el tenedor de la segunda, no se la quiso entregar. Se presume que S. E. aguarda sobre este particular nuevas instrucciones del Gabinete de Rio-Janeiro.¹⁸⁹

Na ocasião da visita de Beresford, as pretensões britânicas não foram atendidas e o marechal voltou somente com o dinheiro necessário para pagar os soldos atrasados. Enquanto isso, na Península, justamente com receio de que o pagamento dos soldos esfriasse o ânimo revolucionário dos militares, os conspiradores aproveitaram a ausência de Beresford e iniciaram a ação. No dia 24 de agosto de 1820, iniciou-se a revolução com um pronunciamento militar que procurava, à semelhança do que ocorrera na Espanha, a anuência do rei ao movimento constitucional. Nesse mesmo dia, organizou-se um governo provisório sob o nome de Junta do Porto. A regência tentou ainda um movimento de reação, organizando uma força militar contra os rebeldes e convocando a reunião das Cortes, o que legalmente não era possível sem o consentimento do rei. A reunião das Cortes ficou, todavia, marcada para 15 de novembro, porém as medidas não conseguiram deter o avanço do movimento revolucionário e a Junta do Porto iniciou sua marcha em direção à Lisboa.

A regência organizou uma Junta dos Governadores em oposição à do Porto, mas o clima de transformação já havia se espalhado e no dia 15 de setembro de 1820, em meio às comemorações da derrota francesa de 1808, algumas tropas oficiais levantaram-se e

¹⁸⁹ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 66, 17/05/1821.

deram vivas à Revolução do Porto, assumindo o controle da cidade. Nesse mesmo dia, constituiu-se, em Lisboa, um governo interino, que doze dias depois, em Alcobaça, se unificou com as autoridades do Porto, formando a Junta Provisional do Supremo Governo do Reino e a Junta Preparatória das Cortes. Em 1º de outubro, ambas foram aclamadas pela população ao entrarem em Lisboa. Fortalecida pelo apoio popular, a Junta Provisional enviou cinco dias depois uma mensagem ao rei D. João, justificando o movimento e declarando respeito à religião e ao trono; nesse mesmo texto solicitava a aprovação de *Sua Autoridade Real* para a reunião das Cortes e o retorno de um membro da família real para gerenciar a situação. Em 1821, a *Gaceta del Gobierno*, apresentou a situação:

Noticias extranjerias

Portugal

Por las gacetas de Lisboa, sabemos que se había reunido aquel gobierno y tomaba las disposiciones necesarias para consolidar el nuevo orden de cosas.

En el teatro se había expuesto a la vista de los espectadores los retratos de la familia Real, y el regocijo y los vivas fueron generales y sinceros. Las autoridades se habían presentado aquel dia al nuevo Gobierno, el cual había nombrado al teniente general José Antonio de la Rosa, gobernador de Lisboa.

(...)

La gaceta del 19 dice, haberse dirigido el siguiente oficio al encargado de negocios de España: “El que abajo firma, Secretario del Gobierno interino, establecido en Lisboa tiene el honor de comunicar al sr. D. José Maria de Pando, cónsul y encargado de negocios del reino de España, que en 15 del corriente fue instalado el referido gobierno por el

voto general y espontaneo del pueblo de esta capital, en presencia de los cuerpos militares de su guarnición, proclamando al mismo tiempo con los más decididos aplausos y constante respecto, nuestra santa Religión, a nuestro Soberano el Sr. Rey D. Juan 6º, la dinastía de la Real casa de Braganza, y la Constitución que las Cortes han de hacer; semejante acontecimiento en nada altera las relaciones que subsisten entre las dos naciones.

(...)¹⁹⁰

O ofício publicado reforçava a defesa da religião e do trono, mas as dificuldades de comunicação entre o Rio de Janeiro e Lisboa, fizeram com que as primeiras informações - as do levante de agosto - chegassem ao rei somente em 17 de outubro, ou seja, após todas essas ocorrências. Desconhecendo o andar do movimento revolucionário, D. João enviou uma Carta Régia autorizando a convocação das Cortes, desde que suas deliberações respeitassem os usos, costumes e leis da monarquia. Esta carta de 29 de outubro só foi recebida em Lisboa em 16 de dezembro, quando já não fazia sentido algum. O intervalo de comunicações repetiu a situação no que se refere as notícias de setembro, que chegaram à Corte no Rio somente em novembro, praticamente ao mesmo tempo que o próprio conde de Palmela em pessoa. Reuniram-se com sua chegada, em torno do rei, os conselheiros do Brasil, que fizeram aberta oposição ao seu plano de levar à Península D. João ou o Príncipe Pedro. Tomás Antônio Vilanova Portugal, o conselheiro do Brasil mais influente junto ao rei, conseguiu, neste momento, autorização para que a Imprensa Régia produzisse um folheto em francês no qual aparecia o debate sobre o retorno do rei. Intitulado “Questão política: se o rei e a família real de Bragança devem voltar a Portugal ou ficar no Brasil?”, parecia não ser outra a solução, a permanência do rei no Brasil era

¹⁹⁰ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 15, 01/02/1821.

fundamental para segurança da monarquia. O conde de Palmela não desistiu e continuou seu trabalho junto ao rei, colocando-o em sintonia com as ocorrências em Portugal, o que surtiu certo efeito, pois em fins de janeiro, foi autorizado o envio de D. Pedro a Portugal, o que apesar de ser anunciado às Cortes europeias não foi levado a cabo. A notícia do retorno do príncipe Real foi recebida com júbilo na imprensa portuguesa, conforme nos mostra uma transcrição da *Gaceta del Gobierno*. A notícia se inicia relatando a união da Junta do Porto com o governo estabelecido em Lisboa após o levante de 15 de setembro:

Portugal

Oporto 18 de febrero

El navío Animo Grande, que salió del Rio-Janeiro en 4 de diciembre último, llegó aquí el 18 del corriente. Había arribado a dicha ciudad la galera *Príncipe Real*, que salió de Oporto en 4 de octubre con la noticia de haberse reunido el Gobierno de Oporto y supremo del reino con el interino establecido el 15 de setiembre en Lisboa. La noticia causó tan extraordinaria alegría en los corazones de todos, que la ciudad se iluminó espontáneamente. Decíase que vendrían a Portugal el Príncipe Real y su augusta esposa luego que esta señora se viese libre de su embarazo; lo cual también se confirma por otras noticias que hemos recibido. Se refieren acerca de este asunto algunas particularidades, que por hoy omitimos, no porque las tengamos por falsas, sino por no estar aún seguros de su autenticidad, pero mañana las daremos al público.¹⁹¹

Paralelamente, na Península, ocorria a primeira concretização dos objetivos do movimento de 1820, pois no dia 26 de janeiro de 1821 deu-se a instalação do primeiro

¹⁹¹ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 87, 26/06/1821.

Parlamento Liberal em Portugal. A consolidação dos demais objetivos deu-se com os trabalhos e deliberações do *Soberano Congresso*, como era chamado na época, que entre os anos 1821 e 1822 organizou a Constituição portuguesa. A imprensa novo hispânica acompanhou os pareceres políticos sobre a elaboração da Carta Constitucional lusa e em 1821, publicou a declaração de um conselho militar que, por meio de uma proposta dada a conhecer pela Junta provisional do Governo, desejava a elaboração de um texto verdadeiramente português, colocando-se contra a proposta de adoção da Constituição da Espanha. O conselho militar manifestou seu desejo de que se cumprisse o juramento realizado e que as Cortes elaborassem uma legislação nacional:

Noticias extranjerias

Portugal

Lisboa 21 de noviembre

La gaceta de esta capital del día de ayer contiene el artículo siguiente:

“En las actuales circunstancias es muy necesario que el público se prevenga contra las sugerencias de ineptos parciales que nos pueden conducir al precipicio. Prueba de esto son los sucesos del día 11, pues aunque no resultó desgracia alguna, antes bien sirvieron para hacer más visible el buen carácter de esta nación, pudieron sin embargo ser funestos. Es preciso que seamos constantes en nuestras determinaciones, y que confiemos plenamente en el Gobierno, que se desvela en promover nuestra felicidad. Lejos de nosotros ese sistema de requerimientos, dictados por partidos que quieren tomar la voz del pueblo: la nación portuguesa no se compone de las 400, 600, 1000 o 10000 personas, que en Lisboa o en cualquier otro punto dicten lo que se persuaden (si es caso que saben lo que dictan) que es útil a toda la nación. Este modo de pedir solo puede usarse con respecto a los

intereses particulares de una corporación o clase, y apenas puede servir para indicar un medio o un objeto que parece útil o necesario, dirigiéndose al Gobierno o al Congreso nacional reunido, para que después de examinado detenida e imparcialmente, haga recaer sobre ello una justa resolución. El Gobierno ha convocado las Cortes, ha consentido en que se haga la elección de diputados en la forma practicada en España, y que indica la Constitución de aquel país: lo demás pertenece a las Cortes. La nación entera ha jurado *obedecer la Constitución que hagan nuestras Cortes*, y no Constitución alguna extranjera. Obrando de este modo, obró con dignidad. ¿Y habrá un solo portugués de juicio y honor que no se avergüence de que se diga en las naciones extranjeras, que dedicándonos a formar una Constitución, no nos juzgamos con fuerzas o con hombres de bastante talento para formar una nacional, y adoptamos una Constitución extranjera? (...) aprovechemos lo que haya bueno en las demás, pero no nos privemos de la gloria de darnos una Constitución verdaderamente nacional. (...) ¹⁹²

Ausente o rei, em Portugal, a soberania foi assumida pelas Cortes que além de deliberarem sobre temas constitucionais, assumiram o papel de governo do reino, debatendo questões mais secundárias em nome da representatividade política portuguesa. No artigo da *Gaceta de Gobierno de Mexico* transcrito a seguir, a discussão versa sobre as recompensas aos oficiais britânicos:

Portugal

Lisboa 27 de febrero

¹⁹² *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 20, 13/02/1821.

En la sesión de Cortes del 24 se leyó el dictamen de la comisión encargada de proponer los medios de recompensar a los oficiales ingleses que sirvieron en el ejército portugués, la cual hizo presente: que por un impulso invencible se había tomado la libertad de interpretar las más generosas intenciones del augusto Congreso, y de la Nación que representa: que no debía olvidarse que los dichos oficiales eran hijos de la gran Nación que con tanta eficacia nos había auxiliado en la última guerra, y que habían hecho servicios dignos de la memoria de los portugueses: pero que estas consideraciones dictadas por la gratitud se hallaban contrariadas por las leyes que tratan de las recompensas de los militares beneméritos, arreglándolas según los años de servicio y otras circunstancias: que el ejemplo y la práctica se hallaba en oposición con los sentimientos de la comisión, pues tenía presente que, en 1814 el Mariscal General había licenciado a muchos oficiales ingleses que habían servido en la guerra con el ejército portugués, no dándoles otra recompensa que la honrosa convicción de sus buenos servicios: que por otra parte consideraba que los oficiales ingleses habían venido a Portugal para instruir, y organizar el ejército portugués en calidad de agregados, conservando sus grados y ascensos en el ejército británico, el cual en efecto se incorporaron después de licenciados por el Mariscal General: y por último, exponía la comisión que el tesoro nacional no estaba en disposición de poder corresponder a la generosidad de la nación, y hallándose entre estos inconvenientes, y la necesidad de mostrar su gratitud a los oficiales ingleses, proponía (...)

Os artigos expostos na sequência do texto tratavam do reconhecimento aos oficiais ingleses e a proposta de que continuassem licenciados pelo exército português, para que

pudessem receber seus soldos. As opiniões estavam divididas, alguns colocavam-se a favor de pagar aos oficiais ingleses em reconhecimento pelo auxílio prestado aos portugueses em um momento de guerra. Outros consideraram dispensável, uma vez que continuaram suas carreiras no exército britânico e naquele reino eram recompensados. A notícia acima, publicada em 26 de junho de 1821, encerrava-se considerando a possibilidade de retorno de D. Pedro:

(...) Algunos señores propusieron que se despachase con preferencia el examen de las bases de la Constitución, fundados en que de un momento a otro podía llegar a Lisboa al príncipe Real: y en consecuencia de esta proposición, se acordó que tuviesen sesiones extraordinarias.¹⁹³

Interessante observar que a primeira parte da notícia transcrita acima, a que trata das discussões da Corte em torno de reconhecer financeiramente ou não os trabalhos dos oficiais ingleses, aparece novamente, publicada no mesmo periódico e no mesmo ano, porém no dia 11 de agosto, somente o desfecho do texto é diferente:

Se trató también sobre si era conveniente que toda la nación jurase las bases de la Constitución, o solo los tribunales y demás autoridades.

(...)

Sobre el juramento se decidió, que todas las autoridades eclesiásticas, civiles y militares prestasen juramento a las bases de la Constitución en día determinado.¹⁹⁴

¹⁹³ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 87, 26/06/1821.

¹⁹⁴ *Gaceta del Gobierno de México*, n. 108, 11/08/1821.

As Cortes haviam aprovado as bases da Constituição portuguesa no dia 09 de março de 1821. Em 05 de junho, D. Pedro no Rio de Janeiro, prestou seu juramento e, sofrendo pressões das tropas, afastou de sua regência o Conde dos Arcos. Esse juramento parecia desnecessário, porque em fevereiro D. Pedro já havia jurado a Constituição, quando nenhum de seus princípios havia sido elaborado, mas havia a necessidade de se conter essa movimentação militar que exigia também a criação de uma junta provisória. Sua atitude conteve momentaneamente os ânimos e lhe angariou mais alguns meses de autonomia no governo regencial.

A temática da Guerra Peninsular apareceu em outros momentos nas sessões das Cortes. Alguns dias antes da publicação acima transcrita, que tratava dos oficiais ingleses, os deputados reunidos se viram tratando justamente do lado inimigo no conflito – os franceses. A notícia é autoexplicativa e trata da impossibilidade de imputar uma culpa aos portugueses, que durante a guerra aliaram-se aos franceses, uma vez que seguiram as ordens reinóis de receber com cordialidade o invasor:

(...)

En la sesión del 6 propuso el sr. Presidente que se pasase a la discusión sobre la amnistía de los que acompañaron al ejército francés en 1808. El sr. Albes Do Rio volvió a leer su proyecto de decreto: que lo juzgaba digno de la atención de las Cortes. El sr. Castello Branco con muy poderosas razones, que los que siguieron el partido de los franceses, no hicieron más que cumplir con su deber en aquella desgraciada época; puesto que S. M. en el infausto día en que las circunstancias le obligaron a salir de Portugal expidió un decreto en que recomendaba a los portugueses tratasen como amigo y prestasen todo auxilio al ejército francés; y que no haber procedido así, hubiera sido contrario a lo que se

consideraba como una ley: que consiguientemente las sentencias dadas contra algunos de los que siguieron al ejército francés en este reino, fueron no solo injustas sino muy bárbaras; y concluyó diciendo: que apoyaba en todas sus partes la amnistía propuesta; y que concediéndola haría el Congreso el acto más solemne de humanidad, y ganaría la patria ciudadanos beneméritos que pueden hacerle grandes servicios.¹⁹⁵

Enquanto o Rio de Janeiro e Lisboa estavam mergulhados em questões no entorno da Constituição e, ao contrário do que os conselheiros do Brasil pensavam, o restante do Brasil não estava resguardado do contágio revolucionário. No dia 1º de janeiro de 1821 a Província do Grão-Pará, aproveitando a ausência do governador, instituiu uma Junta Constitucional. Pouco mais de um mês depois, em 10 de fevereiro de 1821, a Bahia rompeu política e financeiramente com a corte joanina do Rio de Janeiro e, buscando uma renovação do pacto político que lhe conferisse maior participação nos negócios do império, comunicou às Cortes portuguesas, sua adesão aos princípios que fossem acordados após as deliberações do *Soberano Congresso*. Nesse mesmo dia, o governo baiano foi substituído por uma Junta Provisória de Governo, cujos sete membros foram escolhidos pela Câmara Municipal. Este movimento, que ficou conhecido como a Revolução Constitucionalista na Bahia, foi a expressão do aprendizado político que as províncias americanas angariaram desde finais do século XVIII e consolidou-se por meio de uma ampla aliança de classes que agregou comerciantes portugueses, senhores de engenho, traficantes de escravos, militares, profissionais liberais, homens do clero e também membros das classes populares. A notícia das ocorrências na Bahia chegaram a Portugal em fevereiro, como nos mostra a cópia no periódico novo hispânico:

¹⁹⁵ *Gaceta del Gobierno de México*, n. 102, 28/07/1821.

Portugal

Lisboa 28 de febrero

Ha entrado hoy en este puerto procedente de la isla de Madera en 11 días de navegación el buque portugués Luz Divina, y ha traído la noticia de que en el 18 del presente mes se hacían las elecciones de diputados para las Cortes en la referida isla.

También ha arribado de Bahia en 45 días la goleta portuguesa Concepción, la que refiere, que en aquel puerto están los habitantes deseosos de que el Rey acepte la Constitución que se haga en Portugal. Y que había allí noticias de que a consecuencia de los Consejos de Estado tenidos en Rio-Janeiro, habían salido de aquel puerto para Portugal una corbeta y un bergantín de guerra.

(...)¹⁹⁶

As notícias do Pará também ficaram conhecidas na Nova Espanha, via publicação londrina de 12 de março. Vale observar que o programa defendido não propunha a ruptura da monarquia, mas sim a reinvenção da mesma – a atribuição a ela de um caráter constitucional:

Hemos recibido por el buque Esther, que fondeó el sábado en Liverpool, procedente del Pará, provincia septentrional del Brasil, cartas y periódicos con fecha de 4 de enero que anuncian haber estallado una revolución en aquella provincia el primero de dicho mes, y que se había efectuado sin efusión de sangre. Los habitantes y las tropas se habían reunido y publicado una proclama. Se había establecido un gobierno

¹⁹⁶ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 89, 30/06/1821.

provisional, y según varias cartas de Pará era allí opinión general que la revolución se extendería a todas las posesiones portuguesas de la América meridional.

En la proclama del gobierno provisional se lee lo siguiente: “Nuestros hermanos de Portugal nos han dado el ejemplo: sigámosle para probar que somos de la misma familia; pero cúmplase la obra de nuestra revolución bajo los auspicios de la paz. Respetemos las autoridades; olvidemos los odios personales, y pongámonos siempre bajo la protección de la opinión pública. Viva la Constitucional! Vivan las Cortes! Viva el Rey Juan VI! Viva la Religión!”¹⁹⁷

D. João, ciente das agitações, indicadas pela notícia acima, que se deram no Pará, em janeiro 1821, de maneira similar às da Bahia, viu-se obrigado a ceder. No dia 26 de fevereiro, pressionado especialmente pelos militares que se concentraram no Largo do Rocio, enviou seu filho para prestar juramento em seu nome à Constituição portuguesa, cujas bases nem sequer haviam sido elaboradas, como mencionamos anteriormente. As informações sobre como essa sequência de fatos se desenrolou chegou na Nova Espanha em setembro de 1821:

Francia

Reino unido de Portugal, Brasil y los Algarves.

Desde que el Brasil tiene la fortuna de gozar de la augusta presencia de S. M., y la honra de ser elevado a la categoría de reino, muchos acontecimientos extraordinarios lo han ennoblecido, y han colocado su nombre al par de las más distinguidas naciones. Días señalados con

¹⁹⁷ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 97, 19/07/1821.

pública alegría y fiel entusiasmo están profundamente grabados en los corazones de los felices súbditos del mejor de los Reyes. Más no obstante, sus fastos no recordarán a la posteridad un día tan memorable como el 26 del presente mes de febrero. La multitud de circunstancias, la celeridad con que instantáneamente se han sucedido, los ventajosos resultados que han producido, y la general tranquilidad que reina en medio de acontecimientos, casi siempre rubricados con sangre, dan lugar a profundas reflexiones. Baste por lo tanto la relación sencilla y verdadera de lo que pasó de más notable en este día, para la noticia de las personas que no han tenido la satisfacción de presenciarlo.

Al romper del día la plaza de Rocio se hallaba llena de tropa, de todas armas, colocada con el mejor orden, guarneciendo la artillería las bocas de las calles. Los primeros que formaban esta posición eran el batallón de infantería núm. 11, el de cazadores núm. 3, y la artillería de a caballo, siguiéndose sucesivamente los demás cuerpos. Convocado inmediatamente el ayuntamiento en la sala grande del real teatro de S. Juan, que ofrecía la mejor oportunidad, se presentó en los balcones S. A. R. el príncipe del reino unido de Portugal, Brasil y los Algarves, y leyó en alta voz; de orden de S. M., el decreto de 24 de febrero, por el cual este benignísimo sr. prometía a sus súbditos del Brasil la sanción de la Constitución, que al presente se forma en Portugal, y su admisión en este vastísimo continente. El decreto dice así: “Habiendo dado todas las providencias oportunas para adoptar en el Brasil la Constitución que se está formando en Portugal; y teniendo entendido que el mayor bien que puedo hacer a mis pueblos consiste en aprobar la dicha Constitución; y siendo mi principal atención, como es constante, procurarles todo descanso y felicidad, he tenido a bien aprobar desde ahora la Constitución que se está formando, y recibirla en el reino del Brasil y

en los demás dominios de mi corona. Los ministros y secretarios de Estado, a quienes encargo la ejecución de este decreto, lo harán publicar y expedirán a los tribunales y capitanes generales las órdenes correspondientes. Palacio de Rio-Janeiro 24 de febrero de 1821.” Con la rúbrica de S.M.

En esta gracia fue recibida con repetidos gritos de viva el Rey, viva la Religión, viva la Constitución, y con salvas de la artillería. Inmediatamente se publicó una lista de las personas que habían de ocupar los empleos públicos, la que fue recibida con general aplauso. En seguida mandó S. A. R. al secretario del ayuntamiento que presentase la fórmula del juramento, que S. A. firmó en nombre y como apoderado del Rey, y en su propio nombre; firmándolo después el serenísimo sr. Infante D. Miguel, y los ministros y secretarios de Estado, y otras muchas personas que se hallaban presentes. La fórmula del juramento estaba concedida en estos términos:

“Juro en nombre del Rey, mi padre y señor veneración y respecto a nuestra santa religión, observar, guardar, y mantener perpetuamente la Constitución, tal cual se hiciere en Portugal por las Cortes.”

El obispo, capellan mayor presentó el libro de los santos evangelios, sobre los cuales puso S. A. la mano derecha, y así lo juró, prometió, y firmó.” Como procurador del Rey, mi padre y mi señor, el príncipe real D. Pedro de Alcántara.

Depois, a notícia continuava com o juramento idêntico ao anterior só que realizado por D. Pedro em seu nome. Ao sair de lá, D. Pedro encontrou-se com o Rei e ao entardecer, ambos retornaram à praça do Rocio:

(...) A las once y media salieron de la plaza de Rocio las tropas que habían concurrido, a saber: caballería, infantería de línea, milicias y de policía, brigada real de marina y parques de artillería.¹⁹⁸

Na sequência, deu-se a famosa prática cerimonial do beija mão. Pela noite, toda a família real dirigiu-se ao teatro São João, onde, assim que notaram sua presença, os assistentes começaram as mais vivas demonstrações de entusiasmo, segundo o artigo. Esse episódio é característico da singularidade de cada fenômeno histórico. Nele, elementos característicos do Antigo Regime convivem simultaneamente à ordem liberal nascente. É em nome da religião que se realiza o juramento à Constituição, e é um juramento assinalado pela honra de quem fala, como nos contratos medievais, entretanto, moderno também, porque quem o faz é obrigado a firmar, ou seja a assinar o que se jura e, o objeto do juramento é moderno, fruto da separação dos poderes do rei, que deixa a função legislativa para os representantes do povo. Com esse juramento e com o Decreto expedido no dia seguinte, no qual D. João prestava seu juramento oficial, a vinculação às Cortes Extraordinárias e Constituintes da Nação Portuguesa foi confirmada em solo americano. Antes de os detalhes das ações de D. Pedro na Praça do Rocio atingirem Portugal, uma embarcação proveniente de Pernambuco, levou a notícia do juramento à Lisboa. A informação é uma transcrição que circulou na Nova Espanha em 1821:

Portugal

Lisboa 26 de marzo

Acaba de llegar el navío S. Gualten, procedente de Pernambuco en 46 días de navegación: cuatro días antes de su salida había arribado a aquel puerto el buque Maria Zeferina, con el jefe de división Juan Felix

¹⁹⁸ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 128, 22/09/1821.

Pereira, encargado de llevar la noticia de haber accedido el Rey al sistema constitucional de Portugal. El comandante de dicho buque ha comunicado las siguientes noticias, que el secretario de la Marina ha transmitido a las Cortes.

“El jefe de división Pereira fue comisionado por el general Luis do Rego en el día 12 de diciembre para ir a Rio-Janeiro a anunciar a S. M. el estado de los ánimos y opinión de los pueblos de Pernambuco: volvió a esta ciudad con el encargo de anunciar que el Rey se había adherido a la causa de Portugal y que reconocía el gobierno de estos reinos. Aseguró, que de aquel puerto había salido para este un bergantín, y estaba dispuesto para salir un correo. Dijo además, que luego que llegó a Rio-Janeiro el conde de Palmela, se decidió S. M. a reconocer el nuevo gobierno de Portugal que siempre había sido aprobado por el Príncipe Real, el cual se manifiesta muy satisfecho de este acontecimiento.

El general Luis do Rego protesta sus sentimientos de verdadero portugués; y asegura que el navío D. Juan VI estaba ya pertrechado para conducir a Portugal al Príncipe Real.”

Hoy hace justamente dos meses que se reunió nuestro Congreso nacional; y en este memorable día recibimos la agradable noticia de que nuestro amado Rey el sr. D. Juan VI se ha dignado aprobar, como era de esperar de su sabiduría y paternal clemencia, las medidas adoptadas en Portugal para la regeneración de la monarquía portuguesa, gloriosa en todos los tiempos, y singularmente en el presente, en que por unanimidad general se quieren hacer todas las reformas que convengan al mejor régimen de esta magnánima y fidelísima Nación. La mano de la providencia, que ha conducido hasta ahora nuestros pasos con el mejor orden, se manifiesta nuestra protectora por diferentes medios; ya inspirando nuestro mismo espíritu a la isla de la Madera; ya moviendo

el ánimo de nuestro inestimable monarca; ya finalmente haciendo brotar en otros puntos el deseo de poseer la Constitución que ha de hacer felices a los portugueses, como ha sucedido en Pará en 1º de enero de este año; lo que se confirma por el siguiente oficio de la junta provincial de Pará dirigido a la junta provisional del reino.

“Illmos. Y Excmos. Sres. La junta provincial declara la adhesión con que este senado de la cámara de Pará se condujo para poner en práctica su patriotismo en el día 1º de enero de este año; y tiene la satisfacción de participar a VV. EE. estos sucesos. Todos nosotros hemos proclamado a nuestro Rey el sr. D. Juan VI, y hemos jurado obediencia a nuestra nueva Constitución y a las Cortes que la han de formar, cuya soberanía tenemos ya reconocida. El pueblo de esta provincia recobró sus derechos en aquel memorable día, y constituyó en esta capital una junta provisional de nueve diputados. A VV. EE. corresponde descubrir el orden social entre las ruinas, que por tanto tiempo lo han ocultado de los ojos de la Nación. La patria acompaña a VV. EE. con sus deseos de asegurar la gloria de la Nación portuguesa. Pará 4 de febrero de 1821.”

A consecuencia de esta confirmación del fausto suceso de Pará hicieron salva general el castillo, fortalezas y los buques de guerra.¹⁹⁹

Em setembro, a Nova Espanha apresentou mais uma notícia sobre esta temática:

Portugal

Lisboa 30 de abril

Todo el reino está lleno de alegría con la noticia de haber jurado el Rey en Rio-Janeiro la Constitución portuguesa sin restricción alguna, pero

¹⁹⁹ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 102, 28/07/1821.

en los primeros momentos de una alegría extraordinaria no es, cuando pueden conocerse todas sus felices consecuencias. La emoción fue muy fuerte para que pueda analizarse, y nos hallamos aun en aquel estado en que el alma, enajenada para poder discurrir, apenas puede sentir. (...) Es tanto lo que debemos al Rey por este beneficio, que es poco todo lo que podamos decir en loor suyo. Nosotros hemos perdido todos los recelos, y nuestros enemigos todas las esperanzas y todos los pretextos. Hoy se identifica la nación portuguesa con su Rey. El espíritu constitucional, transportado por los vientos, ha electrizado los corazones portugueses del nuevo continente, la razón hablo en su lenguaje, y el innato deseo de la felicidad oyó su voz. ¡Esta es la segunda vez que la Europa hace la conquista de la América; pero qué diferente conquista! ¡Hoy en vez de sangre corren lágrimas de placer, y se han conquistado los corazones, no el terreno; y lejos de esclavizar a pueblos libres, se les restituye la libertad legal a pueblos esclavizados! ¡Un príncipe, que es la esperanza de la monarquía, auxilia esta mudanza; y un Rey, que solo desea el bienestar de su pueblo, es el que la confirma! De este modo, y solo de este modo, son los Reyes en la tierra la imagen de la divinidad, y se hacen acreedores a las adoraciones de los pueblos. (...)²⁰⁰

Ao contrário do que dá a entender a notícia, não foi tão simples para o conde de Palmela angariar o reconhecimento da legitimidade dos acontecimentos peninsulares por D. João. Para controle da situação baiana, Tomas Antonio Portugal sugeriu ao rei que substituísse o governo local por um militar, sugestão ignorada por D. João, que neste momento organizava seu retorno a Portugal. Tal decisão, debatida desde 1814, havia se

²⁰⁰ *Gaceta del Gobierno de Mexico*, n. 131, 29/09/1821.

tornado inevitável e no dia 07 de março de 1821, um decreto informou aos súditos da América, o retorno do rei e da Corte e a permanência de D. Pedro como regente, encarregado do governo provisório, até que se desse o estabelecimento da Constituição Geral da Nação. O decreto revelava uma total reviravolta nos planos, que até momentos anteriores previam justamente o contrário, que o Príncipe Pedro partisse e D. João permanecesse. A Bahia, nesse intervalo de tempo, ainda temendo sua segurança, solicitou apoio português, o que ocorreu somente em julho de 1821, quando um reforço militar português com mais de 1.000 homens foi enviado à província. Neste momento, a conjuntura havia se alterado de tal maneira que os militares foram vistos mais como ameaça do que proteção, uma vez que o Rio de Janeiro não figurava mais como perigo – pois, além de ter jurado a Constituição, D. João havia partido e o regente demonstrava simpatia às práticas constitucionais. A Bahia nos anos subsequentes permaneceu marcada por agitações político-sociais, entre os anos 1822 e 1823, houve grande incidência de conflitos entre lusitanos e americanos, aumento no número de saques, motins e revoltas.²⁰¹

Enquanto as tropas militares portuguesas embarcavam para proteção da Bahia, D. João e cerca de 4.000 pessoas retornavam a Lisboa. Imbuído de um sentimento de incerteza de como seria recebido, D. João embarcou no dia 26 de abril de 1821, chegando ao antigo centro de seu império no dia 03 de julho. Nesse momento seu sentimento se confirmou, pois as condições de entrada em Portugal revelaram que as condições não lhe eram favoráveis. No dia 04 de julho nomeou um novo ministério para substituir a regência. Iniciou-se, então, a monarquia constitucional portuguesa, o rei com um novo papel e os súditos também.²⁰² A Constituição portuguesa, promulgada somente no dia 27

²⁰¹ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822). *Almanack Brasiliense* (Online), n. 07, São Paulo, 2008, p. 102-118.

²⁰² PEDREIRA, J. e COSTA, F. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes...*, cit. p. 340-363. VARGUES, Isabel Nobre. O processo de formação do primeiro movimento liberal: a Revolução de 1820.

de setembro do ano seguinte relegou ao monarca um segundo plano, porém D. João, mantendo a política conciliadora de todo seu governo, a jurou no dia 1º de outubro. O artigo 121 da mesma declarava que a autoridade do rei era proveniente da nação e que era indivisível e inalienável, porém a desconfiança dos liberais frente ao poder executivo, fizeram com que houvesse, nos demais artigos, uma predominância do poder legislativo, o que deu ao monarca o papel de executor das leis da nação.

No início de 1822 a situação entre a deputação brasileira e portuguesa era de tal tensão nas reuniões das Cortes que foi necessária a criação de uma comissão especial, com caráter conciliador, com seis membros de cada localidade, a fim de que fossem elaboradas propostas conjuntas. A proposta mais adequada às necessidades americanas era a permanência de D. Pedro no Brasil e revisão de alguns pontos nas deliberações das Cortes. A comissão conciliadora levou a público tal proposta que foi massivamente atacada pelos outros deputados. Era inegável que as Cortes portuguesas antagonizavam com os interesses da América portuguesa.²⁰³ Em agosto de 1821, uma afronta ao reino do Brasil tinha sido deliberada em uma das sessões - tratava-se da proposta de equilibrar a autonomia local brasileira, mantendo as juntas provinciais, porém extinguindo a Casa da Suplicação, os outros tribunais, além de exigir o retorno do príncipe Pedro. Outro projeto não aceito pelos deputados do Brasil eram sobre a regulamentação das relações comerciais entre Portugal e Brasil, uma vez que pretendiam que os produtos comerciais da América portuguesa chegassem à Europa somente por meio de Portugal – era a volta ao exclusivo comercial. Mais um ponto de antagonismo era a proposta de envio de tropas portuguesas para as províncias do Brasil. Este cenário de controvérsias foi fortemente alterado pelo chamado “Dia do Fico”, ocorrido em 09 de janeiro de 1822, no qual D.

In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 45-63. ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

²⁰³ ALEXANDRE, V. *Os Sentidos do Império...*, cit. p. 465-467.

Pedro decidiu, após o retorno de sua família para Portugal, ocorrido em 26 de abril do ano anterior, desobedecer às Cortes e permanecer no Brasil como seu Regente e Defensor Perpétuo, expulsando as tropas portuguesas. Após este dia, a pressentida possibilidade de ruptura no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves tornou-se mais evidente, tema da notícia abaixo, publicada pela *Gaceta del Gobierno Imperial de Mexico*, periódico editado entre 1821 e 1823 na Cidade do México. Os acontecimentos seguintes só transformaram esta evidência em certeza:²⁰⁴

México.

Noticias extranjeras.

Brasil. Tenemos a la vista varios documentos importantes, publicados en Rio Janeiro, memorable por sus ocurrencias: Su estrato dará una idea del estado en que se halla aquel país. El primero es un decreto del Príncipe regente fecho el 16, criando un consejo de procuradores generales de las provincias del Brasil que las representen interinamente. Todo el mundo ha visto en este consejo una especie de cortes coloniales, una cosa que puede asimilarse al sistema de las posesiones inglesas de las Antillas. Los tales procuradores serán nombrados por los electores parroquiales, y el escrutinio definitivo se hará por la junta de provincia, que por una mayoría de los tercios de votos podrá revocar poderes de sus procuradores.

O artigo segue tratando das funções do conselho, que são justamente de aconselhar o príncipe, examinar os projetos de reforma, fazer propostas, etc. Na continuidade foi tratada a inevitabilidade da ruptura entre Portugal e Brasil:

²⁰⁴ PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit. p. 319-365

En otro decreto fecho el 17 se manda al gobierno provisional de Pernambuco que no permita desembarcar allí la tropa enviada de Portugal al Brasil y que la haga regresar a aquel reino, y esto, entre otras razones contenidas en el preámbulo, porque el pueblo de esta provincia no quiere ni puede resolverse a consentir que desembarquen las tropas. Esta sola causal muestra bastante cual es el estado en que se halla en Brasil, y cual la situación del Príncipe regente.

En fin, una proclama del dicho Príncipe de la misma fecha exhorta a la paz a los Brasilienses, felicitándolos por su conducta en el lanzamiento de la división portuguesa que ha sido cubierta de ignominia, y tratada como rebelde. Hablan do de ella en la referida proclama, llama el Príncipe a los soldados que la componían facciosos al país que generoso los hospedara, y sordos a la voz de la razón y del deber. Es imposible caminar más directamente a la emancipación, y no es difícil prever cual será el resultado final de esta conducta de los raros y multiplicados incidentes que cada día ocurren en el Brasil.²⁰⁵

A imprensa periódica do México, atenta aos acontecimentos da América portuguesa, apresentou uma narração do contexto do ano da independência oficial. Em 1822, *El Fanal de Império Mexicano*, assim caracterizou todo este cenário:

A ejemplo de su metrópoli se apoderó el espíritu liberal de las tropas del Brasil para jurar la constitución de Portugal. Aquellos pueblos americanos no solo aplaudieron, sino que comenzaron à levantarse en Pernambuco y establecerla por si: con todo lo cual el rey Juan se avino

²⁰⁵ *Gaceta del Gobierno Imperial de Mexico*, n. 109, 15/10/1822.

a ser constitucional. Pero dejando al Príncipe heredero por regente en Brasil, se ha vuelto a Portugal para no perderlo, y también podrá ser para concurrir con nuestro Fernando y la santa alianza a destruir el gobierno representativo constitucional. El resultado será la independencia del Brasil, porque los pueblos saben ya que los reyes son para ellos, y por [?] beneficios con residencia. Ella es tan esencial para el gobierno de cada estado, que las metrópolis de Europa han declarado en sus constituciones, que en el hecho de ausentarse los reyes de ellas, se reputa haber abdicado el trono. Las que ellos llaman sus colonias, tan ilustradas hoy como las metrópolis, más ricas y pobladas y se contentarán con un rey a 4 mil o 2 mil leguas? Apenas salió el rey del Brasil, que su mismo Conde de Arcos, [?], dicen, al Príncipe, proclamó la independencia. Por una contra-revolución fue preso y embarcado para Portugal; mas no se embarca la naturaleza de las cosas: el espíritu liberal no retrocede en los pueblos, y el Brasil completará el sistema republicano de la América entera.²⁰⁶

O texto do *El Fanal* apresenta um encadeamento dos fatos de maneira a prenunciar tanto a proclamação oficial da independência, anunciada pelo príncipe D. Pedro, como o futuro republicano, que realmente se consolidou, porém somente em 1889. O caminho para a ruptura formal com Portugal compreendeu ainda outras situações. Em 16 de fevereiro de 1822, D. Pedro convocou um Conselho de Procuradores das Províncias do Brasil para analisar as propostas das Cortes em relação a esse espaço, assinalando sua autonomia. Era imperioso então adquirir uma força militar própria, pois a eliminação das tropas portuguesas seria decisiva. D. Pedro não poupou esforços para expulsá-las. A

²⁰⁶ *El Fanal del Imperio Mexicano o Miscelanea Politica*. Extractada y redactada de las mejores fuentes, Tomo I, 15/05/1822.

ruptura com as Cortes ocorreu com a convocação de uma Constituinte em 03 de junho de 1822; o Sete de Setembro foi apenas a cristalização desta autonomia. Cabe recordar que essa cristalização ocorreu quase que simultaneamente a promulgação da primeira Constituição portuguesa e que a maioria dos deputados do Brasil não assinaram seu texto.²⁰⁷ O artigo acima revela como na América se estruturaram as explicações de uma ruptura formal e a estruturação de uma política em moldes constitucionais. Em 1823, no ano de sua primeira edição, o periódico mexicano *Águila mexicana* tratou da organização da constituinte no Brasil:

Noticias extranjeras

Pernambuco 23 de julio

Proclama de la Junta constituyente del Brasil

¡Pernambucanos! Los acontecimientos desgraciados que han sucedido últimamente en el Portugal han avivado el espíritu casi extinguido de nuestros enemigos, quienes piensan que podrán atajar o destruir la causa sagrada de nuestra independencia. Y los progresos de la Constitución del Brasil. ¡Insensatos! ¿Qué influirán en nosotros los acontecimientos de Portugal? El Brasil nunca participará de sus caprichos o de su suerte; hemos proclamado ante Dios y las naciones, la libertad y la independencia, y las defenderemos a riesgo de nuestras vidas. Nuestra separación de la madre patria no ha sido producida por capricho contra su pasado gobierno efímero. El convencimiento de que habíamos de ser libres e independientes ha producido este fenómeno político colocando al Brasil en el rango de las grandes naciones independientes; y teniendo

²⁰⁷ PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit. p. 363-378. LUCAS, M. Organização do império. In: MATTOSO, J. *História de Portugal...*, cit. p. 285-311.

por jefe y defensor, al gran Pedro nuestro amado emperador, triunfaremos sobre las conjuraciones y oposición de nuestros enemigos. ¡Pernambucanos! La Constitución del Brasil está identificada con el jefe augusto de este vasto imperio, quien la recibió benignamente, y él mismo convocó a la junta provisional siempre coloso de la causa de vuestra libertad [?] independencia as recomienda nueva energía y vigilancia. Un puñado de portugueses viles al proclamar la desgracia y servidumbre de su país, difunden entre vosotros ideas serviles, ideas contrarias a nuestra independencia, y destructoras del juramento prestado por nuestros representantes, el cual nunca admite una reunión con el Portugal. Descubramos los traidores que así nos ofenden; y desterrados a una tierra distante, que echen en ella sus intentos ponzoñosos, y criminales.

¡Pernambucanos! Vuestro honor y carácter dependen de esta lucha. No volveréis atrás vosotros que con tanta bizarría y denuedo habéis establecido la obra grande de nuestra independencia!

¡Viva nuestra santa religión, nuestra junta constituyente del Brasil y el emperador constitucional Pedro primero!

Palacio del gobierno de Pernambuco a 22 de julio de 1823. Alfonso Albuquerque Maranhoe.²⁰⁸

“Nuestra separación de la madre patria no ha sido producida por capricho contra su pasado gobierno efímero.” Realmente não foi capricho, nem por chegada à maturidade ou prova de virilidade, como a opinião pública do período divulgou no Brasil no período. A ruptura definitiva e formal com Portugal foi fruto de um processo, tal como a formação do Estado nacional brasileiro, fatos que não foram simultâneos. A Independência não

²⁰⁸ *Águila Mexicana*, n. 209, 09/11/1823.

consolidou a nação, tampouco a unidade territorial – o Brasil, em 1822 era um enorme mosaico e suas peças não se acomodavam com facilidade ao Império recém-separado de Portugal.²⁰⁹ Os processos revolucionários que desencadearam a independência permitiram um reordenamento das práticas políticas, o que abriu caminho para a elaboração dos projetos nacionais que pensavam a comunidade que se desejava formar. A formalização de um destes projetos, todavia, é outro capítulo. A nação e o Estado brasileiro, em 1822, ainda estavam em definição e a independência apenas deu início a um novo processo que se consolidou por volta dos anos 1850, com a conformação das bases do Império do Brasil.

²⁰⁹ JANCSÓ, I. e PIMENTA, J. Peças de um mosaico..., cit. In: MOTA, C. (org.). *Viagem incompleta...*, cit.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na passagem do século XVIII para o XIX os espaços americanos vivenciaram processos que dissolveram os antigos impérios coloniais. Este trabalho pretendeu observar como dois desses espaços, Brasil e México, se encontraram durante tal processo por meio de suas imprensas periódicas, agentes fundamentais para unificação dos fenômenos vividos em uma mesma unidade histórica. Isso porque, quando a Nova Espanha deitava seu olhar sobre as notícias lusoamericanas, as formas de entender e fazer a política desta foram comunicadas àquela. O mesmo se deu em sentido contrário, o que nos permite afirmar, que a imprensa deste período atuou como um meio de ação política.²¹⁰ A América portuguesa, entre 1808 e 1822, encontrou outros espaços da América espanhola, dentre eles, o Rio da Prata e o Peru, fenômenos já visitados por pesquisadores brasileiros.²¹¹ Aqui interpretamos as publicações sobre a Nova Espanha na imprensa periódica da América portuguesa e vice versa, como uma evidência de que entre esses espaços ocorreram trocas políticas. Todavia, sabemos que essas trocas não estiveram restritas ao intervalo compreendido entre 1808-1822, apenas percebemos que nesse período elas foram intensificadas.

Na Nova Espanha, a revolução política de 1808 decorrente da invasão francesa, acelerou o processo de constituição de um espaço público por meio da imprensa, o que

²¹⁰ LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla B. (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005, p.111-153. MOREL, M. *As transformações dos espaços públicos...*, cit. MOREL, Marco; BARROS, Mariana Monteiro. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. Os panfletos políticos..., cit. In: Jancsó. I. *Independência...*, cit. *CRESPO Regina Aída. Revistas Culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural*. In: *JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). Cadernos de Seminários de Pesquisa. Vol. II. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações. São Paulo: Laboratório de Estudos de História da América. 2010*. GUZMÁN PÉREZ, M. *Impresores y editores de la independencia de México...*, cit. LANDAVAZO, M. *La máscara de Fernando VII...*, cit.

²¹¹ Sobre o Rio da Pra, ver: PIMENTA, J. *O Brasil e a América Espanhola...*, cit. Sobre o Peru, ver: NEVES, M. *O Peru lê o Brasil...*, cit.

ficou ainda mais favorecido com o Decreto Real de Liberdade Política de Imprensa de 1810.²¹² Na América portuguesa, a censura foi extinta pelas Cortes de Lisboa e a instituição da Imprensa Régia, em 1808, favoreceu a criação daquele tipo de espaço de discussão política.

Tal espaço permitiu que as trocas políticas realizadas aproximassem as formulações dos projetos políticos vivenciados durante o processo de independência do Brasil e do México. Ambos adotaram, em oposição aos demais Estados americanos, a forma imperial de governo. Segundo Rafael Rojas, “en México la idea de nación surge asociada a la monarquía como forma de gobierno y al imperio como imagen del Estado.”²¹³ O imaginário em torno da ideia de império remontava tanto no México, como no Brasil, às publicações doutrinárias do Abade De Pradt, que em seus escritos sugeria que as colônias adotassem a forma de monarquias constitucionais. Na Nova Espanha, acrescentava-se, também, no imaginário relacionado ao termo império, a leitura de um passado indígena mesoamericano, no qual se dizia que o império era existente antes da conquista espanhola. Necessário destacar que o conceito foi reconfigurado nos trezentos anos que separaram um de outro evento (a conquista da independência). Na América portuguesa, o imaginário em torno de império relacionava-se com elementos mais próximos à independência: as políticas reformistas empreendidas ao final do século XVIII quando se aventou a possibilidade de criação de um grande império português sediado no Brasil, o que ocorreu de fato, por outros motivos, em 1808.²¹⁴ Os Impérios mexicano e brasileiro apresentaram diferenças em sua organização em aspectos concernentes desde a autonomia das partes que lhes constituíam e os graus de centralização, até as matrizes

²¹² ROJAS, Rafael. “Opinión Pública”. In: ÁVILA, Alfredo; GUEDEA, Virginia; e IBARRA, Ana Carolina (coords.). *Diccionario de la Independencia de México*. México: UNAM, 2010. p. 275.

²¹³ Rojas, *La escritura de la independencia...*, cit., p.82.

²¹⁴ PIMENTA, J. *Tempos e espaços das independências...*, cit. PIMENTA, J. e FARAH, C. *Brasil encuentra a México...*, cit. In: *20/10 Memoria de las Revoluciones en México...*, cit.

ideológicas de suas constituições e perfis socioeconômicos, além de seus arranjos institucionais; todavia, a aproximação nos é permitida por seus processos estarem imbricados em uma mesma crise, a crise das monarquias ibéricas e de seus sistemas coloniais.

A América portuguesa e espanhola se encontraram na imprensa por meio de temáticas comuns a elas, por exemplo, as ameaças e invasões francesas, os destinos das casas monárquicas, o temor das manifestações populares na América, a expulsão e derrota do exército napoleônico, as chamadas Revoluções liberais na Península Ibérica, as ações das Juntas de governo e posteriormente de Iturbide na Nova Espanha, e, no caso lusoamericano, as questões em torno do retorno de D. João VI e a permanência de D. Pedro. Em meio a esse processo, Brasil e Nova Espanha assumiram a condição de laboratórios onde se experimentou a supressão dos tradicionais princípios da monarquia de Antigo Regime, quer pela presença física do monarca e das instituições governativas antes sediadas no reino, o que alterou profundamente a condição colonial do Brasil dentro do Império português, quer pela acefalia do trono espanhol que possibilitou na Nova Espanha a eclosão de movimentos *junteros*, que alteraram a forma de entendimento da soberania por parte dos novo hispânicos.

Assim, percebemos que tais espaços americanos não se encontraram somente pela invasão napoleônica e proximidade temporal de suas independências formais. Encontraram-se e conheceram mutuamente o que se passava no outro por meio da imprensa, que encontrou no crescimento dos espaços de sociabilidade uma ampliação do alcance das novas ideias sobre fazer política, ideias estas que passaram a circular por grupos cada vez mais diversos.²¹⁵

²¹⁵ NEVES, M. *O Peru lê o Brasil...*, cit. p. 119.

Em 1823, após os acontecimentos formais de ruptura da Nova Espanha com a Espanha e do Brasil com Portugal, o periódico brasileiro *Sentinela da Liberdade* nos exemplifica como o encontro entre a América portuguesa e Nova Espanha era tratado pelos editores:

Porém não nos podemos abster de convidar os nossos Leitores a deitar um olho político, e censor sobre o quanto, a empurrões, se tem feito no Brasil desde o começo da sua revolução, até aqui, para nos dizer depois, se com efeito, não acham, que os resultados de quantas empresas se tem feito, e tentado não se tem constantemente mostrados aos antípodas dos fins, que tem sucessivamente impellido tantos diferentes Projetistas.²¹⁶

O desejo de “convidar nossos leitores a deitar um olho político e censor” sobre o que era apresentado nos remete ao labor pedagógico desempenhado pela imprensa do período. As notícias sobre as ocorrências políticas, muitas vezes, passavam por uma análise dos leitores, como desejado pelo editor do *Sentinela da Liberdade* e, influenciaram os agentes da cena pública em meio à experiência política pela qual passavam. Iniciava-se, assim, a integração entre a América portuguesa e Nova Espanha, uma vez que a circulação de informações promovia o encontro político entre esses espaços, que vivenciavam um mesmo processo, originando um espaço de discussão e crítica, que à margem do poder político vigente, permitia que se aventasse novas trajetórias políticas.²¹⁷

²¹⁶ *Sentinela da Liberdade*, n.10, 29/08/1823.

²¹⁷ PIMENTA, J. *Tempos e espaços das independências...*, cit. BUDAIBES, Alexandre. *A liberdade de imprensa e o “nascimento da opinião pública” no vice-reino da Nova Espanha: o periódico El Juguetillo de Carlos Maria de Bustamante*. In: Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC. Vitória, 2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Periódicos da América portuguesa/ Brasil:

Correio Brasiliense

Diário do Governo

A Idade D'Ouro do Brasil

Sentinela da Liberdade

Sylpho

Periódicos da Nova Espanha/ México:

El Amigo de la Patria

Águila mexicana

Correo Americano del Sur

Diario de México

Gaceta de Mexico

Gaceta del Gobierno de Mexico

Gaceta del Gobierno Imperial de México

El Fanal del Imperio Mexicano

Semanario Patriótico Americano

Historiografia:

ADELMAN, Jeremy. *Sovereignty and Revolution in the Iberian Atlantic*. Princeton: Princeton University Press, 2006.

AGUIRRE ELORRIAGA, Manuel. *El abate de Pradt en la emancipación hispanoamericana (1800-1830)*. Caracas: Universidad Católica Andrés Bello, 1983.

- ALAMÁN, Lucas. *Historia de Méjico*. México: Jus, 1968, 5v.
- _____. *Historia de México desde los primeros movimientos que prepararon si independencia en el año de 1808 hasta la época presente*. Edición facsimilar, 5vols. México: Fondo de Cultura Económica/Instituto Cultural Helénico, 1985.
- ALEXANDRE, Valentim. *Os Sentidos do Império. Questão Nacional e questão colonial na crise do Antigo Regime português*. Porto: Afrontamento, 1993.
- ANDERSON Benedict. *Comunidades Imaginadas*. Lisboa: Edições 70. 2005.
- ANNA Timothy. A Independência do México e da América Central. In: BETHELL Leslie (org.). *História da América Latina: Da Independência a 1870*. Vol. III. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- _____. “Cádiz y la revolución territorial de los pueblos mexicanos, 1812-1821”. In: ANNINO, Antonio (coord.). *Historia de las elecciones en Iberoamérica, siglo XIX*. Buenos Aires: FCS, 1995.
- _____. “Voto, tierra y soberanía. Cádiz y los orígenes del municipalismo mexicano”. In: GUERRA, François-Xavier (dir.). *Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español*. Madrid: Universidad Complutense, 1995.
- _____. *España y la independencia de América*. México: Fondo de Cultura Económica, 1986.
- _____. *La caída del gobierno español en la ciudad de México*. México: Fondo de Cultura Económica, 1981.
- _____. *The Mexican Empire of Iturbide*. Lincoln: University of Nebraska Press, 1990.
- _____. “The last viceroys of New Spain and Peru: an appraisal”. *Hispanic American Historical Review*. Nova Iorque: New York University Press, n. 81, fevereiro de 1976.
- ANNINO, Antonio; GUERRA, François-Xavier. (coords.) *Inventando la Nación*. Iberoamérica. Siglo XIX. México: FCE, 2003.

- _____. ; ROJAS, Rafael. *La Independencia: Los libros de la patria*. México: CIDE/CFE. 2008.
- ARMITAGE, David. La primera Crisis Atlántica: la Revolución Americana. 20/10 El Mundo Atlántico y la Modernidad Iberoamericana (Online), n. 10, 2012. Disponível em: http://scholar.harvard.edu/files/armitage/files/2010_1.pdf
- ARTOLA, Miguel (dir.). *Historia de España*. Vol. 5. Madri: Alianza Editorial. 1997.
- _____. *Las Cortes de Cádiz*. Madri: Marcial Pons, 1991.
- _____. *Los orígenes de la España contemporánea*. Madri: Instituto de Estudios Políticos, 1959. 2v.
- ÁVILA, Alfredo. *En nombre de la nación*. La formación del gobierno representativo en México (1808-1824). México: Taurus, 2000.
- _____. ; PÉREZ HERRERO, Pedro (comp.). *Las experiencias de 1808 en Iberoamérica*. México: UNAM/ Universidad de Alcalá, 2008.
- _____. ; GUEDEA, Virginia. *La independencia de México*. Temas e interpretaciones recientes. Ed. Universidad Nacional Autónoma de México. México, 2007.
- _____. GUEDEA, Virginia, e IBARRA, Ana Carolina (coords.). *Diccionario de la Independencia de México*. México: UNAM, 2010.
- BASTOS, Carlos Augusto de C. *No limiar dos impérios: projetos, circulações e experiências na fronteira entre a Capitania do rio Negro e a Província de Maynas (c. 1780 – c. 1820)*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2013.
- BENSON, Nettie Lee. *Mexico and the Spanish Cortes, 1810-1822: Eight Essays*. EUA: Printing Division of The University of Texas, 1966.
- _____. *The Provincial Deputation in Mexico*. Harbinger of Provincial Autonomy, Independence, and Federalism. Texas: University of Texas Press, 1992.

- BERBEL, Márcia Regina; PAMPLONA, Marco Antonio Villela (et al). *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
- _____. ; MARQUESE, Rafael; PARRON, Tâmis. *Escravidão e Política: Brasil e Cuba, c. 1790-1850*. São Paulo: Hucitec, 2010.
- BREÑA, Roberto. *El primer liberalismo español y los procesos de emancipación de América, 1808-1824*. Una revisión historiográfica del liberalismo hispánico. México: El Colegio de México, 2006.
- _____. (ed.). *En el umbral de las revoluciones hispánicas: el bienio 1808-1810*. México: El Colegio de México, Centro de Estudios Internacionales, 2010.
- _____. *El imperio de las circunstancias* (Las independencias hispanoamericanas y la revolución liberal española). Madri: Marcial Pons/Colmex, 2012.
- BUDAIBES, Alexandre. *A liberdade de imprensa e o “nascimento da opinião pública” no vice-reino da Nova Espanha: o periódico El Juguetillo de Carlos Maria de Bustamante*. In: Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC. Vitória, 2008.
- CALDERÓN, Maria Teresa e THIBAUD, Clément (eds.) *Las revoluciones en el mundo atlántico*. Bogotá: Universidad Externado de Colombia/Taurus. 2006.
- CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados: origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009.
- _____. *Fundamentos intelectuales y políticos de las independencias*. Notas para una nueva historia intelectual de Iberoamérica. Buenos Aires: Teseo, 2010.
- CHUST, Manuel. (coord.). *1808: La eclosión juntera en el mundo hispano*. México: FCE, El Colegio de México, 2007.
- _____. ; FRASQUET, Ivana. *Las independencias en América*. Madri: Catarata, 2009.

- _____; SERRANO, José Antonio (eds.). *Debates sobre las independencias iberoamericanas*. Madrid: AHILA, Vervuert, 2007.
- CORREIA, Maldonado. O Congresso de Viena – Fórum da Diplomacia Conservadora no refazer da Carta europeia (Online). *Nação e Defesa*. Ano 19, n. 69, Instituto de Defesa Nacional. 1994.
- COSTA, Wilma Peres. Entre tempos e mundos: Chateaubriand e a outra América. *Almanack Brasiliense* (Online), n. 11, São Paulo, 2010, p. 5-25.
- CRESPO Regina Aída. Revistas Culturais e literárias latino-americanas: objetos de pesquisa, fontes de conhecimento histórico e cultural. In: JUNQUEIRA, Mary Anne e FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. Vol. II. Assis: FCL-Assis-Unesp Publicações. São Paulo: Laboratório de Estudos de História da América. 2010.
- DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da Metrópole e outros estudos*. São Paulo: alameda, 2005.
- FERNANDES, Ana Cláudia. *Revolução em pauta: o debate Correo del Orinoco - Correio Braziliense (1817-1820)*. Dissertação de mestrado. São Paulo, 2010.
- FERNÁNDEZ SEBASTIÁN, Javier. *Diccionario político y social del mundo iberoamericano*. La era de las revoluciones, 1750-1850, vol I. Madri: Centro de Estudios Constitucionales, 2009.
- FERRER MUÑOZ, Manuel. *La Formación de un Estado nacional en México*. El Imperio y la República federal: 1821-1835. México: Universidad Nacional Autónoma de México, 1995.
- FLORESCANO, Enrique e ROJAS, Rafael. El ocaso de la Nueva España. In: ZERÓN-MEDINA, Fausto (coord.). *La Antorcha Escendida*. Vol. 1. México: Clío, 1996.
- FRASQUET, Ivana (ed.). *Bastillas, cetros y blasones. La independencia en Iberoamérica*. Madrid: Mapfre, 2006.

- _____. *Las caras del águila. Del liberalismo gaditano a la república federal mexicana (1820-1824)*. Castelló de la Plana: Publicaciones de la Universidad Jaume I, D. L. 2008.
- GARGARELLA, Roberto. *200 años de constitucionalismo en América Latina (1810-2010)*. Texto gentilmente cedido pelo autor. 2012.
- GODECHOT, Jacques. *La Grande Nation*. Paris: Aubier-Montaigne, 1983.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad y Independencias*. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madri: Mapfre, 1992.
- _____. (dir.). *Revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español*. Madri: Editorial Complutense, 1995.
- _____.; LEMPÉRIÈRE Annick; et al. *Los espacios públicos en Iberoamérica. Ambigüedades y problemas. Siglos XVIII-XIX*. FCE: México, 1998.
- GUZMÁN PÉREZ, Moisés. *Impresores y editores de la independencia de México. 1808-1821*. Diccionario. México: Porrúa. 2010.
- HALPERÍN DONGHI, Túlio. Tulio Halperin Donghi. *Reforma y disolución de los imperios ibéricos. 1750-1850*. Historia de América Latina, 3. Madri: Alianza Editorial, 1985.
- JANCSÓ, István. A construção dos Estados Nacionais na América Latina – apontamentos para o estudo do Império como Projeto. In: *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002.
- _____. (org.). *Brasil: formação do Estado e da nação*. São Paulo: Hucitec/ Ed. Unijui/ Fapesp, 2003.
- _____. (org.). *Independência: história e historiografia*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2005.
- _____. ; PIMENTA, João Paulo Garrido. Peças de um mosaico: apontamentos para o estudo da unidade nacional brasileira. In: MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem*

- incompleta. A Experiência Brasileira (1500-2000). Formação: histórias.* São Paulo: Senac, 2000.
- KOSELLECK Reinhart. *Futuro Pasado. Para una semántica de los tiempos históricos.* Barcelona: Paidós, 1979.
- LANDAVAZO, Marco Antonio. *La máscara de Fernando VII.* Discurso e imaginário monárquicos em uma época de crise. Nueva España, 1801-1822. México: El Colegio de México/Universidad Michoacana de San Nicolás de Hidalgo/El Colegio de Michoacán, 2001.
- LUCA Tania Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Carla B. Pinsky (org.). *Fontes Históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio: civilização e poder às vésperas da Independência. (1808-1821).* São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- _____. Esboço crítico da recente historiografia sobre a independência do Brasil (c.1980-2002). In: *A Independência brasileira: novas dimensões.* Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 19-52.
- MARTINS, Joaquim Pedro de Oliveira. *História de Portugal.* Lisboa: Guimarães, 1977, p. 525-527.
- MATTOSO, José (dir.). *História de Portugal. O Liberalismo. (1807-1890).* Vol. 5. Portugal: Editorial Estampa. s/d.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *A outra independência.* O federalismo pernambucano de 1817 a 1824. São Paulo, 34, 2004.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos, imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840).* São Paulo: Hucitec, 2005.
- _____. & BARROS, Mariana Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do século XIX.* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

- NEVES, Maria Júlia Manão Pires. *O Peru lê o Brasil: o mundo luso-americano na imprensa e na política peruana 1808-1822*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, 2014.
- NOVAIS Fernando (dir.). *História da vida privada no Brasil v. I: cotidiano e vida privada na América portuguesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- PALACIOS, Guillermo (coord.) *La Nación y su Historia*. Independencias, Relato Historiográfico y Debates sobre la Nación: América Latina, siglo XIX. México: El Colégio de México, Centro de Estudios Históricos, 2009.
- _____. *Intimidades, conflitos e reconciliações*. México e Brasil, 1822-1993. São Paulo: Edusp, 2008.
- PALMER, Robert R. *The age of the Democratic Revolution (1770-1792)*. Princeton: Princeton University Press, 1959.
- PALTI, Elías José. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007.
- PEDREIRA, Jorge e COSTA Fernando Dores. *D. João VI: um príncipe entre dois continentes*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- PIMENTA, João Paulo G. *De Raynal a De Pradt: apontamentos para um estudo da ideia de emancipação da América e sua leitura no Brasil*. Almanack Brasiliense (Online), n. 11, São Paulo, 2010.
- _____. *O Brasil e a América Espanhola (1808 – 1822)*. Tese de Doutorado. São Paulo, 2003.
- _____. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1828)*. São Paulo: Hucitec/ Fapesp, 2002.
- _____. *Tempos e espaços das independências: a inserção do Brasil no mundo ocidental (c.1780-c.1830)*. Tese de Livre Docência. São Paulo, 2012.

- _____. ; FARAH, Camilla. Brasil encuentra a México: un episodio paradigmático de las independencias (1821-1822). In: *20/10 Memoria de las Revoluciones en México*. México: RGM Médios. 2010. p. 222-237.
- POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003.
- PORTILLO VALDÉS, José M. *Crisis Atlántica*. Autonomía e Independencia en la crisis de la monarquía hispana. Madri: Marcial Pons Historia, 2006.
- PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil*. Colônia e Império. São Paulo: Brasiliense, 21ª ed, 6ª reimpressão, 2008.
- RAMOS SANTANA, Alberto (coord.). *La Constitución de Cádiz y su huella en América*. Cádiz: UCA, 2011.
- RINKE, Stefan. *Las Revoluciones en América Latina*. Las vías a la independencia. 1760-1830. México: El Colegio de México: Colegio Internacional de Graduados, 2011.
- RODRÍGUEZ O., Jaime E. *La independencia de la América española*. México: FCE/ Colmex/ FHA, 2005.
- ROJAS, Rafael. *La escritura de la independencia*. El surgimiento de la opinión pública en México. México: Taurus/CIDE. 2003.
- SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G.. *A corte e o mundo*. Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil. São Paulo: Alameda, 2008.
- SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de. Projetos políticos na revolução constitucionalista na Bahia (1821-1822). *Almanack Brasiliense* (Online), n. 07, São Paulo, 2008.
- TORRE VILLAR, Ernesto de la. *La Independencia de México*. México: Mapfre. Fondo de Cultura Económica, 1992.
- TORRES PUGA, Gabriel. *Opinión pública y censura en Nueva España*. Indicios de un silencio imposible, 1767-1794. México: El Colegio de México, 2010.

VAN YOUNG, Eric. *La otra rebelión*. La lucha por la independencia de México, 1810-1821.

México: FCE, 2006.

WASSERMAN, Fabio. *El concepto de nación y las transformaciones políticas en*

Iberoamérica

(1750-1850).

In:

<http://foroiberoideas.cervantesvirtual.com/foro/threads.jsp?idparent=0>